



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI

**RACISMO ESTRUTURAL E SEGURANÇA PÚBLICA:  
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA SOCIAL DE POLICIAIS  
MILITARES NEGROS**

---

Londrina  
2024

DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI

**RACISMO ESTRUTURAL E SEGURANÇA PÚBLICA:**  
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA SOCIAL DE POLICIAIS  
MILITARES NEGROS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis.

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

A996r Azolini, Danilo Alexandre Mori.  
Racismo estrutural e segurança pública : um estudo sobre a trajetória social de policiais militares negros / Danilo Alexandre Mori Azolini. - Londrina, 2024.  
160 f. : il.

Orientador: Fernando Kulaitis.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.  
Inclui bibliografia.

1. Racismo estrutural - Tese. 2. Segurança pública - Tese. 3. Trajetória de vida - Tese. 4. Policiais militares negros - Tese. I. Kulaitis, Fernando . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI

**RACISMO ESTRUTURAL E SEGURANÇA PÚBLICA:**  
UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA SOCIAL DE POLICIAIS  
MILITARES NEGROS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Kulaitis  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profª Drª Maria Nilza da Silva  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profª Drª Mariana Aparecida dos Santos Panta  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de julho de 2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, enfrentando junto a mim os desafios que a vida impôs em nossa trajetória.

Aos meus filhos e minha esposa, sem os quais jamais chegaríamos até aqui e para os quais dedico cada segundo da minha existência.

Dedico em especial ao meu pai, soldado veterano da Polícia Militar do Paraná e que desde muito cedo, sendo uma criança negra e pobre moradora da periferia, no âmago das mais profundas dificuldades, pobreza e preconceitos teve de aprender a como sobreviver neste mundo por vezes tão cruel.

## RESUMO

AZOLINI, Danilo Alexandre Mori. **Racismo estrutural e segurança pública**: um estudo sobre a trajetória social de policiais militares negros. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

O racismo estrutural no Brasil gera, diariamente, uma série de efeitos perversos contra a população negra, a partir de conjunturas sistemáticas de práticas de exclusão social. Analisando-se os dados estatísticos, científicos e históricos no contexto envolto ao panorama racial brasileiro, verifica-se que a pessoa negra sofre uma série de violações de direitos, através de um processo histórico colonial de dominação social, afetando e influenciando variados segmentos da vida e trajetórias sociais da pessoa negra. O presente estudo tem como problema de pesquisa analisar como o racismo estrutural influencia as trajetórias sociais de policiais militares negros da PMPR? A principal hipótese de pesquisa, portanto, é que as trajetórias individuais são afetadas pelo contexto estrutural do racismo e as formas como se apresenta institucionalmente. São comparados, neste estudo, dois contextos diferentes, abrangendo-se as trajetórias de veteranos e de ingressantes da PMPR, chegando-se a uma outra hipótese: se para os veteranos a “raça” permanecia disfarçada enquanto variável relevante para suas trajetórias, para os ingressantes as questões raciais são mais definidas e explícitas em suas diferentes manifestações, incluindo o sistema de cotas em concurso público e as suas atividades na Corporação. Como resultado da pesquisa, verificou-se que o racismo estrutural gera reflexos segregadores e de violência em variados contextos das trajetórias sociais dos policiais militares, confirmando o aspecto disfarçado de sua compreensão para a maior parte dos veteranos entrevistados e, por outro lado, sua identificação e nítida percepção pela maior parte dos ingressantes entrevistados, sendo todos inscritos no concurso público de admissão para a PMPR através das vagas de cotas raciais.

**Palavras-chaves:** racismo estrutural; segurança pública; trajetória de vida; policiais militares negros.

## ABSTRACT

AZOLINI, Danilo Alexandre Mori. **Structural racism and public security**: a study on the social trajectory of black military police officers. 2024. 160 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Structural racism in Brazil generates, on a daily basis, a series of perverse effects against the black population, based on systematic situations of social exclusion practices. Analyzing statistical, scientific and historical data in the context of the Brazilian racial panorama, it appears that black people suffer a series of rights violations, through a colonial historical process of social domination, affecting and influencing various segments of life. and social trajectories of black people. The research problem of this study is to analyze how structural racism influences the social trajectories of black military police officers from the PMPR? The main research hypothesis, therefore, is that individual trajectories are affected by the structural context of racism and the ways in which it is presented institutionally. In this study, two different contexts are compared, covering the trajectories of veterans and those entering the PMPR, arriving at another hypothesis: if for veterans “race” remained disguised as a relevant variable for their trajectories, for among new entrants, racial issues are more defined and explicit in their different manifestations, including the quota system in public competitions and their activities in the Corporation. As a result of the research, it was found that structural racism generates segregating and violent reflexes in various contexts of the social trajectories of military police officers, confirming the disguised aspect of their understanding for most of the interviewed veterans and, on the other hand, their identification and clear perception by most of the entrants interviewed, all of whom were registered in the public admission competition for the PMPR through the racial quota places.

**Keywords:** structural racism; public security; life trajectory; black military police officers

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Prisão e condução realizada por policial militar do Rio de Janeiro, 1982 .....	65
<b>Figura 2</b> - Organograma da PMPR.....	83
<b>Figura 3</b> - Relatório estatístico criminal anual, 2019 - PMPR .....	84
<b>Figura 4</b> - Efetivo (hoje veteranos) do 5º BPM – Curso de Formação de soldados (década de 1980) .....	86
<b>Figura 5</b> - Efetivo de ingressantes da PMPR – Curso de Formação de Praças (2022), da Academia Policial Militar do Guatupê.....	87
<b>Figura 6</b> - Efetivo policial do Curso de Formação de Sargentos (atual Curso de Sargentos), na Academia Policial Militar do Guatupê (década de 1990)..	88
<b>Figura 7</b> - Efetivo policial formado no Curso de Sargentos, ano de 2023.....	89
<b>Figura 8</b> - Efetivo policial de praças do 5º BPM em frente ao caminhão de pronto-emprego e transporte de tropa (década de 1980).....	91
<b>Figura 9</b> - Cadetes do Curso de Formação de Oficiais da PMPR (2022) .....	92

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>AS RAÍZES DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL</b> .....	<b>13</b>
2.1	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA COR NA TRANSIÇÃO DA ESCRAVIZAÇÃO PARA O CAPITALISMO PÓS-ABOLICIONISTA .....	14
2.2	O PÓS-ABOLICIONISMO E A BUSCA PELA IDENTIDADE NACIONAL .....	19
2.3	O RACISMO ESTRUTURAL E A ESPACIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA COR .....	36
2.4	O RACISMO ESTRUTURAL E A RAÇA COMO ELEMENTO DA DESIGUALDADE .....	40
2.5	O RACISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA .....	46
2.6	PARÂMETROS METODOLÓGICOS: A TRAJETÓRIA SOCIAL SEGUNDO PIERRE BOURDIEU .....	52
<b>3</b>	<b>AS POLÍCIAS MILITARES NO BRASIL</b> .....	<b>60</b>
3.1	A ORIGEM HISTÓRICA DE CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS FORÇAS POLICIAIS .....	60
3.2	AS POLÍCIAS MILITARES E OS EFEITOS DO RACISMO NOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA .....	66
3.3	O PERFIL DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL .....	70
3.3.1	As Unidades Operacionais das Polícias Militares no Brasil .....	71
3.3.2	A Gestão da Informação das Polícias Militares no Brasil .....	72
3.3.3	Os Recursos Materiais das Polícias Militares no Brasil .....	72
3.3.4	Os Recursos Humanos das Polícias Militares no Brasil .....	73
3.3.5	A Cor da Pele do Efetivo das Polícias Militares no Brasil .....	76
3.3.6	A Faixa Etária das Polícias Militares no Brasil .....	78
3.3.7	O Tempo de Serviço do Efetivo das Polícias Militares no Brasil .....	79
3.3.8	A Capacitação do Efetivo das Polícias Militares no Brasil .....	79
3.4	O PERFIL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ .....	80
3.4.1	Origem Histórica .....	81
3.4.2	Estrutura Organizacional .....	81
3.4.3	Gestão da Informação .....	83
3.4.4	Recursos Materiais .....	84
3.4.5	Recursos Humanos .....	85
3.4.5.1	A cor da pele do efetivo da Polícia Militar do Paraná .....	90

<b>4</b>	<b>TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS POLICIAIS MILITARES VETERANOS E INGRESSANTES</b> .....	93
4.1	METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	93
4.2	ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS.....	94
4.3	QUADRO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES NEGROS VETERANOS E INGRESSANTES DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ .....	96
4.4	ANÁLISE DAS NARRATIVAS COM OS ELEMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA .....	106
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	110
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	117
	<b>APÊNDICES</b> .....	122
	APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas .....	123
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	129
	APÊNDICE C – Transcrição dos conteúdos produzidos através das entrevistas com os policiais militares negros veteranos e ingressantes da PMPR .....	131
	<b>ANEXOS</b> .....	155
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEPE .....	156

## 1 INTRODUÇÃO

De modo prolegômeno, cumpre destacar que este pesquisador optou por escolher o presente tema de pesquisa para o mestrado em sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) inicialmente por algumas percepções e observações do cenário da segurança pública do município de Londrina- PR.

Por ser agente estadual de segurança pública, policial militar há mais de 10 anos, a análise do panorama social sempre representou um ponto de grande importância para a compreensão das causas e dos efeitos que geram repercussão e impacto na segurança pública.

Contudo, inúmeras indagações somente passaram a se protagonizar em meus estudos voltados à realidade social brasileira após o início da disciplina especial que tive a grande oportunidade de cursar no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UEL (PPGSOC/UEL), a disciplina de sociologia das relações étnico-raciais do Brasil, tendo como docente a ilustre Professora Dra. Maria Nilza da Silva.

Foi possível ampliar os horizontes acadêmicos e, principalmente, passar a não somente ver, mas sim enxergar uma realidade social antes nunca percebida, a partir do exercício de um breve afastamento epistemológico para que fosse possível ter contato com os reflexos da segurança pública como pesquisador e não somente como um servidor das Forças Policiais.

A amplitude da violência que a sociedade brasileira lida como algo usual e corriqueiro passou a ter uma presença cada vez mais constante nos questionamentos acerca dos “porquês” que os dados quantitativos estatísticos mostram um país que vitimiza anualmente mais pessoas do que em países que estão em guerras declaradas, isto é, por que nossa sociedade é tão violenta e, acima de tudo, por que a maior parte desta violência é direcionada à população negra? Perguntas que moveram os alicerces da busca pelo conhecimento e que, com grande honra, tenho agora a oportunidade de pesquisar academicamente enquanto aluno do mestrado.

Quando do processo seletivo para o ingresso no PPGSOC/UEL o projeto de pesquisa proposto visava inicialmente pesquisar o complexo social envolto à vitimização de policiais negros no Brasil, porém tendo como eixo principal de pesquisa a compreensão das mortes de policiais que atuaram em serviço, ou seja,

no cumprimento operacional das atividades policiais, em missões, operações e no patrulhamento ostensivo, buscando identificar e confirmar, ou não, algumas hipóteses acerca do contexto de atuação policial que “operacionalizava” majoritariamente a morte de policiais negros no cumprimento do dever, apesar de comporem uma minoria numérica nos efetivos das instituições de segurança pública do país.

Entretanto, após o ingresso no mestrado, iniciada a orientação do ilustre Prof. Dr. Fernando Kulaitis, desde a primeira reunião uma nova visão sobre um mesmo objeto de pesquisa me foi apresentado, a partir da percepção de um dado que, se analisado de modo holístico junto aos demais, repercute-se como um fator preponderante para que a análise da vitimização de policiais negros pudesse ser pesquisada de modo mais lapidado.

Analisando-se os dados sobre as mortes de agentes de segurança pública, especificamente com relação ao “momento da morte”, constata-se que no Brasil a maior parte da vitimização ocorre quando da folga do agente de segurança pública, sendo uma menor parcela os indicativos registrados quando em confrontos armados relacionados a operações policiais ou patrulhamentos ostensivos, portanto.

Não obstante, foi imperioso notar que os indicadores mostram o contexto de vitimização em circunstâncias que o agente de segurança pública não se encontra em serviço, demonstrando uma forte presença das respectivas ocorrências em serviços extras por parte dos policiais, ou seja, nos denominados “bicos”, sendo acompanhado por baixas também identificadas por latrocínios e execuções sumárias (Anuário [...], 2022).

Dessa forma, respeitando-se a compreensão jurídica de que o agente de segurança pública pode, quando de sua folga, agir em “decorrência da função” de policial, quando por exemplo realiza uma intervenção em um assalto, insculpe-se socialmente de fatores muito diversos de intervenções quando de serviço, em circunstâncias diversas, bem como contextos, localidades, modo de atuação e demais fatores que imperam o enquadramento, apesar de tudo, como circunstâncias fáticas relacionadas a folga do agente de segurança pública.

A partir dessa nova percepção social acerca do objeto de estudo, uma segunda trajetória de pesquisa foi delineada: considerando o contexto social dos agentes de segurança pública vitimados quando de sua folga, uma nova possibilidade de pesquisa era estabelecer as correlações entre o racismo estrutural

e a morte de policiais negros no Brasil.

Então nesse momento inicial do efetivo início da construção da pesquisa científica o objeto de estudo foi remodelado e redirecionado tendo como pergunta central da pesquisa se “o racismo estrutural se estabelece como uma âncora social que leva os policiais negros a uma trajetória para a morte?”. Ocorre que, após o início dos estudos e da construção acadêmica da pesquisa, novamente foi necessário readequar o objeto de estudo, uma vez que as informações e dados levantados eram muito limitados e de difícil acesso.

A pesquisa, então, foi reconstruída uma terceira vez centralizando como objeto de estudo as trajetórias sociais dos policiais militares negros e, junto a isso, de que forma se relacionam com o racismo estrutural e a segurança pública. Com a apresentação do contexto histórico-racial do país no primeiro capítulo, desenvolvendo uma trajetória desde o século XVI até os dias hodiernos, estabelecendo qual a compreensão que será estabelecida para a presente pesquisa com relação ao processo histórico de segregação, marginalização, mobilidade social e morte da população negra, sob os arrimos do racismo estrutural das bases da nação brasileira, conceituando-se as terminologias centrais da pesquisa como raça, etnia e cor.

Com a base histórica e conceitual devidamente consolidada para a compreensão dos aspectos sociológicos subsequentes da pesquisa, foi possível estabelecer de igual modo o entendimento acerca do racismo estrutural e suas imbricações nos entranhas sociais, bem como os modos de repercussão e manifestação de suas características nas relações sociais, buscando-se compreender de igual modo os principais segmentos do racismo estrutural e cada forma em que se consolida na realidade social.

A análise sociológica a respeito das trajetórias sociais teve como base os ensinamentos de Pierre Bourdieu, trazendo ao presente estudo seus principais conceitos sociológicos e de que maneira se conectam com o racismo estrutural, de modo que após o término do primeiro capítulo a pesquisa foi dividida em outros dois capítulos: um abordando o aspecto institucional das Polícias Militares do Brasil, com ênfase na PMPR e outro que trará a análise das entrevistas realizadas com policiais militares negros veteranos e ingressantes.

O problema de pesquisa é, portanto, como o racismo estrutural influencia as trajetórias sociais de policiais militares negros na PMPR? A principal hipótese é que

as trajetórias individuais são afetadas pelo contexto estrutural do racismo e as formas como se apresenta institucionalmente. Por isso, dois contextos são comparados, as trajetórias de veteranos e de ingressantes na PMPR, derivando em outra hipótese: se para os veteranos a “raça” permanecia disfarçada enquanto variável relevante para suas trajetórias, para os ingressantes as questões raciais são mais definidas e explícitas em suas diferentes manifestações, incluindo o sistema de cotas em concurso público e as suas atividades na corporação.

O recorte do objeto de pesquisa, além da reconstrução das dimensões do racismo estrutural e da caracterização da instituição militar, inclui policiais militares negros da PMPR, abrangendo-se militares estaduais homens e mulheres veteranos, isto é, já aposentados e também policiais militares ingressantes na Corporação, compreendendo-se um total de 10 (dez) entrevistas, sendo 05 (cinco) com veteranos e 05 (cinco) com ingressantes.

No que tange aos policiais militares veteranos, vale salientar que os entrevistados nesta pesquisa terão, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de carreira profissional, ou seja, o veterano mais novo entrevistado ingressou na PMPR há, pelo menos, 35 anos atrás, entre o período compreendido do final da década de 1980 e início da década de 1990 e, com relação ao mais antigo, ingressou na Polícia Militar do Paraná há mais de 50 (cinquenta) anos, compreendendo o período do final da década de 1960 e começo da década de 1970.

Por sua vez, com relação aos policiais militares ingressantes entrevistados, todos ingressaram no último concurso da PMPR e, entre agosto de 2022 e setembro de 2023 realizaram o Curso de Formação de Praças (CFP), abrangendo-se entre os entrevistados, alunos que cursaram o CFP no 30º BPM ou no 5º BPM, ambos Núcleos de Ensino Militar com sede na cidade de Londrina-PR.

Assim, o período histórico e temporal que todo o conteúdo colhido com as entrevistas demonstrará abrange desde o final da década de 1960 até o presente ano de 2023, sendo importante destacar, ainda, que durante as entrevistas dos veteranos, estes trouxeram informações sobre tempos mais antigos de quando ocorreu seu ingresso na PMPR, remontando as décadas de 1940 e 1950, porém narrando tal período a partir de seus olhos e compreensão.

## 2 AS RAÍZES DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Estudar o Brasil é, acima de tudo, estudar os processos históricos de exploração das terras aqui já existentes e tendo como possuidores os indígenas que aqui habitavam, bem como todo o ciclo percorrido em que o desenvolvimento do país se deu conjuntamente com a exploração principalmente da população negra.

No transcorrer do presente capítulo, o qual dará início a todo estudo buscado nesta pesquisa científica, iremos abordar o aspecto estrutural do racismo no Brasil, estabelecendo as principais dimensões identificadas que, unidas entre si, formam a estrutura racista que ainda nos dias de hoje permeia o país.

Em um primeiro momento partiremos da dimensão que rebusca um passado não tão distante do Brasil, eivado das chagas da escravização que culminou com consequências vivenciadas hodiernamente em razão da cor da pele, tratando mais especificamente do processo de construção social da cor na transição do período escravocrata para o pós-abolicionista, dentro de uma lógica de estrutura econômico e financeira pautada no sistema capitalista.

Como segunda dimensão abordaremos as características raciais, de modo a trazer à luz do conhecimento os processos teóricos e as práticas que por vezes foram buscadas, e ainda o são, de inserir no ceio social uma interpretação do contexto racial brasileiro divergente do resultante deste processo sócio-racial que resultou no racismo que hoje se observa em nossa sociedade, citando como exemplo as teorias da democracia racial, do branqueamento, da eugenia da cor, entre outras.

Na terceira dimensão iremos estudar sobre o aspecto espacial que o racismo se moldou e, também por outra senda, reprimiu populações para que se moldassem dentro do cenário de morfologia urbana, sobretudo no tocante à exclusão territorial, segregação espacial e a territorialização do espaço urbano, traçando as relações deste cenário com algo em comum: a cor da pele.

Por sua vez, na quarta dimensão será tratado de um aspecto de grande relevância dentro do arcabouço teórico que estuda o racismo, isto é, abordaremos sobre um conflito socialmente existente e criado a partir, inclusive, de teorias da segunda dimensão, que colocam “classe vs raça”, ou seja, que coloca em dúvida as consequências do racismo no Brasil, alterando a compreensão social e, para tanto, justificando serem questões ligadas à pobreza/classe social e não à raça.

A quinta e última dimensão que será estudada trata da violência que perpassa o racismo estrutural em nosso país, seja no aspecto de violência propriamente dita, através dos dados e informações estatísticas pertinentes às mortes da população negra, como também da violência não-direta, isto é, das violências institucionais, jurídicas, urbanas, de trabalho, de renda, de educação e de inúmeros outros segmentos da vida coletiva, que coloca a população negra em condições desfavoráveis sob o prisma social e, com isso, gera violência.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA COR NA TRANSIÇÃO DA ESCRAVIZAÇÃO PARA O CAPITALISMO PÓS-ABOLICIONISTA

Para que seja possível alicerçar em rígida base científica o presente estudo, faz-se imperioso, de modo preliminar, introdutório e inicial, traçar o contexto histórico e social que a população negra enfrentou no transcorrer dos séculos no Brasil, considerando que a realidade hoje vivida é resultado de um processo, com suas peculiaridades, vicissitudes e individualidades sociais.

A fim de elucidar, desde o começo do aprofundamento teórico da presente pesquisa, o conceito compreendido para a evolução deste trabalho no que diz respeito do “racismo estrutural”, terminologia que será estudada no transcorrer do estudo, desde já indicamos como um conceito-base o ensinado pelo jurista e professor Silvio Almeida, em sua obra “Racismo estrutural”, que assim explica:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2021, p. 50).

Assim, compreendemos o racismo estrutural não como algo meramente teórico ou como uma dúvida que paira nos horizontes do conhecimento sociológico, mas sim como algo real, vividamente atuante na realidade brasileira e que permeia os mais profundos entreamos sociais do Brasil.

A exploração imediata da terra brasileira está umbilicalmente conectada com a escravização da população negra no país, sendo utilizada de modo forçado como

mão de obra para a extração e utilização do território em sua máxima medida, independente do que fosse necessário fazer para que o sistema econômico vigente pudesse sempre sobressair-se às intempéries exploratórias e às “suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (Nascimento, 2016, p. 57).

Falar do desenvolvimento do Brasil, portanto, é falar do sistema de exploração escravocrata, inicialmente já colocada em prática na década de 1530 e vigente por séculos, analisando todos os resultados, reflexos e consequências históricas, humanas e sociais advindas do processo que consolidou a formação inicial da sociedade brasileira.

Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. [...] Só a Bahia, lá por 1587, tinha cerca de 47 engenhos de cana-de-açúcar, fato que bem ilustra a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana. (Nascimento, 2016, p. 57-58)

O país foi elidido devido aos esforços do custo humano da população africana escravizada e com a “flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia”. (Nascimento, 2016, p. 59).

Segundo Darcy Ribeiro (2015), em sua obra “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, milhões de pessoas negras escravizadas foram trazidas no transcorrer dos séculos XVI ao XIX, bem como milhões de povos indígenas que também foram subjugados ao longo dos séculos, o que demonstra a forte incidência do processo exploratório escravocrata que se enraizou na sociedade brasileira.

Avaliamos em 6 milhões o número de negros introduzidos no Brasil como escravos até 1850, quando da abolição do tráfico; em 5 milhões o número mínimo de índios com que as fronteiras da civilização brasileira se foram defrontando, sucessivamente, no mesmo período; e em 5 milhões, no máximo, o número de europeus vindos para o Brasil até 1950. (Ribeiro, 2015, p. 172).

Ao analisar todo grupo social e, em larga escala, toda a sociedade brasileira, é imperiosa a necessidade de não somente ver o passado histórico do país, mas principalmente enxergar com olhos de compreensão sociológica o processo de

formação da sociedade brasileira para que seja possível entender se há, e de que modo se estrutura, o racismo no Brasil através de suas dimensões e, neste espectro, de que forma gera consequências para o processo de imobilidade social da população negra.

Com relação à população negra, faz-se de grande importância buscar todo o arcabouço sócio-histórico para visualizar desde o início da formação do país e os mecanismos criados para manutenção da ordem social então dominante para, num mundo pós-abolição, ter a perspectiva científica a respeito da exclusão social que sempre se constituiu uma regra contra a população negra.

Em 13 de maio de 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, Lei nº 3.353, toda a população negra escravizada foi colocada em liberdade, tendo a maior concentração nos principais centros, como exemplo o Rio de Janeiro, até então capital federal (Brasil, 1888).

A edição da citada Lei (que inclusive é uma das menores leis já instituídas em toda a história do Brasil, com apenas dois artigos: um que acabava com a escravização e o outro que revogava os demais dispositivos em contrário) não veio acompanhada de nenhuma medida pública, tampouco foi implementado pelo Estado nenhuma política social para inserção dessas pessoas, agora libertas da escravização, junto ao sistema de bens e serviços, tampouco lhes fornecido acesso à saúde, educação, segurança, lazer, trabalho, renda, ou seja, foram excluídas da vida na “sociedade” até então branca e não-escravizada.

Estima-se, apesar da carência de documentos históricos específicos, em especial após a ordem do então Ministro Rui Barbosa no final do século XIX de queimar todos os arquivos do período escravocrata, que foram trazidos à força ao Brasil mais de 4 milhões de pessoas escravizadas ao longo de mais de três séculos, ou seja, de 1535 a 1888, sendo alocados em determinados pontos do país, em especial Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Maranhão e Pará (Nascimento, 2016, p. 59).

Considerando-se o tráfico de pessoas escravizadas sob a dimensão mundial, estima-se, segundo o professor Darcy Ribeiro (2016) em sua obra “Configurações histórico-culturais dos povos americanos” que o número de pessoas negras arrancadas à força para servir como mão de obra explorada em diversos países do mundo pode chegar a mais de 100 milhões de pessoas.

Segundo o autor:

Para efetuar-lo, o europeu arrancou da África, em quatro séculos, mais de 100 milhões de negros vitimando cerca da metade no apresamento e na travessia oceânica, mas conduzindo a outra metade para as feitorias americanas onde prosseguiu o desgaste. Um dos efeitos cruciais desta transladação de africanos, e de sua incorporação como escravos na força de trabalho das sociedades americanas nascentes, foi a implantação de uma estratificação étnica com as tensões resultantes da discriminação racial. (Ribeiro, 2016, p. 39).

Desde 1818 há registros do início da vinda de imigrantes europeus ao Brasil para trabalhar enquanto assalariados, algo que se intensificou de 1850 em diante, em especial devido à Lei Eusébio de Queirós, Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850 (Brasil, 1850), que proibiu o tráfico atlântico de escravizados no Brasil<sup>1</sup>.

Segundo Lilia Schwarcz (1993), em sua ilustre obra “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930”:

A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo. No entanto, a entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências. (Schwarcz, 1993, p. 57).

Com um movimento global de abolicionismos, tendo influência do iluminismo e dos ideais de igualdade vividamente pregados quando da Revolução Francesa de 1789 em diante, repercutindo-se em inúmeras nações, ampliou-se o arrefecimento do tráfico de pessoas escravizadas, fazendo com que os custos logísticos para sua realização aumentassem e, para uma burguesia elitista que visava apenas e tão somente o lucro com a exploração humana, passou a ser algo muito custoso de se manter.

Segundo a autora:

Portanto, no contexto intelectual do século XVIII, novas perspectivas se destacam. De um lado, a visão humanista herdada da Revolução Francesa, que naturalizava a igualdade humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio

---

<sup>1</sup> Sobre o processo de ocultação de dados relativos à escravidão no Brasil, ver Nascimento (2016).

genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. (Schwarcz, 1993, p. 62).

Somente passou a ser cogitada como uma realidade o abolicionismo após a elite observar que, em razão de seus interesses, era necessária a continuidade da exploração servil e a manutenção de seus lucros e riquezas, de modo que a possibilidade da abolição passou a ser considerada “quando o imperante, por interesses seus, por ai a levantou” (Bomfim, 1931, p. 120).

A partir de 1888 a mão de obra até então escravizada passou a ser considerada pelas elites como um problema, ou seja, com o processo abolicionista, a população negra ao mesmo tempo que vinha sendo considerada como humana, passou a ser considerada como uma mão de obra insuficiente, devendo ser substituída pelos novos imigrantes europeus.

Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos “livres”, e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o “problema” só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita como “inferior”. (Nascimento, 2016, p. 81).

Observa-se, nesse contexto narrado, a forte influência dos ideais de branqueamento da população, repercutindo-se e fazendo-se repercutir em todas as estruturas sociais, em especial na estrutura econômica e financeira do país, a desvalorização da população negra, a qual simplesmente passou a representar um “problema” enquanto mão de obra que deveria, imediatamente, ser substituída pelos novos brancos imigrantes.

A atuação das faculdades de medicina, como a Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro por exemplo, também somaram esforços para a consolidação das medidas raciais que estavam sendo desenvolvidas no cenário nacional, sendo importante indicar a atuação da chamada “Escola Nina Rodrigues”.

O tema racial é ainda relevante, pois integra o arsenal teórico de ambas as escolas. Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu

surgimento e o obstáculo à “perfectibilidade” biológica. (Schwarcz, 1993, p. 249-250).

Tal fato é importante de ressaltar, pois por vezes não é possível identificar quão forte e profunda pode ser a influência de teorias e ideais criados e desenvolvidos no tocante à questão racial, de modo que os chamados “intelectuais” da época traçaram mecanismos sorrateiros para inserir nas bases da nova sociedade brasileira pós-abolição a desumanização da pessoa negra que, diga-se de passagem, ainda não havia sequer sido considerada como humana.

Como foi possível observar, a base histórica do racismo estrutural brasileiro se dá nos mais de três séculos de escravização da população negra em nosso país e, com a consolidação do sistema econômico capitalista, retirou-se do debate e do interesse público a inserção e integração social da população escravizada, estruturando-se um processo metodológico de exclusão e de reprodução das práticas segregacionistas para, agora, uma realidade de pós-abolição.

Com a abolição da escravização, iniciou-se um novo período histórico brasileiro e, com isso, observamos uma nova dimensão estrutural do racismo, através de teorias eugênicas que visavam inserir no pensamento coletivo, como citado por Schwarcz (1993), teorias positivistas, evolucionistas e de darwinismo social, dominados pelas elites brasileiras, a percepção doutrinária acabou por gerar forte influência na segregação racial que, apesar da abolição, estaria muito distante de ser vencida.

## 2.2 O PÓS-ABOLICIONISMO E A BUSCA PELA IDENTIDADE NACIONAL

No período pós-abolição houve uma grande tentativa de branqueamento da população, com a elaboração e adoção de uma série de medidas governamentais sob variados aspectos, desde a criação de leis que incentivavam a vinda de imigrantes europeus ao país até o desenvolvimento de pesquisas “pseudocientíficas” e a criação de teorias que diferenciavam raças, bem como enrijeciam o pensamento de superioridade do branco<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Acerca deste período de conflito, citamos a decisão do então Ministro de Estado Rui Barbosa de queimar todos os arquivos do período escravocrata no Brasil (decisão s/n, de 14 de dezembro de 1890) e o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que proibia a vinda de imigrantes africanos ao Brasil (Lacombe; Silva; Barbosa, 1988).

Segundo o professor Kabengele Munanga:

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. (Munanga, 2023, p. 54).

Nos ensinamentos de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2021, p. 25-26), considera-se a terminologia “raça” enquanto “uma construção social criada a partir e uma necessidade política”, isto é, algo que não se herda da natureza, mas sim é construído socialmente enquanto fator de desigualdade estrutural na dinâmica das sociedades.

Importante indicar, desde já, o modo pelo qual fora utilizado ao longo dos séculos a terminologia “raça” como critério de diferenciação e hierarquização de grupos sociais perante a estrutura das sociedades, de modo que, considerando-a uma criação social e não natural, teóricos moldaram sua conceituação principalmente no período pré-abolicionista a rigor dos interesses socialmente dominantes.

Sumarizando, usamos “raça” como conceito analítico para demonstrar a existência das noções raciais que dão sentido à operação da classificação por cor; usamos “raça” como conceito nativo quando queremos evidenciar o modo como os próprios sujeitos a utilizam abertamente, seja para justificar a opressão de outros, seja para denunciar a sua própria opressão. (Guimarães, 2021, p. 42).

Importante notar que, desde o período imediatamente posterior à abolição da escravização no país, a incidência do racismo já se permeava nos ideais constitutivos da estrutura social, pois mesmo com a libertação da população negra escravizada, intencionalmente houve um movimento elitista para a contratação de imigrantes europeus em detrimento da contratação da mão de obra da população

negra, demonstrando desde já o caráter de forte exclusão econômica<sup>3</sup>.

Embora o “estrangeiro” não tenha, literalmente, “tomado o lugar do negro”, este não suportou as condições de competição com o imigrante, criadas pelo trabalho livre e pela expansão da economia capitalista. Nesse sentido (e somente nesse sentido), a presença do imigrante operou como um fator indireto de desalojamento do negro ou do mulato do sistema de produção e, portanto, de perpetuação indefinida do estado de anomia, responsável pelos índices negativos de crescimento vegetativo da “população negra” (Fernandes, 2021, p. 158).

Essa ampliação do contingente de imigrantes brancos advindos principalmente da Europa gerou uma forte transformação no próprio formato e no mecanismo sistêmico da sociedade brasileira, estimando-se que “o contingente imigratório europeu integrado na população brasileira é avaliado em 5 milhões de pessoas [...]” (Ribeiro, 2015, p. 181).

Em 1888 houve uma certa repetição do que já se fazia há anos com as pessoas escravizadas que, após alguns anos de trabalho forçado, estavam idosas, doentes, aleijadas e mutiladas, de modo que: “eram atiradas na rua, à própria sorte, qual lixo humano; estes eram chamados de “africanos livres” (Nascimento, 2016, p. 79).

Nesse período, as pretensões lucrativas por vezes acabavam sendo supridas por incentivos do próprio governo, que passou a estruturar todo o mecanismo e a metodologia necessária para que mais pessoas brancas europeias pudessem ser inseridas ao país, enquanto intencionalmente marginalizavam e mantinham excluídos socialmente a população negra, vendo nessa metodologia uma “técnica de classificação e de ascensão sociais” e como um “meio de extermínio racial” (Fernandes, 2021, p. 142).

Tendo por intenção buscar uma forma de justificar o processo de branqueamento da população brasileira, a fim de criar uma “identidade nacional”, várias teorias foram sendo criadas, inclusive com o apoio de renomados médicos e juristas.

Institutos históricos geográficos, inicialmente o Instituto Histórico Geográfico

---

<sup>3</sup>Importante destacar que no conceito de imigrantes trazido no texto, referindo-se aos imigrantes voluntários vindos ao país, não se inclui a população negra, a qual foi em sua absoluta maioria forçadamente trazida ao Brasil para servir de mão de obra escravizada.

Brasileiro (IHGB) e posteriormente os Institutos de Pernambuco e São Paulo, por exemplo, passaram a produzir um conhecimento baseado na questão da raça, preocupando-se com a formação de uma identidade nacional que considerava o negro com uma raça degenerada que não deveria fazer parte da formação do povo brasileiro.

Com relação à população negra vigorava uma visão evolucionista, mas determinista no que se refere ao “potencial civilizatório dessa raça”: “Os negros representam um exemplo de grupo incivilizável”, afirmava um artigo publicado em 1891; “As populações negras vivem no estado mais baixo de civilização humana”, ponderava um ensaio de 1884. (Schwarcz, 1993, p. 145).

Organizações, instituições e teóricos brasileiros renomados foram conglomerando doutrinas de conhecimento, as quais davam a titulação de científicas, para desenvolver um pensamento comprobatório de superioridade racial e degeneração da pessoa negra, utilizando-se inclusive órgãos controlados pelo próprio Estado para tal, como é o caso do IHGB.

Seu objetivo era unificar a nação na construção de um passado que se pretendia singular, marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos.

Quanto à questão racial, difunde-se uma postura dicotômica, na medida em que um projeto de centralização nacional implicava também pensar naqueles que ficariam excluídos desse processo, ou seja, negros e indígenas.

As posições acerca desses dois grupos não eram, no entanto, idênticas. Com relação à população negra vigorava uma visão evolucionista, mas determinista no que se refere ao “potencial civilizatório dessa raça”, ao passo que as pessoas negras representavam um grupo “incivilizável”.

Porém, se imperava uma percepção fatalista quanto à integração dos negros, os indígenas provocavam opiniões variadas, tanto que era possível acomodar no interior do IHGB, seja uma perspectiva positiva e evolucionista, seja um discurso religioso católico, seja uma visão romântica, em que o indígena surgia representado enquanto símbolo da identidade nacional. (Schwarcz, 1993, p. 145).

Segundo Lília Schwarcz (1993), as teorias empregadas e disseminadas

repercutiam que o negro estava fadado ao fracasso<sup>4</sup>, sendo visto como um impedimento à civilização, de modo que ao branco cabia a representação do civilizador das demais raças inferiores (Schwarcz, 1993, p. 147).

Manoel Bomfim (1931) afirmava que essas visões antagônicas a respeito do futuro da população negra remontava politicamente de forma díspare desde o século XVIII, de modo que os conservadores e progressistas, conforme denominado pelo autor, digladiavam-se em torno das discussões e das defesas de seus ideais sobre qual seria o futuro do negro no Brasil.

Nos ensinamentos do renomado professor Abdias do Nascimento, em sua obra publicada “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, a cor da pele sempre foi colocada em primazia nas análises sociais que buscavam dividir a população entre pessoas como detentoras de determinados marcadores que as colocavam em posições de maior ou menor relevância, prestígio e privilégios na estrutura social, marca esta que no Brasil o fator étnico e racial se sobressai em detrimento de demais parâmetros sociais (Nascimento, 2016, p. 48).

Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo*, pode negar o fato concreto de que no Brasil a *marca* é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. (Nascimento, 2016, p. 48).

É possível mencionar, segundo a obra de Bomfim, uma das falas marcantes difundidas no século XIX por Silveira Martins, político conservador de sua época, que dizia: “amo mais ao meu país que ao negro” (Bomfim, 1931, p. 126), ou seja, os conservadores que eram maioria e dominantes no cenário político nacional colocavam o próprio país como uma personificação alheia à população negra.

Nesse entendimento, para que o Brasil pudesse se manter, não era incluso no rol de prioridades ou preocupações políticas a situação social, financeira, econômica, política, humana, alimentícia, educacional ou em qualquer outro espectro público que fosse voltado ao atendimento da população negra, ideais que

---

<sup>4</sup> Ao passo que, segundo as teorias, livros e revistas que foram sendo produzidos, a figura do índio era considerada redimível, ou seja, caminharia para um processo de civilização, sendo distanciada da figura do negro (Schwarcz, 1993, p. 147).

se saíram vitoriosos ao pensamento progressista, defendido por nomes como Castro Alves e Luís da Gama, que pregavam o fim da situação de miséria do negro, o acesso à educação e ao trabalho para sua inclusão e integração à sociedade.

O viés higienista era algo muito presente junto aos teóricos e pensadores brasileiros do período, como os médicos, engenheiros, educadores e juristas com maior ênfase do final do século XIX e início do século XX e, quase que de forma integrada, áreas diferentes do conhecimento buscavam uma conexão metodológica e teórica para pregar o mesmo ideal (Gontijo, 2010, p. 20).

Até nos dias de hoje, por exemplo, observamos terminologias racistas no uso da linguagem, “ditados” que tem como objeto a inferiorização do negro ou “termos” da língua portuguesa que depreciam o negro ou a negra, neste caso inclusive havendo a interseccionalidade com a percepção de proteção legal tanto da mulher, mas principalmente da mulher negra.

Inclusive no ano de 2023 foi alterada a Lei Federal nº 7.716/89 (que trata dos crimes de preconceito de raça ou de cor), ampliando o rol de condutas passíveis de pena e prevendo como conduta criminosa de injúria racial a reprodução de piadas racistas em eventos de comédia, bem como em eventos esportivos, endurecendo a pena e as possibilidades de arbitramento de fiança ao infrator, tamanha a influência dos reflexos racistas em nosso país e a necessidade de uma medida estatal constante de ações antirracistas com foco na prevenção e punição de infratores (Brasil, 1989).

O período pós-abolicionista pode ser considerado no Brasil como um marco que grava o início da “modernidade negra” no país, de modo que ao considerar a ruptura com a sociedade então escravocrata e a nova formatação social a partir de então vigente, um novo processo de demarcação cultural e simbólica passou a fazer parte do ideário nacional (Guimarães, 2021, p. 69).

O racismo contra a população negra estava sendo robustecida e coadunada com elementos cada vez mais aprimorados, rebuscados academicamente, sofisticados juridicamente e elaborados para a manutenção da segregação. O racismo, segundo Wieviorka (2007), pode ser assim conceituado:

O racismo consiste em caracterizar um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características naturais e morais que vale para cada indivíduo dependente desse

conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e de exclusão. (Wieviorka, 2007, p. 9).

Segundo o autor, para que os ideais e práticas racistas possam se materializar no entreme social é necessária a diferenciação dos indivíduos através de atributos naturais, como exemplo a cor da pele, de modo que a partir disso seja estruturado um processo prático de exclusão desse conjunto humano diferente.

Exemplos desses atributos sociais negativos aos negros assumem força de lei. Em 1890 foi editado o “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil” (Brasil, 1890), que proibia a prática de capoeira, considerando quem a praticasse como “vadios”, com pena de 02 meses a 03 anos de prisão, sendo que aos “chefes ou cabeças” a pena se aplicaria em dobro, ou seja, o chefe de uma banda ou malta de capoeira poderia ficar preso por 06 anos, simplesmente por praticá-la. Igualmente eram puníveis, sendo consideradas condutas criminosas, a mendicância e a embriaguez e, mais adiante em 1941 foi criminalizada a conduta chamada de “vadiagem” que, basicamente, tinha por escopo a criminalização daquele que não possuía emprego e/ou estava em situação de rua.

A ciência foi deveras utilizada como uma forma de validação das teorias raciais propagadas da época, com ênfase na atuação higienista para com a sociedade brasileira, utilizando-se, os intelectuais, de um caráter “científico” para dar o embasamento necessário para a aceitação social dos ideais pregados.

Segundo Gontijo:

Essa cultura da higiene apoiava-se em um cientificismo difuso, de acordo com o qual a ciência seria o melhor meio para compreender e solucionar os problemas sociais. Para além das particularidades que distinguiam os paradigmas científicos difundidos entre os intelectuais brasileiros da virada do século XIX, observa-se a convergência de perspectivas no sentido de consagrar o saber científico como o caminho ideal para reduzir os fenômenos sociais a leis e informações objetivas, capazes de fomentar o desenvolvimento de instrumentos adequados a intervenções reformadoras na sociedade. (Gontijo, 2010, p. 21).

O processo de segregação, paradoxalmente, legitimava os discursos da superioridade branca. Com os elementos evolucionistas introduzidos no ideário social, buscava-se justificar o predomínio do branco em detrimento dos demais e sua posição superior e privilegiada socialmente, de modo que o branqueamento da

população era o caminho tido como certo para a manutenção da sociedade, segundo o darwinismo sociobiológico (Schwarcz, 1993, p. 180), ou seja, para o Brasil ser civilizado, tinha que ser branqueado.

No ano de 1911, em Londres, no Congresso Universal das Raças, João Batista de Lacerda apresentou um artigo, chamado “sobre os mestiços do Brasil”, no qual pregava e defendia essa tese de branqueamento da população como forma de melhoria da identidade nacional, de modo que “segundo essa formulação, a raça negra seria absorvida paulatinamente através da miscigenação [...]” (Guimarães, 2021, p. 157).

O Instituto Arqueológico Geográfico Pernambucano, fundado ainda quando da escravização brasileira, em 08 de outubro de 1862, passou ao longo dos anos de traçar novos parâmetros e diretrizes acadêmicas para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, principalmente no que tange à análise das raças.

Tal Instituto teve, assim como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pensadores que agiam através de suas obras para difundir os ideais racistas de embranquecimento da população brasileira e a extinção, tida como absolutamente necessária, dos negros enquanto grupo social.

A mestiçagem era vista de forma ambígua: apesar de temida, nela se encontrava a saída controlada e compatível com a representação ordeira que essa elite pernambucana possuía da sociedade. Assim, apesar do manejo com os modelos poligenistas de análise, era sempre a aceitação do monogenismo e a idéia de evolução que acabavam predominando quando se tratava de pensar a situação local. (Schwarcz, 1993, p. 161).

Havia, portanto, uma dicotomia existente na época, em especial nas primeiras décadas do século XX, a respeito da figura do mestiço no Brasil, pois enquanto alguns teóricos e cientistas viam o mestiço como um ser “degenerado”, devido ao entendimento de mistura maléfica entre brancos com negros e indígenas, do outro lado havia quem pregava que a solução para que a população brasileira pudesse, um dia, ser branqueada era a de, justamente, gerar a mestiçagem até que o país fosse majoritariamente branco.

Quando se tratou de tematizar a questão racial, o instituto mostrou, na saída via branqueamento, a mesma atitude que caracterizaria até então sua atuação. A realidade ainda parecia, para as elites locais, bastante fácil de ser manipulada. O influxo branco auxiliaria a tarefa

que originalmente cabia à natureza cumprir: tornar o país mais branco e livre da influência maléfica de outras populações. (Schwarcz, 1993, p. 164).

Com a finalidade de perpetuação, portanto, do status de superioridade racial e social, era latente a necessidade de que fossem criados e endossados teoricamente um conhecimento pseudocientífico que pudesse, de certo modo e de certa forma, “justificar” a diferenciação que era continuada nos entranhas sociais.

No Brasil, como em outras partes das Américas, o processo de abolição proporcionou uma onda de reflexão erudita, pseudo-científica, em torno do conceito de raça, cujo resultado foi criar justificativas para a continuada desigualdade social entre europeus e não europeus. (Guimarães, 2021, p. 155).

Atuando de modo integrado, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não agiu diferente. Pautando suas ações e estudos também na finalidade do chamado “progresso da nação”, valorizando a figura do bandeirante, renomados pesquisadores enrijecerão as pesquisas e teorias raciais de supremacia branca, inclusive tendo um papel preponderante na inclusão e integração dos novos imigrantes brancos europeus no território nacional.

Afinal, era essa mesma elite paulista que assumia para si a tarefa de promover uma imigração europeia condicionada por leis restritivas à entrada de populações negras e amarelas, que previa o final desses grupos “selvagens que se tornaram degenerados. Dos indígenas, pouco se esperava, dos negros e mestiços menos ainda”, era o que afirmava um ensaio escrito em 1906 sobre o problema da mão de obra no país, reproduzindo inquietações presentes naquele momento. (Schwarcz, 1993, p. 172).

Importante ressaltar que, até a abolição da escravização da população negra, a imensa maioria da mão de obra que desenvolvia as atividades laborais no país era adstrita aos negros, os quais por séculos foram forçados, obrigados e sofreram a exploração de sua mão de obra.

A partir desse momento houve uma nova concepção de direito em que se constrói uma noção “científica”, de modo que a disciplina surge aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a uma antropologia física e determinista, sendo possível mencionar estudos relativos à antropologia criminal, mais especificamente entre as Escolas de Direito de Recife e de São Paulo.

A preponderância de artigos sobre direito criminal não parece, portanto, acidental. Faz parte de um debate específico, de uma seleção intencional de autores e teorias. Em Recife, esse esforço todo resultou na reelaboração dos modelos científicos então disponíveis, com um acento especial a essa área nova do direito criminal em suas determinações raciais. (Schwarcz, 1993, p. 209).

Aliada à antropologia criminal, os estudos da medicina legal também tiveram uma atuação preponderante para o robustecimento desta compreensão, buscando a mudança de percepção para o criminoso, ao invés de buscar compreender as razões para o delito e, acima de tudo, quais as pessoas que seletivamente eram consideradas criminosas.

A partir de inícios do século XX, os ensaios sobre medicina legal tornam-se constantes. Neles, o objeto privilegiado não é mais a doença ou o crime, mas o criminoso. Abandona-se o vocabulário estrito da medicina, para alcançar um linguajar que mais se aproxima da fala policial e dos discursos dos juizes de direito. (Schwarcz, 1993, p. 274).

Em meio a teorias, debates e inclusão de pensamentos chamados de científicos a respeito da população negra brasileira, na década de 1930 há uma importante mudança de percepção a respeito da questão racial no país, tendo como principal teórico Gilberto Freyre em seu livro “Casa-grande e Senzala”, tendo sido publicada a 1ª edição em 1933, através do qual protagonizou o fomento da teoria da “democracia racial” no país, mudando perspectivas históricas e dando um novo elemento formador de opinião a respeito da questão racial do Brasil (Freyre, 1933).

Com efeito, já nos anos 1930, a noção elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre (1930), de que esse era um país racial e culturalmente miscigenado, passava a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais que se precipitam na época. (Schwarcz, 1993, p. 325).

Fato é que tanto as teorias contrárias ou em defesa da mestiçagem, incentivadas no final do século XIX, bem como na teoria da democracia racial a partir dos anos de 1930 continuavam buscando construir, ainda que de forma artificial, uma identidade nacional e uma certa singularidade do povo brasileiro (Schwarcz, 1993, p. 327), motivo pelo qual passaremos a estudar o que foi, de fato, o mito da democracia racial e seus impactos no pensamento social brasileiro.

Na década de 1930 o Brasil passou por uma grande alteração no cenário interpretativo da realidade social, a partir de uma série de teorias e ações tanto governamentais como de intelectuais de seu tempo, tendo como principal finalidade não mais elaborar pensamentos “científicos” de exclusão da população negra e mestiça ou de perseguir teses de inferioridade racial, mas principalmente foi colocado em prática um pensamento social que mudaria para sempre o modo de compreensão sobre a questão racial brasileira.

A democracia, tal como imaginada por Freyre e herdada dos intelectuais latino-americanos do século XIX, consistia em conceber como mobilidade social e cultural a mestiçagem entre brancos e negros, ou seja, tinha como seu pressuposto a inferioridade cultural e social dos negros, a qual se desfaria ao longo do tempo através de sua absorção no grupo social e cultural branco. (Guimarães, 2021, p. 263).

Importante ressaltar que, com o fomento do ideal de branqueamento da população brasileira, um dos principais objetivos que sustentaram sua intencionalidade de aplicação no contexto social foi a de que, com a miscigenação e conseqüente branqueamento da população negra, haveria, portanto, maior mobilidade social, haja vista considerarem “cientificamente” que os brancos constituíam um grupo superior aos demais, de modo que haveria sua absorção social ao longo do tempo.

Articulando ideários de identificação de parâmetros para arrefecer os ânimos sociais relativos aos reflexos dos séculos de escravização da população negra, buscou-se desenvolver uma teoria de integração racial brasileira, visando demonstrar a partir de uma série de argumentos e correlações fáticas como o Brasil havia se tornado, de um país segregador, um país de acolhimento e integração racial.

Criou-se, portanto, os primórdios do que posteriormente seria denominada a teoria da “democracia racial” <sup>5</sup>a partir da publicação da obra “Casa-grande e senzala”, de Gilberto Freyre, tendo sua primeira edição publicada no ano de 1933, a qual gerou um impacto sobre a interpretação dos fatos históricos da época e, inclusive, até os hodiernos dias causa polêmica quando de sua análise e verificação no pensamento identitário da população brasileira.

---

<sup>5</sup>Importante destacar que este termo de “democracia racial” não foi cunhada por Gilberto Freyre.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e nem tão legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (Nascimento, 2016, p. 111).

A história, assim como variados segmentos teóricos do conhecimento, é passível de plasticidade em sua formatação, isto é, nem sempre a “estória” contada em livros, apostilas e filmes é a que, de fato, ocorreu na “história”.

A partir da publicação da obra de Gilberto Freyre o pensamento da democracia racial foi sendo expandido e capilarizado socialmente, “ao passo que o seu significado corrente se estabeleceu apenas nos anos de 1940, em alguns círculos intelectuais e políticos, para tornar-se, nos anos de 1950, de uso corrente nos escritos de ciências sociais” (Guimarães, 2021, p. 229).

É imperioso sempre destacarmos que, assim como outras ferramentas de poder, a interpretação dos fatos históricos e o modo de sua representação educacional pode ser um grande instrumento utilizado para subverter e, de modo sub-reptício, “contar” os fatos do modo mais conveniente à classe dominante e fixar, na mentalidade social, ideários de favorecimento de classes ou de consolidação de argumentos para manutenção do status de inferioridade de outras classes.

Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da “população de cor”, fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. [...] Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna. (Fernandes, 2021, p. 274).

Analisando-se o arcabouço teórico estudado para o desenvolvimento da presente pesquisa, fez-se absolutamente necessária a demonstração e afirmação do que este pesquisador tem como verdadeiro e devidamente interpreta como fatos históricos que representaram a trajetória da população negra no Brasil, de modo que após a base histórica aqui fixada seja possível estabelecer os parâmetros da pesquisa e buscar a elucidação do problema científico levantado.

A obra de Gilberto Freyre, portanto, representa um marco teórico na

representação histórica da questão racial brasileira, tanto que algumas obras mostram certa ruptura histórica dos estudos raciais em períodos separados, ou seja, de 1888 a 1930 e de 1930 em diante, como exemplo “O genocídio do negro brasileiro”, “O espetáculo das raças”, “Modernidades negras” e “A integração do negro na sociedade de classes”, demonstrando o impacto que a publicação da obra teve não somente nacionalmente, mas também no modo como o mundo olhava e compreendia sobre o racismo no Brasil.

O que logo sobressai na consideração do tema básico deste ensaio é o fato de que, à base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito da *democracia racial*; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando de iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas (Nascimento, 2016, p. 48).

Tendo por alicerce o argumento de harmonia racial entre negros e brancos, fora introduzido nos entranhas sociais o pensamento de que todo o processo histórico de escravização, crueldade e morte da população negra havia, simplesmente, ficado para trás, de modo que, a partir da década de 1930, havia um outro Brasil existente quando se analisavam os espectros raciais, um Brasil harmônico, acolhedor e que havia conseguido integrar a população de um modo absolutamente eficaz.

Negar que existisse, no Brasil, “preconceito de raça” era algo que perpassava, contudo, todos os discursos. Não equivalia, entretanto, como pode parecer à primeira vista, a desconhecer o preconceito de cor que atormentava os afro-brasileiros. Ao contrário, este é algo afirmado enfaticamente por todos como sendo praticado indistintamente por brancos e negros. (Guimarães, 2021, p. 91).

Criou-se, portanto, um modelo de racismo evoluído, sofisticado e inteligente, introduzindo a perversidade racial contra a população negra como uma das grandes qualidades do Brasil (Nascimento, 2016, p. 50), apresentando-se numa roupagem muito diferente da que se observava na época nos Estados Unidos, por exemplo.

Na própria obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (Freyre, 1933) é possível identificar a segregação espacial com a social, de modo que se

analisarmos o distanciamento entre a casa grande, local em que a família aristocrata exploradora da mão de obra escravizada residia, e a senzala, local em que as pessoas negras tinham de viver, distante da casa grande, por vezes distante até mesmo do visual, mantendo morfologicamente a segregação que, após a abolição, manteve-se construída nos cenários urbanos do país.

O grupo hegemônico impõe ao grupo minoritário uma certa localização no espaço, um certo bairro, por exemplo. Indivíduos do grupo minoritário tem acesso ao restante da cidade, porém não como grupo, o deslocamento coletivo se torna impossível. Esta estratégia permite aos hegemônicos isolar e controlar o outro, determinando as relações espaciais “permitidas” para o grupo minoritário e tirando todas as vantagens que esta configuração pode oferecer. (Gomes; Mello, 2021, p. 23)

Atualmente, analisando territorialmente as cidades, é possível identificar que a exclusão e segregação social, a partir do recorte racial, constitui um fator de preponderância na constituição do complexo urbano, de modo que há uma reificação perceptível na realidade vivida.

O racismo estrutural, portanto, estrutura-se urbanisticamente de modo a segregar grupos populacionais, em especial a população negra, em regiões periféricas, afixando-as em determinadas localidades, bairros e regiões e, concomitantemente, erige barreiras para sua mobilidade social e, por conseguinte, obstáculos para sua mobilidade territorial.

Enquanto nos Estados Unidos vivia-se uma elevada segregação jurídica, normativa, intelectual, econômica e social entre negros e brancos, em especial com o chamado “Jim Crow”, estudado de forma profunda na obra “A nova segregação: racismo e encarceramento em massa”, da autora Michelle Alexander (2017), tendo como reflexos a ação vigorosa do ativismo negro contra o sistema imposto, por outra senda no Brasil se colocou em prática todas as características observadas na América do Norte, porém de uma forma sorrateira, arrefecida, dissimulada e por debaixo de qualquer exposição racista ostensiva.

Tal democracia racial seria aquela autenticamente brasileira, para a qual requereria um Estado forte e regulador das relações sociais, de modo que os potentados privados não sucumbissem à tentação de transformar diferenças raciais e culturais em hierarquias sólidas. Apenas as diferenças de classe poderiam ser reconhecidas pelo

Estado e por ele mediadas, e reguladas por extensa legislação. (Guimarães, 2021, p. 163).

O nível estratégico que foi utilizado para buscar o enraizamento do conceito de democracia racial, portanto, deixou de reconhecer qualquer tipo de relação desigual por motivo de raça para somente reconhecer questões relativas às classes sociais, algo que demonstra sua perversidade, pois uma das melhores formas de solidificar o racismo é, justamente, não aceitar sua existência, afinal, aquilo que não existe não pode ser mudado.

O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, “democracia racial”, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais. O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que aparta os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos. (Ribeiro, 2015, p. 20-21).

Enquanto mais se expandia a teoria da democracia racial no país, mais se tornava algo ilógico e até mesmo indevido discutir sobre o racismo brasileiro, principalmente por não ser mais considerado necessário debater algo que o país já havia “superado” e não mais existia, o que gerou, e ainda gera, uma aceitação de inúmeras questões sociais contra a população negra sob o argumento de que há de fato estabelecida uma igualdade de condições raciais na população brasileira.

Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituíram detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falto quanto essa espécie de “democracia racial” (Nascimento, 2016, p. 54).

Deveras importante salientar que em toda a obra “Casa-grande e senzala”, de Gilberto Freyre, apresenta-se presente um antagonismo nas argumentações e nos dizeres estruturados para construir sua teoria acerca do regime escravocrata no Brasil e nas relações entre exploradores e explorados.

Em todo o transcorrer das mais de 700 páginas do livro, assim como enfatizado no prefácio da última edição por Fernando Henrique Cardoso, uma compreensão paradoxal, conflituosa e antagônica foi sendo abordada no

desenvolvimento do raciocínio para, justamente, arrefecer e “humanizar” atrocidades para um entendimento que fosse minimamente aceitável para a sociedade então vigente quando de sua publicação (Freyre, 1933).

Gilberto Freyre, ao desenvolver o pensamento que se conceitua como o da “democracia racial”, afixou algumas bases teóricas para sua manutenção, isto é, ao longo de sua obra, introduz e estabelece algumas alavancas que balizam o sustentáculo de sua defesa, as quais são de grande importância estudar visando a compreensão da estrutura lógica do pensamento teórico alicerçado e que se reflete sobremaneira até os dias hodiernos.

Apenas para mencionarmos as principais bases da teoria da “democracia racial”, é possível citarmos, por exemplo, a narrativa sobre a sobrevivência cultural africana, a influência humanizadora da Igreja Católica, a proximidade entre explorador e escravizados e a exploração sexual da mulher africana.

É possível mencionar, também, que um dos principais fatores utilizados pelos defensores da “democracia racial” brasileira é com relação à liberdade concedida para as pessoas escravizadas após determinadas condições e sob determinados pretextos, argumentando que, ainda durante a vigência do sistema escravocrata, pessoas eram libertas após a pura benevolência do explorador, o que demonstraria respeito e o afeto que havia entre ambos.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. (Nascimento, 2016, p. 79).

Conforme o professor Abdias do Nascimento denuncia, havia sim a “libertação” de alguns poucos escravizados, mas como forma de descarte humano de determinadas pessoas que, por suas condições físicas, não mais conseguiam desenvolver a mão de obra forçada, de modo que eram simplesmente lançadas à rua para aguardar sua morte.

Outro fato também elencado, e inclusive relacionado com a área da segurança pública atinente às Forças Armadas, é a libertação de escravizados após lutarem nas guerras da nação, como exemplo a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), como os denominados “Zuavos”.

“Africanos livres” se tornavam também aqueles escravos utilizados como soldados para fazer as guerras de destruição dos dirigentes brancos. Obtinham soldados prometendo a liberdade para os escravos que se alistassem no serviço militar. Para se tornarem, mesmo que precariamente, livres, muitos se inscreveram: buscavam a liberdade de morrer nas guerras dos colonizadores escravocratas. A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca. (Nascimento, 2016, p. 80).

Utiliza-se, portanto, tal argumentação como mais um endosso à integração supostamente existente da população negra na sociedade brasileira, interpretando um alistamento e participação do escravizado como forma desesperada de almejar sua liberdade como um fator de igualdade e até mesmo como um aspecto de que a população negra estaria lutando pelo país por amor à pátria.

É constrangedor revolver aspectos tão ignóbeis do nosso passado histórico. Mas os afro-brasileiros precisam rever constantemente fatos como este de dar a sua vida nas guerras de um país que não os reconhecia como seres humanos e que, até os dias presentes, os mantém como cidadãos de segunda classe. (Nascimento, 2016, p. 80).

Desse modo, os defensores da “democracia racial” passaram, paulatina e progressivamente, a repercutir e reproduzir o pensamento detalhadamente estruturado acerca da suposta igualdade racial brasileira, incutindo na sociedade uma nova concepção de que todo o passado histórico existente havia sido extinto e que uma nova nação se constituía, sem qualquer vínculo, laço ou influência de todo o passado histórico brasileiro.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (Munanga, 2023, p. 83)

Tal metodologia de transformação hermenêutica da interpretação histórica acerca do processo discriminatório contra a população negra é chamada por Darcy

Ribeiro como um processo de “racismo assimilacionista”, adotado com o fulcro de buscar sua capilaridade social e sua assimilação nas pessoas do modo mais sociável possível. Nas palavras do autor:

O aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido. [...] Seu objetivo ilusório é criar condições de convivência em que o negro possa aproveitar as linhas de capilaridade social para ascender, através da adoção explícita das formas de conduta e de etiqueta dos brancos bem-sucedidos. (Ribeiro, 2015, p. 170).

Tal metodologia teórica permitiu um enrijecimento ainda maior da estrutura racista existente desde o início da formação da sociedade brasileira, de modo que não somente estava presente nas bases estruturais da nação, mas agora dispunha de uma teoria minudentemente estudada e explicada acerca, justamente, da sua inexistência, permitindo sua progressão ainda mais velada e profunda.

### 2.3 O RACISMO ESTRUTURAL E A ESPACIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA COR

Como uma metodologia de governo, e por que não de estado, a população negra recém liberta da escravização que fora buscar oportunidades de manutenção de suas vidas nas localidades urbanas, deparou-se com uma realidade diversa da liberdade prometida. Aos poucos e a partir de medidas públicas multifacetadas, por vezes travestidas de ações sanitárias, urbanísticas, arquitetônicas ou meramente organizacionais, houve o início do processo de exclusão dos negros no cenário urbano, de modo que as cidades passaram a não mais constituir uma opção para sua fixação e domicílio.

Em face à construção de obstáculos urbanos e sociais, a população negra cidadina teve de deslocar para regiões que margeavam os centros urbanos, como forma de cumprimento das medidas públicas então vigentes, de modo que a segregação social e racial existente no país desde o século XVI, passou a reificar morfológicamente o cenário urbano com a segregação territorial.

Bairros inteiros foram modificados, sendo substituídos por novas moradias de pessoas imigrantes, um desses exemplos é o bairro da liberdade, em São Paulo, que justamente tem esse nome devido à luta pela liberdade de pessoas

escravizadas.

Outro caso emblemático é o do cortiço chamado “cabeça de porco”, no Rio de Janeiro, o qual foi demolido em 1893 por ordem do prefeito, fazendo com que mais de 2 mil habitantes negros tivessem que construir suas moradias no hoje chamado “Morro da Providência”, uma das primeiras favelas do país.

Importante mencionar a forte atuação de Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro por volta de 1902 a 1906, o qual fomentou ainda mais a destruição dos cortiços localizados dentro das cidades, de modo que a população que ali residia foi também obrigada a se mudar para os morros.

Hoje, quando vemos o atual cenário da segurança pública do Rio de Janeiro, por exemplo, especialmente com relação às comunidades localizadas nos morros e o constante emprego policial nestes territórios, faz-se importante se indagar a respeito das consequências da ausência do estado no processo de formação dos centros urbanos que, a partir de um recorte racial, gera efeitos de impacto no protagonismo da segurança pública e da sociedade como um todo.

Apesar das atribuições bem definidas, todos têm algo em comum – a atuação em favelas -, aliás, sendo essa uma característica de toda a PMERJ. Essa realidade operacional se explica pelo fato de que criminosos, principalmente traficantes, aproveitando as diversas lacunas deixadas pelo Estado nessas regiões, se instalam nesses bolsões de miséria, conseguindo apoio de alguns moradores, fazendo muitos outros reféns de suas armas e atitudes autoritárias, dificultando a ação policial em diversos momentos. (Araújo, 2020, p. 262).

O início da construção e alocação populacional destas localidades vem do final do século XIX e início do século XX, como uma forma de expulsão da população negra, recém-liberta, dos centros urbanos e sua busca pela sobrevivência urbana, ainda que com a desamparo do estado.

Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convivência social menos hostil. Constituíram, originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas. Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos. (Ribeiro, 2015, p. 167).

Distantes dos centros urbanos, sem moradia digna, sem trabalho, sem comida, sem condições mínimas para sua subsistência, sem existência de escolas em que era possível o acesso das crianças e, em muitos casos, sem sequer ter essa possibilidade pela ausência de documentações básicas, como certidões de nascimento, o acesso à educação era praticamente inexistente, expulsos das cidades e sendo fortemente marginalizados para que ficassem fora da vista das elites, após a efetivação da mão de obra servil por imigrantes europeus, essa foi a realidade que iniciou a vida da população negra recém-liberta da escravização.

Com o processo de substituição da mão de obra para a absorção dos novos imigrantes europeus que chegavam ao Brasil, significativa parcela da população negra migrou para os centros urbanos, contudo, deparou-se com a dificuldade em se integrar aos “novos padrões de comportamento e do estilo urbano de vida” que, entre outros fatores, dependia da “aquisição prévia e em larga escala das formas de ganhar a vida produzidas e reguladas pelo desenvolvimento da civilização urbana e industrial” (Fernandes, 2021, p. 167).

Enquanto e na medida em que se viam excluído de tais formas de “ganhar a vida”, o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e culturalmente daquela civilização. Ficavam condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente ao mundo urbano, através da herança sociocultural transplantada do antigo passado rústico do “escravo” e do “liberto” (Fernandes, 2021, p. 167).

Outras pessoas negras libertas acabaram indo para as cidades, buscando trabalho junto às necessidades urbanas, mas também sem sucesso, de modo que eram forçados a buscar locais precários para moradia, espaços coletivos que foram denominados de “cortiços”, perpetuando certa continuidade da configuração segregacionista pré-abolição junto à sociedade brasileira.

Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. (Ribeiro, 2015, p. 174-175).

O governo e a elite os consideravam como locais de doenças, depravação e

que retiravam as “belezas” da cidade, por isso, passaram a criar medidas jurídicas disfarçadas de ações sanitárias, proibindo a instalação e existência dos “cortiços”, de modo que aquela população negra foi obrigada a sair dali e buscar alguma moradia em locais mais afastados, sem acesso ao usufruto de direitos individuais e sociais básicos e, agora, mais distante ainda dos serviços públicos que poderiam promover a mobilidade social.

A população negra foi, então, excluída financeiramente, economicamente, socialmente e intelectualmente no início da república, de modo que é perceptível o racismo contra negros já existente na construção da estrutura da sociedade brasileira, construindo um processo de escravização em liberdade.

Na obra “Racismo territorial: o planejamento urbano tem um problema de raça?”, Gomes e Mello (2021) assim explicitam:

Observa-se que os territórios majoritariamente ocupados pela população negra nos grandes centros ainda são espaços precários e periféricos em sua maioria, com raízes profundas ligadas ao papel social dos negros ao longo dos anos na sociedade brasileira. (Gomes; Mello, 2021, p. 13).

Um dos territórios do Brasil que essa realidade é mais perceptível é o Rio de Janeiro<sup>6</sup>, sobretudo pela forte influência da cidade neste período histórico, qual seja final do século XIX e início do século XX, bem como pela quantidade significativa do deslocamento de população negra para lá buscar sobreviver.

Em outras cidades, no entanto, essa realidade não se difere muito no espaço territorial, principalmente ao se analisar as regiões periféricas dos grandes centros urbanos, de modo que é nítida a percepção de que a cor da pele majoritária é a negra, acompanhada da pobreza e da inacessibilidade dos serviços públicos básicos.

Com base nisso, daremos sequência para a quarta dimensão, a qual foi estipulada com a finalidade de analisar o conflito existente na forma de compreensão das questões sociais que estão envoltas à população negra, em que

---

<sup>6</sup>Um dos exemplos mais factíveis de se analisar, a respeito desse processo de segregação racial e territorial que a população negra vivenciou, são as ocupações nos morros cariocas, locais até então praticamente inabitados quando do final do século XIX e início do século XX, mas que passaram a ser a única opção para moradia dos negros excluídos das cidades, ao passo que hoje, com a expansão das áreas municipais e aumento do território urbano, as ocupações inevitavelmente passaram a compor o âmagu urbano do Rio de Janeiro.

não poucas pessoas, argumentam e defendem a tese de que é uma questão majoritariamente social, isto é, são aspectos ligados à condição econômica que coloca essa população na ancoragem da ascensão social, e não a cor da pele e os reflexos de um processo histórico que se confunde com o amadurecimento da própria nação.

#### 2.4 O RACISMO ESTRUTURAL E A RAÇA COMO ELEMENTO DA DESIGUALDADE

O racismo enquanto estrutura de formação do Brasil é justamente sua manifestação enquanto base de alicerce da sociedade brasileira, representando um resultado e, ao mesmo tempo, uma válvula propulsora da estruturação social do país.

Como estudado, os ideais racistas e segregacionistas sempre estiveram presentes e fortemente manifestos, de modo que ao mesmo tempo que o Brasil vinha sendo constituído e estruturado enquanto sociedade e país, tal processo foi acompanhado dos ideais escravocratas e, mesmo após a abolição, reforçados por teorias de absorção e continuidade discriminatória contra a população negra.

Desde o início do processo de formação do país, a segregação e o distanciamento para com a população negra estiveram presentes, moldando as formatações de construção da estrutura social brasileira, de modo que até os dias de hoje vivemos os reflexos das capilarizações desta modulação teórica sobre a formação nacional.

Separadas por este distanciamento social, as relações humanas impregnaram-se das vicissitudes de uma coexistência desigualitária que bipartia a condição humana numa categoria superior de “gente” oposta a outra de “bichos”: a primeira com todos os direitos, a última somente com os deveres. Muito da discriminação racial e social que ainda hoje padecem os povos americanos tem suas raízes nesta bipartição que fixou, tanto nos brancos quanto nos negros e seus mestiços, rancores, reservas, temores e ascos até agora não erradicados. (Ribeiro, 2016, p. 39).

Compreender o Brasil hodierno, analisando-se o racismo no cenário

nacional<sup>7</sup> é, acima de tudo, compreender sobre o processo de formação societária nos aspectos econômicos, jurídicos, laborais, políticos e sociais, os quais se desenvolveram criando, moldando, desenvolvendo e consolidando estruturas que produzem a formatação nacional que hoje vivenciamos.

Portanto, quando falamos em uma infiltração do racismo nas estruturas de base e consolidação da sociedade brasileira, estamos falando então do denominado racismo estrutural, ou seja, de uma prática que esteve e ainda está arraigada nos alicerces de construção do próprio país.

Segundo o jurista e professor Silvio Almeida, em sua obra “Racismo estrutural”, tal terminologia pode ser assim definida:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2021, p. 50).

Em suas palavras, é possível compreender o racismo estrutural como um processo normalizado de convivência social, tanto entre os membros da sociedade de um modo geral, como também nas relações das pessoas com as estruturas de poder que balizam e norteiam a governança social.

No formato pelo qual se apresenta, não há uma fácil e ostensiva visualização dos reflexos do racismo estrutural quando analisamos o panorama social brasileiro, isso se dá, em especial, pelas características básicas da metodologia racista que se permeou sorrateiramente nos mais profundos espaços estruturais, de modo que para ser possível enxergar sua manifestação, é imperiosa a necessidade de sua compreensão e de uma visão sócio-histórico da formação racial brasileira.

O racismo é um elemento deste jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas

---

<sup>7</sup>“Se boa parte da sociedade vê o negro como suspeito, se o negro aparece na TV como suspeito, se poucos elementos fazem crer que negros sejam outra coisa a não ser suspeitos, é de se esperar que pessoas negras também achem negros suspeitos, especialmente quando fazem parte de instituições estatais encarregadas da repressão, como é o caso de policiais negros.” (Almeida, 2021, p. 68).

negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado. (Almeida, 2021, p. 181).

O racismo se apresenta, desse modo, em todo o complexo social através de desigualdades existentes por um fator racial muito específico e comum frente a várias áreas e setores estruturais da sociedade, de modo que a própria sistemática existente favorece e permite a reprodução das práticas segregacionistas e, cada vez mais, maior exclusão da população negra.

O autor Dennis de Oliveira, em sua obra “Racismo estrutural: uma perspectiva histórico crítica”, assim exemplifica sobre o caráter de naturalização da estrutura racial no Brasil:

Dia de semana em uma cidade como São Paulo, por volta do meio dia. Uma cena que se “naturalizou” é meninas e meninos de dez anos ou até menos vendendo doces ou limpando vidros de automóveis nos cruzamentos das ruas. A cor dessas crianças é negra. E se andarmos para determinados lugares, particularmente onde existem escolas particulares, vemos crianças brancas saindo alegremente das aulas e entrando em carros particulares de seus pais, indo para casa descansar (Oliveira, 2021, p. 61).

Conforme estudaremos adiante, a população negra sofre com processos discriminatórios, altas taxas de letalidade, vitimização e violência perpetrados, de modo que “O preconceito social e a discriminação, interiorizados em seus valores básicos representam também um importante papel etnocida” (Ribeiro, 2015, p. 193).

De um modo conceitualmente subjetivo, isto é, mantenedor da subjetividade humana, mas com sérios e graves manifestações objetivas através do meio social, o racismo estrutural possui raízes tão profundas que, segundo Djamila Ribeiro em sua obra *Pequeno Manual Antirracista*: “É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (Ribeiro, 2020, p. 38).

O racismo na sociedade brasileira se apresenta, portanto, de forma estrutural e estruturante nas relações sociais, conforme é demonstrado no contexto histórico racial do país, perante o processo colonialista e de dominação pelo qual a população negra sofreu, e ainda sofre, junto à organização social do país.

Mesmo que pareça estilhaçada a ponto de se apresentar como feita de atos individuais, eventualmente isolados, a violência racista depende da análise sociológica e política, uma vez que ela se exprime não no vazio social, político ou institucional, mas em um contexto que a torna possível, até mesmo aos olhos de seus protagonistas (Wieviorka, 2007, p. 72).

A essência racial trazida através de um processo histórico de formação da própria estrutura da sociedade brasileira, portanto, nas palavras de Florestan Fernandes: “[...] se manifesta de forma discreta, velada e morna. Contudo, isso não impede que ele corresponda a um padrão histórico-cultural e que, em conformidade com esse padrão, opere de modo constante, geral e segundo variações coordenadas socialmente.” (Fernandes, 2021, p. 799).

A chamada “democracia racial”, que estudamos a pouco, reflete-se e se molda no cenário social hodiernamente sob variadas facetas, como exemplo através da “meritocracia”, isto é, ao considerar que absolutamente todas as pessoas detêm as mesmas oportunidades e possibilidade de acesso a tudo, de modo que a mobilidade social se torna um fator subjetivo, ou seja, exclusivo da vontade daquela determinada pessoa em galgar uma ascensão social.

A formatação que o racismo emoldurou exclusivamente no Brasil se perfaz de tamanha complexidade e emaranhado de microestruturas de dominação e exercício de poder, que pode se expressar até mesmo perante a própria população negra, criando um ambiente social de normalização de uma estrutura criada, desenvolvida e formatada para naturalizar o anormal.

Graças ao padrão que assume, o “preconceito de cor” não cria alvos explícitos de defesa ou de ataque. A vítima sofre as suas consequências negativas em extrema impotência, acabando ela própria por forjar ou por agravar o seu isolamento sociocultural, aumentando ainda mais a distância econômica e sociocultural que a separa da “raça dominante” (Fernandes, 2021, p. 812).

Questionar tal estrutura de poder com a principal finalidade de alcançar sua compreensão e se tornar um ente social ativo ao situar-se em posições antirracistas, segundo a autora, torna-se algo imprescindível para que a estrutura existente seja modificada.

Segundo Djamila Ribeiro:

Perceber-se é algo transformador. É o que permite situar nossos privilégios e nossas responsabilidades diante de injustiças contra grupos sociais vulneráveis. Pessoas brancas, por exemplo, devem questionar por que em um restaurante, muitas vezes, as únicas pessoas negras presentes estão servindo mesas, ou se já foram consideradas suspeitas pela polícia por causa de sua cor. (Ribeiro, 2020, p. 32-33).

Como a autora relata, a transformação social somente se tornará possível e viável quando cada pessoa assumir seu papel enquanto questionadora da sistemática social e das modulações estruturais que a sociedade impõe, protagonizando-se enquanto ente de ação perante o complexo social.

O racismo estrutural, seus impactos e reflexos na ordenação social, passam a se tornar passíveis de questionamento e de mudança a partir do momento em que possam ser não somente vistos, mas sim devidamente enxergados para que a mudança comece a ocorrer. Nas palavras de Florestan Fernandes:

O “preconceito de cor” pode ficar mais sufocado e escondido. Nem por isso ele cede lugar à simpatia e à comunhão. O que significa que um certo tipo de cegueira incurável continua a tapar a visão do “problema negro” por parte dos componentes da “alta sociedade” (Fernandes, 2021, p. 755).

A ascensão social da pessoa negra se apresenta, segundo Michelli Alexander (2017), eivada de obstáculos e entraves socialmente estabelecidos para que se perdue um sistema de segregação e exclusão social, realidade que se verifica não somente no Brasil, mas sob o prisma de todo o continente americano.

Segundo a autora:

O que está completamente ausente dos raros debates públicos de hoje sobre a condição dos afro-americanos é que um percentual gigantesco deles não é livre para ascender socialmente de nenhum modo. Não é só que lhes falem oportunidades, que frequentem escolas ruins ou que sejam afligidos pela pobreza. Eles são impedidos por lei de fazê-lo. E as principais instituições com as quais entram em contato são desenhadas para impedir sua mobilidade (Alexander, 2017, p. 51).

Como ensina Carlos Hasenbalg (2005, p. 119), o desenvolvimento histórico de uma sociedade no que se relaciona às questões multirraciais exige, por parte do grupo que estabelece a dominação ideológica, econômica, política e social uma

série de esforços e o desenvolvimento de medidas para que, combinadas entre si, possam gerar a coesão necessária para que tal modo de vida social seja estabelecida e, acima de tudo, possa perdurar no transcorrer de história.

De acordo com o autor:

Assim, o caráter não disfarçado da justificação da dominação racial coloca um problema de legitimação diferente do da dominação de classe. Dado o desenvolvimento histórico particular de cada sociedade multirracial, obter a aquiescência dos grupos racialmente subordinados exigiu combinações variadas de força e persuasão moral, indo de um máximo de dependência da coerção estatal legalizada, como nos sistemas de apartheid, “jim crow”, até o máximo de dependência na ideologia, como no Brasil e outros países latino-americanos (Hasenbalg, 2005, p. 119).

Seja através do Apartheid, ocorrido na África do Sul, seja no conjunto de medidas estatais denominadas de “Jim Crow”, proveniente dos EUA, ou na “Democracia Racial” tipicamente brasileira, tendo por expoente Gilberto Freyre, todos os referidos contextos de dominação ideológica possuem algo comum entre si, qual seja a criação de mecanismos complexos de modificação e meta-leitura da realidade social para que a visão da sociedade se dê exatamente em conformidade com o que pregam.

A discussão existente entre a simbologia das classes, ou acerca das estratificações de grupos raciais socialmente postos em distinção, considerando-se a raça como uma criação social, observa-se a presença de uma visão que correlaciona o aparato simbólico com a morfologia existente de fato na realidade social observada.

A segregação racial, presente na sociedade brasileira e em muitos outros países, sobretudo em desfavor da população negra, demonstra possuir uma capilaridade e representação no mundo fático, isto é, do mesmo modo que economicamente, juridicamente, ideologicamente e socialmente se apresenta como um fato segregado, coisifica-se no complexo social e dinamiza o processo de construção da sociedade, principalmente através dos territórios.

Ao analisar o conteúdo simbólico da realidade social Hasenbalg (2005, p. 108) estabelece uma conexão com Pierre Bourdieu no que se refere ao modo de leitura da completude dinâmica e que se constitui morfologicamente na sociedade, primando que os grupos sociais não deveriam ser vistos tão somente como unidades

reais, mas sim sendo plenamente possível identificá-los como unidades nominais, ou seja, que existem de fato, coisificadas no complexo urbano.

Para que a análise de Weber ganhe seu peso total, como argumenta Pierre Bourdieu em seu bem elaborado tratamento das distinções simbólicas, ela deveria ser reformulada: ao invés de opor classes e grupos de *status* como unidades reais, que podem aparecer mais ou menos frequentemente, dependendo do tipo de sociedade, elas deveriam ser vistas como unidades nominais (que podem ser encontrados na realidade), que são o resultado de serem acentuados os aspectos econômicos ou simbólicos, que sempre coexistem na realidade social. (Hasenbalg, 2005, p. 108).

Buscaremos compreender ao longo da presente pesquisa científica, através das estruturas de pensamento mencionadas, como esse contexto se apresenta nos tempos hodiernos e se há, e de que modo se reflete e gera consequências, tal mecanismo de estabelecimento social no que tange à mobilidade social do negro no Brasil, tendo como análise a realidade de policiais militares negros.

Para tanto e após a análise da quarta dimensão, é imperiosa a necessidade de que como quinta e última das dimensões estruturadas, que dão corpo e solidificam o racismo no Brasil, a violência é um de seus pilares, exercendo através da vitimização da população negra, sob todos os aspectos, razão pela qual passaremos a estudar o cenário de violência no Brasil a partir da cor da pele.

## 2.5 O RACISMO ESTRUTURAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA

Faz-se imperioso destacar que o racismo estrutural gera diariamente, na sociedade brasileira, uma série de consequências para a população negra do país, através de um processo de reprodução racista que se insculpe nas variadas arestas sociais e, como o professor Silvio Almeida (2021) ensina, o racismo estrutural se apresenta no âmbito social, jurídico, econômico, financeiro, político, territorial, educacional, de saúde pública, de segurança pública e ainda em uma vasta gama de segmentos do contexto em sociedade.

Segundo ensinamento do professor Kabengele Munanga:

A questão fundamental que se coloca no Brasil do século XXI e em todos os países do mundo que convivem ainda com as práticas racistas não é mais a raça, que cientificamente foi enterrada, mas

sim o racismo, que se mantém e se reformula através de outras essencializações e não mais pela noção biológica de raça. Deslocar o eixo da questão central, que é o racismo que faz vítimas e engendra desigualdades, para a questão da volta das raças, como se essas tivessem sumido do imaginário dos racistas e de suas vítimas, é uma estratégia enganadora contra as políticas afirmativas. (Munanga, 2023, p. 123).

Há um aspecto preponderante quando se reifica os dados de mortes e se busca a análise da realidade social passível de visualização pelo pesquisador: a de que um fator crucial para que uma pessoa negra seja vítima de violência e, em decorrência disso, seja morta por algum fato, morta por ação policial ou um policial negro morto em serviço ou por razão da profissão, estão diretamente relacionadas com o território que se encontram.

Os pesquisadores Samira Bueno, Dennis Pacheco, Talita Nascimento e David Marques mencionam que esses territórios são aqueles localizados na periferia das cidades, ou seja, marginalizados urbanisticamente, excluídos historicamente e, portanto, segregados socialmente, e em que a absoluta parcela da população residente é pobre e, também, negra (Anuário [...], 2022, p. 78).

Esses territórios que, em razão do processo sócio-histórico-racial brasileiro, encontram-se na estruturação pela qual observamos em praticamente toda a extensão do Brasil, sendo que um dos aspectos do cenário urbano é a segregação e a desigualdade social incutida no dimensionamento do espaço, coisificados urbanamente e com a correlação social do racismo evidenciado na estrutura das próprias cidades.

Baseado na proporção de negros e brancos nas periferias e nos aglomerados subnormais, o planejamento urbano tem um problema de raça que se nega a reconhecer, talvez pelo fato dos estudos raciais serem tabus no contexto da falsa democracia racial. Os constantes deslocamentos da população pobre, de maioria negra, orquestradas pelo Estado, intensificam os processos de segregação traduzidos em desmonte de territórios e redes de sociabilidade (Gomes; Mello, 2021, p. 144).

Com o abandono histórico do Estado nesses territórios, identifica-se o desenvolvimento e a consolidação de organizações criminosas, seja em razão do tráfico de drogas e armas ou as chamadas “milícias”, para justamente suprir de algum modo as necessidades que a população precisa, assumindo portanto um

papel de estado paralelo e, paulatinamente, estruturando-se nos segmentos daquele território para fornecer o que deveria ser responsabilidade do Estado de fazer, ocupando tal função e, com isso, afastando-se de qualquer legitimidade para organizar-se socialmente e, em não poucos casos, servindo-se da violência para o controle social da população subjulgada e para confrontar o braço armado do Estado que é a polícia.

Importante indicar que o foco de enfrentamento à comercialização e uso de drogas ilícitas representa um protagonismo de extrema presença dentro dos esforços estatais voltados à segurança pública, ensejando aplicação de efetivo policial que, não poucas vezes, é composto por policiais militares que desenvolvem as ações nas mesmas localidades em que residem e possuindo condições socioeconômicas semelhantes à grande maioria da população local.

Desse modo, há a existência de uma necropolítica, em que as operações policiais nas “quebradas” – quase sempre de forma violenta – oprimem a população, fazendo o uso de narrativas da chamada *guerra às drogas*. É com essa gramática construída que se impõem a coerção, estigmatização, descriminalização e as mais variadas formas de naturalização das violências física, psicológica e simbólica, a exemplo do racismo (Couto, 2021, p. 66).

Segundo Zaffaroni *et al.* (2003), a civilização hodierna, notadamente marcada por um processo industrial, urbano, tecnológico e, ao mesmo tempo, bélico e violento, expressa-se em um sistema de projeção do poder punitivo que mostra cotidianamente criminosos de um lado e policiais do outro, ambos caídos no solo, vitimados junto ao enfrentamento do cotidiano tido por comum na segurança pública brasileira.

A civilização industrial implica uma inquestionável cultura bélica e violenta. É inevitável que, apesar de não ser formulada hoje em termos doutrinário nem teóricos, a comunicação de massas e grande parte dos operadores das agências do sistema penal tratem de projetar o exercício do poder punitivo como uma guerra à criminalidade e aos criminosos. A imprensa costuma mostrar os inimigos (execuções sem processos) e também soldados caídos (policiais vitimados. [...]) Entretanto, isso costuma ser exibido como signo de eficácia preventiva. Por outro lado, as agências policiais descuidam da integridade de seus operadores mas, em caso de vitimização, providenciam um estrito ritual funerário de tipo militar (Zaffaroni; Batista, 2011, p. 57-58).

Hodiernamente, verifica-se a presença de um debate complexo ao se buscar a compreensão acerca da dinâmica de segurança pública existente na sociedade contemporânea, em especial através do conceito de biopolítica, de Michel Foucault e de necropolítica, de Achille Mbembe, que em várias localidades do mundo vitimizam centenas de milhares de pessoas, através de inúmeras formas, seja através de ausência de medida pública, do descaso ou de ações paradoxais quando observado sob a ótica dos direitos humanos internacionais.

Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; [...] soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão [...] ossos quebrados; tiroteios e fatalidades – um certo tipo de loucura. (Mbembe, 2016, p. 25).

A citação de Achille Mbembe, apesar de buscar uma representação do que denomina de ocupação tardo-moderna nos centros urbanos no âmbito da violência perpetrada por forças armadas, através de ocupações, conflitos e guerras declaradas, assemelha-se em muito à realidade do Brasil, mas no contexto da segurança pública interna do país.

Uma realidade nacional marcada anualmente, e de forma contínua, por violência extrema, mortes de milhares de pessoas e um conflito constante entre as forças de segurança pública e as organizações criminosas representa a realidade mencionada pelo autor, destacando-se porém que nesta guerra brasileira é a população negra, seja vestindo uma farda ou não, que acaba sendo mais vitimada.

A realidade histórica, social, econômica e territorial de significativa parcela de policiais militares negros, os quais se apresentam em maior representatividade exercendo funções em baixas patentes nas Forças Policiais, com menores salários e maior risco, é visto como um fator que se repercute no presente espectro sociológico, sobretudo ao se observar o aspecto de ascensão social do agente de segurança pública negro no país.

É possível sugerir, portanto, que fatores sociais<sup>8</sup> estabelecem forte e direta

---

<sup>8</sup> Utilizando-se o termo “sociais” em sentido amplo, buscando compreender e coadunar todos os elementos envolvidos ao contexto de vida em sociedade, como fatores econômicos, territoriais, históricos, financeiros, patrimoniais, jurídicos, entre outros.

influência no panorama de ascensão social do policial negro, arrimando-se como uma ancoragem sócio-racial que dificulta e fixa como obstáculo sua ascensão funcional, de modo que diretamente relacionado a isso, identifica-se presente o aumento dos riscos que, em razão do baixo *locus* social, acaba por enfrentar e, em não poucos casos, ser vítima das probabilidades de maior violência.

Segundo a professora e pesquisadora Maria Nilza da Silva:

Muitos policiais, militares ou guardas civis, como é o caso de João, também estão submetidos a uma vida de pobreza e privação e tem que conviver diretamente com a marginalidade. Chamou muito a atenção o fato da casa de João ser totalmente fechada. Quem passa em frente a sua residência não pode visualizar sua casa, nem o que está no quintal. Não somente os ricos estão vivendo em “enclaves fortificados”, como mostra a pesquisa de Tereza Caldeira, mas também aqueles que vivem nas periferias pobres e marginalizadas. No caso de João, que é um agente do estado encarregado de proteger o cidadão, é obrigado a conviver com crimes que tenta combater em seu cotidiano. Também o que chama a atenção na entrevista de João, é o fato dele lembrar intensamente do pai, mas sem mencionar que foi assassinado no bairro em que mora (Silva, 2006, p. 136).

Um trabalho que se mostra significativo para compreender um pouco melhor o presente panorama social foi a obra “Falcão meninos do tráfico”, livro e documentário produzidos por MV Bill e Celso Athaide, através do qual demonstram a realidade vivida por jovens de periferias não só do Rio de Janeiro, mas também de outras cidades em notadamente o tráfico de drogas é atuante.

Um dos trechos do livro “Falcão meninos do tráfico” representa de modo crucial o contexto narrado ao contar um relato real sobre os momentos pós-falecimento de um dos jovens que estavam sendo acompanhados pelos idealizadores da obra, um “Falcão”, que atuava junto ao tráfico de drogas em determinada localidade do Rio de Janeiro.

Esse “Falcão”, um adolescente nascido e criado na comunidade que havia entrado para a organização criminosa com a finalidade de compor a estrutura do tráfico na localidade, havia morrido em confronto com policiais após uma operação da polícia realizado na região e, como era um dos jovens que estavam sendo acompanhados pelos autores da obra, MV Bill foi ao enterro prestar condolências à família.

Ao chegar no local de velório das pessoas falecidas no referido dia,

momentos pretéritos ao enterro em si, deparou-se com algumas famílias enlutadas, desesperadas e absolutamente entristecidas com o falecimento do ente querido e, enquanto caminhava pelo local, uma mãe chamou sua atenção ao gritar “Eu quero meu filho de volta! Jesus, eu quero meu filho, pelo amor de Deus! Eu não mereço isso. O Estado não dá apoio. (Bill; Athaíde, 2006, p. 61).

Tratava-se da mãe de outro homem falecido no mesmo dia, “uma mulher preta, de lenço, fisicamente muito diferente da mãe do Falcão, mas historicamente idêntica, pois as duas eram negras”. (Bill; Athaíde, 2006, p. 61) e, ao questionar para um dos familiares que estavam a acompanhando sobre o que havia ocasionado a morte daquele rapaz, disseram que havia sido tiroteio, que ele foi baleado e não resistiu.

MV Bill assim relata:

Como eu não tinha visto ninguém dar tiro de festim pro alto e não vi ninguém de farda, o cara só podia ser bandido, já que ele era preto e morreu de tiro. Eu raciocinava exatamente como fui treinado, estava reproduzindo a lógica branca asphaltista, condenando o jovem morte e lhe negando a possibilidade de ser um mártir. (Bill; Athaíde, 2006, p. 61).

Ao analisar o contexto que estava vendo, de pronto, concluiu se tratar de mais um jovem ligado ao crime que havia sido morto em decorrência disso, como indica, raciocinou sob o arrimo da “lógica branca asphaltista”, ou seja, um senso comum existente socialmente que reflete o modo de pensar de uma classe hegemônica e historicamente detentora do poder e, entre esses poderes um dos principais: o poder de influenciar o modo de se pensar.

O autor seguiu nas perguntas à família do jovem falecido, questionando sobre qual comunidade o jovem pertencia, tendo como objetivo descobrir qual facção aquele jovem era ligado e teve como resposta de que aquele rapaz negro morto não era de facção, mas sim se tratava de um Policial Militar que morreu em uma troca de tiros.

[...] o PM e o Falcão tivessem sido abatidos um pelo outro, na mesma favela, e, no final, descobriríamos que as mães dos mortos trabalhavam na mesma fábrica de calcinha [...]. Além disso, que as esposas dos falecidos estudavam na mesma escola. Mas não, não vou fazer isso, pois cada um de nós sabe que essa realidade é bem próxima e é perfeitamente possível, sim.” (Bill; Athaíde, 2006, p. 62).

Seja um rapaz negro, nascido e criado em região periférica, em pobreza extrema e que opte pelas condições socioespaciais de ingressar em organizações criminosas, ou seja um mesmo rapaz negro, nascido e criado na mesma localidade pobre, carente em que o Estado praticamente não existia ali, que decida ingressar na Polícia, ambos terão fatores que, apesar de inicialmente pensarmos serem contrapostos, muito pelo contrário, são fatores que os ligam e conectam sob o panorama racial da segurança pública.

A morte, socialmente analisada sob o espectro de sua relação com a questão racial envolta da atuação dos órgãos de segurança pública, possui uma trajetória que aumenta ou diminui as probabilidades de sua manifestação, de modo que a pessoa negra e pobre no Brasil, em especial pela cor da pele e pelas condições socioeconômicas e socioespaciais, tem potencializada a probabilidade de ser uma vítima fatal, seja pela própria organização criminosa, seja ao confrontar a Polícia ou, como no caso narrado, ao confrontarem uns com os outros.

Após o apanhado histórico do processo de formação racial da sociedade brasileira, apresentando a visão holística que enraizou o racismo enquanto estrutura formadora do país, torna-se possível partir ao estudo dos tempos atuais, a fim de balizar causas e consequências de um mecanismo sócio-histórico perante a população negra do Brasil, para que possamos avaliar os aspectos institucionais das Polícias Militares do Brasil, bem como as trajetórias sociais dos policiais militares negros, veteranos e ingressantes, que serão entrevistados na pesquisa.

## 2.6 PARÂMETROS METODOLÓGICOS: A TRAJETÓRIA SOCIAL SEGUNDO PIERRE BOURDIEU

No início da presente dissertação passamos a pesquisar sobre algumas áreas e segmentos da trajetória de vida que se relacionam e compõem estruturalmente os reflexos do racismo estrutural aos agentes de segurança pública, analisando-os separadamente para que, ao final, fosse possível sua análise global.

Importante compreender que a trajetória de vida dos policiais militares gera, entre outras influências sociais, uma forte correlação com a mobilidade social dos agentes e, envolto a este contexto, o aspecto racial possui um papel preponderante.

O estudo da trajetória social dos policiais militares a serem entrevistados, analisando as informações que serão trazidas sob o prisma temático da pesquisa, tem como um dos seus grandes objetivos analisar de que forma a mobilidade

socioespacial ocorre e de que modo ela se manifesta na realidade social dos agentes.

Para tanto e, com a finalidade de se estabelecer o estudo no período do tempo e no interregno temporal que perdura gerações de policiais militares, as trajetórias serão analisadas tanto no tocante aos ingressantes, ou seja, aqueles que acabaram de iniciar suas carreiras da PMPR e, também, dos veteranos da Corporação, isto é, daqueles que ingressaram nas décadas de 1960, 1970, por exemplo, e já se aposentaram após todos os anos de serviço prestado.

Um sociólogo de fundamental importância e que nos arrimamos para a construção da presente pesquisa científica é Pierre Bourdieu, um dos maiores expoentes da sociologia e antropologia contemporânea e que, através de seus ensinamentos, ensina-nos acerca da análise da estrutural social.

A respeito do que nos ensina Pierre Bourdieu (2015), torna-se necessário compreender como se conceitua e quais as diferenças na ótica sociológica entre biografia e trajetória social, uma vez que a partir desta análise metodológica os parâmetros e direcionamentos da pesquisa tomarão, cada um a depender de sua utilização, caminhos diferentes.

Em termos metodológicos rigorosos, a construção da lógica peculiar a cada um dos sistemas imbricados de relações relativamente autônomas (o campo do poder e o campo intelectual) constitui a condição prévia de construção da trajetória social como sistema dos *traços pertinentes* de uma biografia individual ou de um grupo de biografias. (Bourdieu, 2015, p. 191).

De acordo com o autor, a trajetória social é definida, portanto, como um sistema que possui em seu mecanismo de funcionamento diversos traços pertinentes a uma biografia que é única e individual ao agente ou ao grupo de pessoas estudado.

Vale dizer, a biografia à la Bourdieu independe do indivíduo, está ligada ao conceito de agente operando em um campo de forças, muitas vezes sem atinar para o sentido real de sua ação, em um conjunto mais vasto de caminhos possíveis à sua geração. Os acontecimentos biográficos são eventos em um fluxo social mais vasto, correspondem a abalos parciais cujo epicentro escapa ao ângulo de mirada do próprio agente. Esses fatos biográficos correspondem, para Bourdieu, a colocações e deslocamentos dentro dos diferentes estados do campo, ou seja, nos diferentes momentos distributivos dos diversos capitais aí investidos, principalmente as

relações entre capital econômico e o capital simbólico (específico ao campo e que o define como tal). (Montagner, 2007, p. 256).

É possível compreender, portanto, que a análise de biografia nos ensinamentos de Pierre Bourdieu prescinde o indivíduo que se encontra por detrás da biografia, uma vez que é conectado ao conceito de um agente que opera em um campo de forças, sendo a raça um fator importante neste campo de forças e resistências, seja enquanto um reforço do poder do grupo dominante ou como um fator limitante de poder do grupo dominado socialmente, considerando ainda que os acontecimentos e os fatos biográficos são alocações e desalocações em diferentes campos e momentos distributivos nos diversos capitais investidos pelo agente.

Para Bourdieu uma biografia seria algo construído a partir das intenções pessoais e a lógica das ações dos agentes em um campo específico (Bourdieu, 1996). Já a trajetória social guarda relação com a posição ocupada na estrutura social e está diretamente ligada aos conceitos de campo, capital e habitus, uma vez que a depender da forma com que são estabelecidos, a trajetória do sujeito é moldada e remoldada em conformidade com os resultados, reflexos e consequências das disposições presentes na estrutura social tangenciada.

Nas palavras do próprio Bourdieu: “*Habitus*, sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2015). Essas estruturas de pensamento que se expressam nas práticas dos agentes são também (re)estruturantes das estruturas que as estruturaram. Aqui a dialética de Bourdieu demonstra a dinâmica social, que pode ser de transformação ou de reprodução, guardando-se o sentido de campo de forças.

Segundo Bourdieu:

O domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados a sua posição e sua trajetória particular no espaço social (Bourdieu, 1997, p. 700).

O campo, compreendido dentro dos preceitos teóricos de Bourdieu, é algo que possui uma dinâmica de luta, embora as mudanças não sejam tão perceptíveis.

É importante destacar que, nos ensinamentos do autor, para que haja qualquer transformação no campo se faz necessário, anteriormente e para que isso ocorra, de uma disputa entre forças e, a partir disso, torna-se possível uma alternância ou mudança das estruturas do campo. Toda transformação no campo, então, é uma consequência e resultado direto e, ao mesmo tempo, indireto, de disputas entre aqueles que exercem as posições de dominância em detrimento daqueles que ocupam as posições de dominados.

A mudança que pode ocorrer em determinado campo, nesta ação digladiante entre forças, pode ser mais ou menos influenciada por outros campos e, considerando haver uma estrutura que se arrima no complexo social, a dinâmica pode ser compreendida como algo tão forte e importante que acaba exercendo influência nos campos uns sobre os outros.

A lei que rege a relação entre as estruturas objetivas do campo (em particular, a hierarquia objetiva dos graus de consagração) e as práticas por intermédio do *habitus* – princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio – constitui apenas um caso particular da lei que define as relações entre as estruturas o *habitus* e a prática, e segundo a qual as aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas. (Bourdieu, 2015, p. 160).

As aspirações subjetivas, isto é, que são relativas ao sujeito, tendem portanto a se ajustar às oportunidades objetivas no âmbito da relação entre o *habitus* e a prática dentro da estrutura social, sendo que as estratégias que são definidas, adotadas e utilizadas pelos agentes ou grupo de agentes, sendo elas conscientes ou inconscientes, asseguram o ajustamento das condutas à própria estrutura social.

Os dominados, analisando-se tal terminologia com a obediência acadêmica de Pierre Bourdieu, são aqueles que buscam mudanças, afinal o status que ocupam na estrutura social é inferior e em submissão aos dominantes e, junto disso, com efeito e reflexos na mobilidade social e em suas trajetórias de vida em sociedade.

Os dominantes, por sua vez, podem ser considerados aqueles que, diante da necessidade de manutenção e preservação das condições, circunstâncias, atributos e privilégios que possuem, resistem firmemente às mudanças buscadas pelos dominados, com a finalidade de se manter as posições sociais exatamente da

forma com que estão.

Assim sendo, cada trajetória social que envolve um indivíduo possui um arcabouço valorativo de significados e experiências percebidas e vividas no transcorrer de sua vida e a partir da posição que ocupa na estrutura social, pois “toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do habitus e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (Bourdieu, 1996).

Essa trajetória, portanto, acompanha cada indivíduo singularmente e de maneira única, sendo que é na trajetória social que as disposições do habitus são expressadas e, a partir da sucessão de posições ocupadas socialmente pelo indivíduo ou até mesmo grupo de indivíduos, reconstitui-se socialmente.

Se o campo está em permanente mudança, a trajetória social é o movimento dentro de um campo de possíveis definido estruturalmente, mesmo que as estratégias e os movimentos individuais sejam ao acaso. O sentido, ou sentidos, de cada ato do agente ou de um grupo social, só ganha solidez sociológica quando relacionado com os estados pelos quais passou a estrutura do campo enquanto espaço relacional dos postos, posições e disposições dos agentes dentro desse campo em cada momento (Montagner, 2007, p. 256).

A trajetória social é um movimento, pois, corresponde a movimentações por campos que estão em constante alteração e mudança, sendo que as movimentações que traçam as trajetórias sociais são definidas, justamente, pelas estratégias e os movimentos individuais dos agentes ou grupo de agentes. Assim sendo, cada ato do agente ou grupo só se torna sociologicamente compreensível quando se relaciona com os estados em que a estrutura do campo trilhou no contexto social, compreendendo-a como um espaço em que se relacionam postos, posições e os locais em que são dispostos os agentes em cada momento do campo.

Imerso nas trajetórias sociais, revelam-se as marcas distintivas nelas presentes e que exercem influência no contexto sociológico, sendo que o habitus acaba por se projetar em cada estrutura singular e exerce influência nos direcionamentos e resultados da trajetória.

Depois de realizado o enquadramento do campo a ser estudado, com o encontro prévio do ponto de fuga e da clareza quanto à

perspectiva a ser empregada, podemos sobrepor à estrutura relacional dos campos do poder e do campo intelectual, as marcas distintivas das trajetórias dos grupos sociais e dos agentes. Essas marcas, pura projeção do habitus e que evidenciam os símbolos distintivos dos mesmos, trarão à luz as estratégias e injunções sofridas pelos agentes através das linhas de força dentro de cada campo social. (Montagner, 2007, p. 254).

As marcas distintivas dos grupos sociais e dos agentes, sendo uma projeção do habitus, evidenciam as estratégias dos agentes no caminho e direcionamento que seguirão a partir da posição social que estão, da mobilidade social e espacial possível de ser deslocada e, ainda, que irão traçar de que modo e de qual forma a trajetória social do agente ou grupo de indivíduos se tornará realidade.

O sociólogo Miguel Ângelo Montagner explica, portanto, que as marcas distintivas da trajetória de cada grupo social e de cada pessoa individualmente, juntamente com as estratégias delineadas pelo sujeito e as linhas de força presentes em cada contexto, as quais sofrem influência do Campo, do Capital e do Habitus, constantemente, acabam por traçar as trajetórias individuais de cada agente.

As estratégias planejadas e adotadas por cada indivíduo podem ser compreendidas não só em seu termo sociológico mas, sobretudo, em seu sentido literal, ou seja, é de fato uma estratégia social pensada, estudada e que, ativamente, o agente ou grupo decide adotar como parâmetro e percorrer em busca de sua concretização.

É possível compreender, assim, que se há uma estratégia social a ser planejada que vai exercer influência direta e ter como resultado na própria trajetória do indivíduo, então há de se entender que este agente busca uma melhora em sua posição, condição e fixação social.

O terceiro e último momento corresponde à construção do habitus como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante. (Bourdieu, 2015, p. 191).

Em outras palavras, permite-se dizer que a estratégia adotada pelo indivíduo busca promover uma melhora em suas condições de vida, uma ascensão profissional e social, uma mobilidade socioespacial, uma linha de medidas com a intenção de ter mais capacidades econômicas, financeiras, culturais, entre diversos outros segmentos e contextos sociais, até mesmo como uma forma de preservação de sua vida diante dos riscos que possa sofrer.

A respeito do *Habitus*, Pierre Bourdieu assim leciona:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (Bourdieu, 1983a, p. 65).

A mobilidade socioespacial, por exemplo, é um dos segmentos que exerce influência em grande medida à trajetória social do indivíduo, sendo que a partir deste de outros segmentos, as estratégias individuais podem ou não se concretizar e, com isso, alcançar o planejado, afinal como Pierre Bourdieu ensina, o território age diretamente não só como posição social do agente, mas também se coisifica enquanto posição ocupada nas localidades e territórios.

Tal temática é de suma importância e possui conexão direta com o presente estudo, pois após a análise teórica e histórica do racismo estrutural e de que forma pode exercer influência na trajetória social de policiais militares negros, buscaremos através das entrevistas com policiais militares ingressantes e veteranos, os quais se autodeclaram como negros, para que seja possível estudar a trajetória de cada um e, de modo holístico, compreender sobre as estruturas raciais e sociais que abordamos no transcorrer da pesquisa.

Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da “situação”, o *habitus* não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina. (Bourdieu, 1983b, p. 106).

É possível afirmar, portanto, que a trajetória de cada indivíduo é resultado de “um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias” (Bourdieu, 2015), ou seja, para cada biografia existente de um sujeito, uma trajetória específica é formada e construída e para a qual sua vida se desenvolve e na qual exerce influência sobre a estrutura social e é agido por ela.

A partir do arcabouço teórico trazido na pesquisa até o presente momento, sobretudo os aspectos socio-históricos a respeito do racismo estrutural, a análise dos segmentos que envolvem o racismo estrutural na população negra e os ensinamentos de Pierre Bourdieu a respeito das trajetórias sociais, a presente pesquisa seguirá por dois caminhos.

O primeiro caminho, que será logo no capítulo a seguir, elencará aspectos institucionais sobre as Forças de Segurança, com ênfase na Polícia Militar do Paraná, analisando-se o contexto estatístico, logístico, legal e que envolve os principais atributos para a análise científica, tecendo um panorama geral das Instituições de Segurança Pública e, em especial, qual o panorama da PMPR.

O segundo caminho, portanto, será estudar a respeito das trajetórias sociais de policiais militares veteranos e ingressantes, tendo por base as perguntas e o roteiro de pesquisa submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, a fim de que seja possível abranger teoria e prática social vivida, de modo holístico e em consonância com o arrimo teórico pesquisado.

### 3 AS POLÍCIAS MILITARES NO BRASIL

#### 3.1 A ORIGEM HISTÓRICA DE CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS FORÇAS POLICIAIS

Tão importante como saber sobre o processo histórico de formação da sociedade brasileira, analisando de modo mais profundo as relações políticas, econômicas, raciais e, de um modo amplo, sociais que forjaram a estrutura de criação e desenvolvimento do Brasil, é deveras importante também entender sobre o processo de formação da Polícia Militar, quando se analisa o presente espectro sob o prisma de interconexão entre o racismo estrutural e a segurança pública.

No primeiro capítulo pesquisamos sobre o processo segregacionista que a sociedade brasileira montou e, minudentemente, estruturou para que o racismo pudesse sorrateiramente se infiltrar nas mais profundas arestas do Brasil, influenciando todos os aspectos da vida societária brasileira, ao passo que se solidificava através da reprodução constante e contínua de suas práticas para que, hoje, ainda tenhamos a presença do racismo em nosso país.

Compreendemos que o racismo é um produto resultante de uma equação histórica, em que cada cálculo necessário para sua manutenção e, digo mais, ampliação e repercussão no cenário nacional fosse cirurgicamente colocado nos meandros da formação do país para que pudesse resistir e manter as estruturas de poder, isto é, mantendo a pequena parcela rica e branca da sociedade em vantagem em detrimento de uma grande massa de população negra e pobre à margem do acesso aos direitos sociais.

O racismo estrutural, e inclusive estruturante das relações sociais<sup>9</sup>, influenciou e ainda gera influência ostensiva ou dissimulada sobretudo em estruturas de poder, as quais são cruciais para sua manutenção e, acima de tudo, o fortalecimento destas instituições se torna importante para o mecanismo de resistência contra as frentes antirracistas de mudança da realidade social.

Uma destas instituições, que foi criada há séculos, é a Polícia Militar, a qual teve um papel preponderante quando de seu início ainda nos temos da família real

---

<sup>9</sup>Segundo o escritor e autor Silvio Almeida, em seu livro “Racismo estrutural”, o racismo é um fator estruturante das relações sociais, ou seja, funciona como um mecanismo quase que indissolúvel nos processos de formação, criação, desenvolvimento e manutenção das estruturas sociais do país (Almeida, 2021).

portuguesa e que, diante do contexto social de sua época, teve estipuladas finalidades que serviam para a continuidade e proteção da estrutura social vigente, isto é, para manter as relações de poder da época exatamente do modo em que estavam.

Para isso, era necessário proteger a classe social que detinha o poder do país, bem como aqueles que faziam parte de seus privilégios e, por outra senda, diante do contexto jurídico, legal, econômico e social, isso significava protegê-los contra tudo e todos que pudesse, direta ou indiretamente, ameaçar sua permanência no poder, sobretudo protegê-los da população negra.

Essa vertente de compreensão do processo histórico e social da criação das Polícias Militares do Brasil é fundamentada pelo Oficial da Polícia Militar da Paraíba e um dos maiores nomes dos estudos sociais no Brasil dentro das fileiras das forças de segurança pública, o pesquisador Fábio Gomes de França<sup>10</sup>.

Através de sua pesquisa, seus estudos e suas publicações, iremos abordar de modo breve, porém não superficial, sobre como se deu a criação da Polícia Militar no Brasil, suas finalidades e objetivos para que, após essa análise histórica, passemos a analisar o perfil atual das Polícias Militares, a fim de compreender a correlação desta com o racismo estrutural e no terceiro e último capítulo analisar, sob o aspecto do policial militar negro, de que forma a ancoragem sócio-racial brasileira pode influenciar na mobilidade social e na manutenção da vida do militar estadual negro.

França (2021) busca compreender a partir de uma análise histórica do processo de formação da Polícia Militar brasileira, quais as consequências da relação resultante do processo histórico entre população negra marginalizada e a força policial, bem como se há de fato essa herança racista e, no tocante aos policiais militares negros, de que modo se situam e compreendem estar situados na lógica ideológico-estrutural enquanto profissionais que atuam em nome do Estado.

Parte-se, para tanto, da concepção que o atual formato da polícia militar moderna advém do modelo de “policimento profissional tradicional” (Poncioni, 2005), isto é, possui como principal objetivo e finalidade a aplicação da lei e, para isso, estrutura-se em uma formatação de força de segurança pública do tipo

---

<sup>10</sup> Fábio Gomes de França é professor de criminologia e sociologia do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, possui pós-doutoramento em direitos humanos, é doutor e mestre em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e é Oficial da Polícia Militar da Paraíba.

burocrático-militar, com a presença do aspecto militar unido com o cunho administrativo e legal para o cumprimento das normas juridicamente estabelecidas.

No ano de 1809 foi criada, no Brasil, a Divisão Militar de Guarda Real de Polícia da Corte, após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, época em que o país vivia um dos seus períodos mais fortes da escravização, perdurando-se após seu ápice por todo o transcorrer do século XIX e, ao final, culminando-se com a abolição.

A referida Divisão Militar é considerada uma das primeiras instituições que tinha por finalidade estabelecer um processo de segurança societária pela qual se tem registro no país, tendo como principal arrimo proteger os membros da corte, em especial a família real.

Importante destacar que, apenas alguns anos após a criação da Divisão Militar, mais precisamente com a publicação do Código Criminal do Império Brasileiro, datado do ano de 1830, havia estabelecido em seus artigos 113, 114 e 115 o ditame do crime denominado de “insurreição”, vejamos o que dizia:

Art. 113. Julgar-se-ha commettido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.

Penas - Aos cabeças - de morte no gráo maximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze annos no minimo; - aos mais - açoutes.

Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos.

Art. 115. Ajudar, excitar, ou aconselhar escravos á insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim.

Penas - de prisão com trabalho por vinte annos no gráo maximo; por doze no médio; e por oito no mínimo (Brasil, 1830).

O referido tipo criminal vigente à época, juntamente com toda uma gama jurídica estabelecida para reprimir e manter o aprisionamento da população escravizada no país, tinha como objetivo punir aqueles escravizados que buscavam a contestação de sua condição e, do mesmo modo, punia-se os não escravizados que de alguma forma auxiliassem na ação.

Mais adiante pelo século XIX, como comentamos de modo sucinto no primeiro capítulo, após a abolição, já no Código Penal da República do ano de 1890, havia a capitulação legal dos crimes relativos aos “vadios e capoeiras”, em seu capítulo XIII, artigos 309 e 402, que tinha como objetivo evidente a criminalização da

população negra e a repressão, inclusive, de atos passíveis de uma subjetiva interpretação pelas autoridades que tinham como potencial a prisão do negro.

Concomitante com a edição do Código Criminal do Império Brasileiro, houve a criação na cidade do Rio de Janeiro das “Guardas Municipais Permanentes nas Províncias”, no ano de 1831, tendo objetivo semelhante ao da Divisão Militar criada duas décadas anteriormente, isto é, estabelecer a manutenção da ordem nas ruas.

Na lição de Fábio França:

Com a criação das Guardas Municipais Permanentes nas Províncias a partir de 18318 no Rio de Janeiro, que anos depois passariam a denominarem-se Polícias Militares, com o mesmo objetivo de serem usadas para a manutenção da ordem nas ruas, certamente, no caso do Brasil, visto que durante todo o século XIX a escravidão ainda era o sistema de exploração que sustentava a economia, também podemos falar do exercício da suspeição e violência contra os negros como um processo de continuidade dos modelos privados para uma polícia estatal. (França, 2021, p. 132).

Segundo o autor, é possível traçar um nexos de causalidade entre o processo de formação e constituição das primeiras instituições policiais brasileiras, notadamente a Divisão Militar de Guarda Real de Polícia da Corte e das Guardas Municipais Permanentes nas Províncias que, décadas depois se transformaram nas, hoje denominadas, Polícias Militares<sup>11</sup>.

À época, considerando que a cinemática estrutural que ditava o mecanismo de funcionamento do país era a escravização da população negra, suas forças de segurança tinham por objetivo manter, preservar e proteger a ordem estatal vigente, em consonância com todas as demais estruturas do país, como as instituições religiosas, judiciárias, educacionais, de saúde, etc..., que foram cruciais do mesmo modo, senão mais, para que a escravização no Brasil tenha perdurado por tanto tempo.

Em outras palavras, sob e égide da simplicidade argumentativa, como o país era escravista, todas as estruturas criadas e existentes tinham por escopo a manutenção de sua própria estrutura, resultando no processo cíclico e vicioso de preservação do status vigente e de total repressão contra a população negra.

---

<sup>11</sup>Até que a denominação de “Polícia Militar” fosse pacificada como a instituição de segurança pública que tinha por finalidade essa atuação em todo o país, outros nomes também foram utilizados como a Guarda Municipal Permanente e a Força Pública, esta que até hoje a Polícia Militar do Estado de São Paulo remete.

Como válvula de perpetuação do processo de infraestrutura ideológica do país: “era debaixo da autoridade do imperador e de seus ministros que a polícia e o exército caçavam escravos fugidos e devolviam-nos a seus senhores, algumas vezes para tortura e mutilação” (Skidmore, 1976, p. 21).

Vale indicar, inclusive, que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravização, tamanha a força de suas instituições, órgãos, leis e ideologia dominante que protegia a elite branca e detentora das riquezas e, portanto, da “dignidade” em detrimento de significativa parcela da população, negra, pobre e excluída do direito à humanidade.

Os anos foram passando, com a entrada e saída de governos pelo século XX, eivados a partir da década de 1930 pelo conceito da “democracia racial”, sorratamente criada por Gilberto Freyre, buscando a romantização e arrefecimento da monstruosidade vivida, existente e, ainda hoje que se permeia nos meandros da sociedade brasileira.

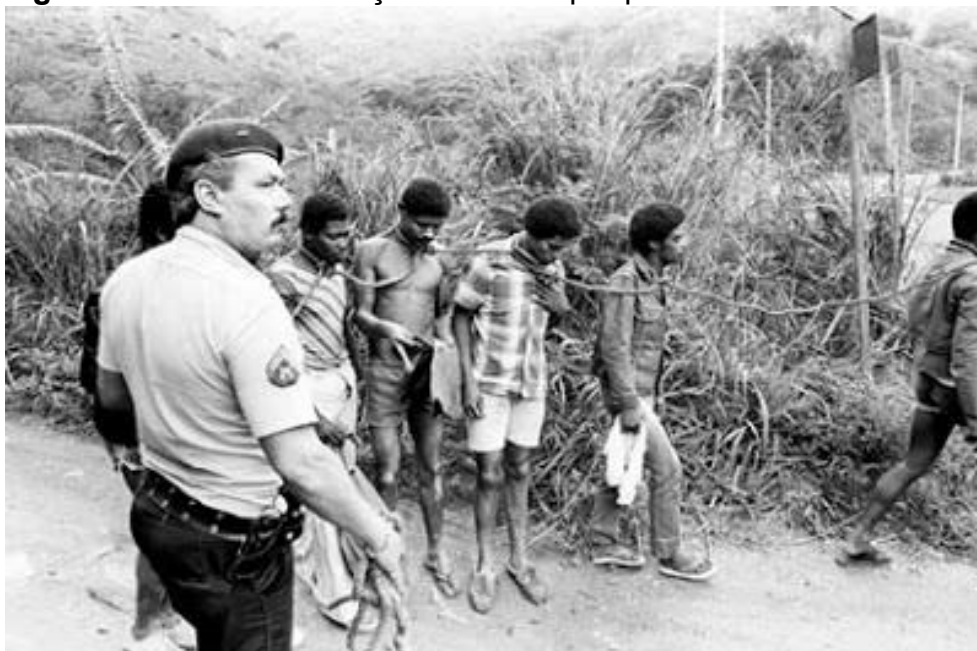
Na mesma década de 1930, mais precisamente com a Constituição Federal de 1934 que, oficialmente, foi utilizada pela primeira vez como padrão jurídico e legal do Brasil o termo “Polícia Militar”, tornando-a legítima e subordinada ao Exército Brasileiro como força auxiliar e de reserva, atributos que até hoje permanecem também vigentes após a Constituição Federal de 1988.

Pouco antes da promulgação da atual Carta Magna do país, mas ainda na década de 1980, uma fotografia foi difundida a todo o mundo e que, na presente análise sócio-histórico-racial, possui o condão de representar o contexto da realidade correlacionada com a questão racial e a atuação da segurança pública vigente.

O fotógrafo Luiz Morier, no ano de 1982, registrou essa cena na estrada Grajaú-Jacarepaguá, no Estado do Rio de Janeiro, que mostra uma prisão realizada pela Polícia Militar carioca. O nome dado pelo fotógrafo à imagem foi: “Todos Negros”.

Vejamos:

**Figura 1** - Prisão e condução realizada por policial militar do Rio de Janeiro, 1982.



Fonte: Morier (2007).

Conforme é possível visualizar na fotografia, um policial militar conduz ao menos 06 (seis) pessoas negras presas, com uma única corda amarrada no pescoço de cada um dos conduzidos, através de nós que, na tentativa de fuga, causava aos detidos o enforcamento, condução esta que remonta o período escravocrata do Brasil.

Um ponto que é de extrema importância destacarmos para a presente pesquisa e que essa fotografia demonstra é que, como o próprio artista explicita: “todos negros”, o policial militar que aparece na imagem também se inclui como pessoa negra.

Portanto, como é possível analisar na imagem e no contexto histórico, as PMs foram criadas em nosso país para atuar como forças repressivas e, sobretudo, de preservação da estrutura do Estado, sendo este emprego considerado por muitos negros como um local legítimo de trabalho e que poderia lhe permitir alguma forma de mudança das suas condições sociais.

Alcançar a profissão de policial militar sendo uma pessoa negra no Brasil pode ser considerado um fator que serve como forma de ascensão social (Nobre, 2010), isto é, uma profissão que dela decorrem condições para a saída de uma condição social mais limitante e, portanto, ancorada socialmente, para o ingresso em outra com mais acesso a um contexto econômico, territorial, financeiro e social melhor.

No entanto, a ancoragem social arrimada no fator racial brasileiro é tão profunda e se estabelece de maneira tão complexa, arraigada e literalmente pesada no contexto social da população negra que, apesar do ingresso na profissão de policial militar, inúmeros fatores sociais continuam ancorando a pessoa negra e, com isso, a mobilidade social permanece dificultada, o preconceito ainda se perpetua arraigado e os riscos da violência, tendo como seu maior nível a morte, seguem operantes.

Tanto isso é verdade que, apesar da profissão e dos “privilégios” que o serviço público policial fornece ao militar estadual negro, ainda assim continuam representando os maiores índices de fatalidade quando comparados ao efetivo total das forças policiais no Brasil.

“Todos negros”, isto é, quem prende e quem é preso, quem representa o Estado e a quem a ação estatal é direcionada, quem sobe o morro e quem desce o morro, quem veste uma farda e quem não veste farda alguma. Todos negros.

### 3.2 AS POLÍCIAS MILITARES E OS EFEITOS DO RACISMO NOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA

Quando analisamos os dados estatísticos relacionados com a segurança pública do Brasil, algo preocupante e que chama a atenção aos olhos de quem pesquisa é que, nos principais segmentos em que a violência se institui e gera reflexos dentro do âmbito da segurança pública, a população negra é afetada de modo sobrerrepresentado em absolutamente todos.

Quando analisamos as taxas de encarceramento, as vítimas de homicídios dolosos letais intencionais, quem morre nas ações policiais e quais policiais morrem nas mesmas ações, por todos os lados, em todos os cenários, há uma representação muito maior da taxa de proporcionalidade da cor negra na população brasileira, que segundo o IBGE é em torno de 54%, que coloca a população negra como a mais propensa a ser vitimada.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional, através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2021), mais de 753 mil pessoas estavam encarceradas no Brasil em 2020, sendo mais de 500 mil pessoas negras presas em todo o país, representando aproximadamente 70% do total.

Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2020) na década

compreendida entre os anos 2008 a 2018, enquanto foi registrada uma diminuição de 12,9% na taxa de mortes de pessoas não-negras, houve o aumento de 11,5% nos registros relacionados à vitimização de pessoas negras em todo o país.

Somado a esta realidade, observa-se que 75,8% das vítimas de homicídios dolosos, estatisticamente definidos dentro do gênero de crimes violentas letais intencionais (CVLI), que abarcam os homicídios dolosos e, também, as lesões corporais seguidas de morte e os latrocínios, registrados no ano de 2020 no Brasil eram negras.

Sob o prisma dos registros de letalidade policial, registrou-se no mesmo ano de 2020 que 78,9% das pessoas vitimadas eram também negras, ou seja, o recorte racial é sobrerrepresentado em todos os enfoques estatísticos quando se analisa a pessoa vitimada na violência urbana (Anuário [...], 2021).

Essa concentração de vítimas negras é em muito superior à composição racial da população brasileira, o que demonstra uma sobrerrepresentação de negros entre as vítimas da letalidade policial. Enquanto quase 79% das vítimas de MDIP são negras, a os negros correspondem a 56,3% do total da população brasileira (Anuário [...], 2021, p. 67).

Ao se analisar e, comparativamente, correlacionar os dados estatísticos condizentes com violência na sociedade brasileira entre os anos de 2020 e 2021, é possível também coadunar na presente pesquisa os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública que, no interregno de desenvolvimento deste trabalho, foi disponibilizado para acesso ao público.

Apesar de uma sensível queda no registro das mortes violentas letais intencionais, os dados ainda representam um fragmento de preocupação sob o panorama social no que tange aos aspectos de responsabilidade dos órgãos de segurança pública, sobretudo quando se filtra os dados a partir do recorte racial.

No ano de 2021 foram registradas 47.503 mortes violentas letais intencionais no Brasil, representando uma leve redução de 6,5% quando em comparação com o ano de a 2020, em que foram vitimadas 50.448 pessoas em todo o território nacional (Anuário [...], 2021, p. 23).

Ao recortar o dado estatístico a partir do aspecto racial da população negra, é possível observar, novamente, um aumento desproporcional da violência perpetrada contra as pessoas negras no Brasil, pois enquanto as mortes violentas

letais intencionais diminuíram do ano de 2020 para 2021, comparando-se o mesmo período, a taxa de mortes por homicídio doloso contra negros aumentou, registrando-se em 2021 a taxa de 77,6%. (Anuário [...], 2021, p. 32).

Muitas dúvidas surgem quando avaliamos sob o crivo científico tal dado quantitativo, porém é deveras salientar, ao menos, colocar um alerta ainda mais evidente quando analisamos o cenário da segurança pública a respeito da vulnerabilidade em que a população negra ainda se encontra e as consequências que o racismo estrutural acarreta, de modo a gerar um aumento das mortes de pessoas negras, ainda que tenha havido uma redução nos homicídios dolosos gerais no Brasil entre os anos analisados.

Ao se verificar os dados atinentes à letalidade policial no ano de 2021, também é possível verificar o mesmo cenário relacionado à desproporcionalidade de mortes a partir do recorte racial, de modo que houve uma redução na taxa de mortes por letalidade policial, isto é, aquelas relacionadas com o uso da força letal pelos agentes de segurança pública, entretanto, mesmo com essa redução no índice geral, houve o aumento da letalidade policial em desfavor de pessoas com a cor da pele negra.

Enquanto que em 2020, de todos os óbitos registrados e repassados pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública dos Estados, a taxa de pessoas negras vitimadas por letalidade policial era de 78,9%, por outra senda no ano de 2021 esse índice aumentou para a taxa de 84,1%, reforçando a lógica que também fora identificada quanto estudamos os homicídios dolosos.

A realidade da segurança pública e seus índices desproporcionais relacionados com a sobrerrepresentação de pessoas negras vitimadas não são apenas vistos no Brasil, mas também em outros países do mundo, como exemplo os Estados Unidos, que também historicamente são marcados por uma severa e violenta segregação racial.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública:

A similaridade entre os vieses implícitos revelados pela literatura nacional e internacional reside justamente na sobrerrepresentação das vítimas negras, que apesar das diferenças demográficas (tais quais o fato de a população negras ser minoria nos EUA, mas maioria no Brasil), aponta para maior incidência da letalidade policial sobre um mesmo segmento: negros, jovens e pobres que circulam pelas periferias ou nelas residem. (Anuário [...], 2021, p. 86)

Quando aprofundamos a visão com a lupa da ciência acerca dos territórios em que ocorrem tais mortes violentas contra a população negra, identificamos que majoritariamente ocorrem nas periferias dos centros urbanos, ou seja, em bairros, comunidades e favelas pobres, uma realidade que não é, portanto, adstrita do Brasil, mas sobretudo se relaciona com a trajetória de países marcadamente arraigados pela escravização da população negra em seu processo sócio-histórico.

Os argumentos falaciosos que uma parcela da sociedade busca arrimo para explicar ou, ao menos, justificar socialmente a maior taxa de mortes e vitimização da população negra pode ser resumida em basicamente três segmentos argumentativos: o primeiro argumento se apoia no fato de que, como a população negra é maioria no Brasil, também por isso é maioria dos vitimados pela violência; o segundo seria porque a maioria das vítimas seriam negras não por serem negras, mas por serem pobres; e a terceira se apoia ao dizer de que a economia das periferias e favelas, onde há uma concentração maior da população negra e também onde ocorrem a maior parte das mortes tem por base a atividade criminosa e, em razão disso, são a maior parcela vitimada. (Anuário [...], 2021, p. 87).

Segundo dados do IBGE (2022), de fato a maioria da população brasileira se autodeclara como tendo a cor da pele preta ou parda, ou seja, identificando-se como negros, representando 54% da população, contudo há uma sobrerrepresentação absolutamente evidente quando verificamos o índice, por exemplo, dos homicídios dolosos em que negros são vitimados, dado que representou em 2021 a taxa de 77,6%, sendo também sobrerrepresentado no índice de letalidade policial, como mencionamos há pouco e, acima de tudo, essa sobrerrepresentação também se apresenta no índice de policiais mortos, em que a taxa de negros também está acima da taxa de população e, sobretudo, muito acima da taxa de quantidade de negros nos efetivos policiais.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2021), com base nas informações obtidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, registrou-se que 62,7% dos policiais mortos no enfrentamento policial em 2020 são negros, ao passo que a proporção no efetivo policial é de apenas 42%.

No ano seguinte, isto é, em 2022 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2022, p. 65) apresentou dados ainda mais alarmantes quando há uma correlação de recorte entre a morte de policiais e sua respectiva cor da pele, de modo que tendo como referência o ano de 2021, houve o registro de que 67,7% dos

policiais militares e civis mortos tinham com da pele negra.

Tecendo uma comparação entre o aumento relativo aos anos no tocante às taxas de vitimização da população negra referente aos homicídios dolosos letais intencionais, à letalidade policial ou à taxa de encarceramento do país, o mesmo aumento é identificado ao observar o segmento da população negra policial que é vitimada.

Em resumo, apesar da maioria da população brasileira ser negra, não há como correlacionar somente esse fator como algo basilar da vitimização majoritária de negros no Brasil, pois é totalmente desproporcional tal evidência estatística quando comparamos o percentual de negros na população e o percentual de negros vitimados pela violência, sendo este muito superior, o que leva à reflexão sobre como o racismo se reflete no contexto da violência no país.

Traçando um paralelo com a fotografia trazida a pouco na presente pesquisa, seu título não poderia ter outra nomenclatura que transmitisse do modo mais preciso possível o que é identificado, também, nos indicadores estatísticos da segurança pública brasileira: são todos negros.

### 3.3 O PERFIL DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

Nesse momento, após realizarmos um aprofundamento teórico sobre a criação das Polícias Militares no Brasil, seu processo de consolidação, desenvolvimento e, trazendo essa realidade na análise dos tempos atuais, de que forma se apresentam os indicadores de violência na segurança pública brasileira e, sobretudo, qual o local em que o policial militar negro se encontra, passamos agora ao âmago do capítulo, analisando de modo detalhado qual o perfil das Polícias Militares Brasileiras.

Ao realizar uma busca por materiais, estudos e documentos que trouxessem a lume informações que nos permitissem traçar o presente panorama das respectivas Forças Policiais, pouco material foi encontrado, principalmente publicados por órgãos oficiais como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por exemplo, a fim de trazer a máxima fidedignidade aos dados que passaremos a explorar.

Todavia, encontramos um estudo publicado no ano de 2019, tendo como referência o ano anterior de 2018, através do qual são apresentadas algumas

informações de grande relevância para a presente pesquisa científica e que irão auxiliar na compreensão do contexto abordado.

O estudo, publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresenta-nos uma ressonância geral e um diagnóstico das estruturas policiais militares do país, com enfoque nos aspectos de estrutura organizacional, gestão da informação, recursos materiais, recursos humanos, capacitação e valorização profissional (Brasil, 2020).

De modo geral e introdutório ao presente segmento do estudo, a pesquisa do perfil das Polícias Militares se mostra como um avanço para os pesquisadores da área da segurança pública no Brasil, visando padronizar e unir, em um único documento, aspectos gerais que, cada qual com sua peculiaridade, demonstram o corpo de cada Polícia Militar da federação, com seus aspectos positivos, negativos, pontos a serem melhorados e, também, é possível enxergar de modo fidedigno informações como quantidade de efetivo e a cor da pele de seus membros, que até então poucos ou quase nenhum estudo assim mostrava com tamanha nitidez.

### 3.3.1 As Unidades Operacionais das Polícias Militares no Brasil

O Brasil, apenas no âmbito de suas Polícias Militares, isto é, nas Forças Auxiliares do Exército Brasileiro sem considerar os quartelamentos das Forças Armadas<sup>12</sup>, possui aproximadamente 1.600 (mil e seiscentas) Unidades Operacionais PM, distribuídas entre localidades urbanas, rurais, praianas e fronteiriças ao longo dos estados da federação.

A Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) e do Estado de São Paulo (PMESP) lideram as Unidades da Federação com maior quantidade proporcional de Unidades Operacionais PM, cada qual alcançando um quantitativo individual de aproximadamente 200 (duzentas) Unidades PM cada.

A PMBA possui uma área territorial extensa, no entanto outros estados do Brasil não dispõem de tamanha estrutura de Unidades Operacionais<sup>13</sup> como ela, de modo que nos leva a crer que a criação de Batalhões e Companhias

---

<sup>12</sup> As Forças Armadas no Brasil são: o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil e a Aeronáutica.

<sup>13</sup> Unidades Operacionais podem ser compreendidas como Organizações policiais-militares que desenvolvem atuação no patrulhamento ostensivo.

Independentes<sup>14</sup>, por exemplo, é uma política institucional de descentralização militar, com ênfase na criação, contratação e distribuição de grande quantidade de efetivo policial, que chega aos quase 32.000 (trinta e dois) mil militares estaduais e, da mesma forma, grande quantidade de coronéis que comandam, via de regra, as Unidades Operacionais, que na PMBA são 35 (trinta e cinco), também um dos estados com mais coronéis de todo o país.

A PMESP, por sua vez, compreende grande quantidade de Unidades Operacionais em decorrência não somente de sua área territorial que é relativamente grande, mas sobretudo em razão da imensa quantidade populacional, o que exige um alto número de efetivo, sendo o maior do Brasil com aproximadamente 83.000 (oitenta e três) mil militares estaduais para uma população que supera os 46 (quarenta e seis) milhões de pessoas em 2021 (População [...], 2021), muito superior aos quase 15 (quinze) milhões de habitantes se compararmos com o Estado da Bahia (IBGE, 2022).

### 3.3.2 A Gestão da Informação das Polícias Militares no Brasil

No que se relaciona à gestão da informação, a maioria das Polícias Militares do Brasil possuem um sistema de atendimento de despacho de ocorrências autônomo, de modo que apenas alguns estabelecem tal sistema em integração com a Polícia Civil, por exemplo.

Um dado que chama atenção no estudo é que, das quase 16.000 (dezesesseis mil) Unidades Operacionais do Brasil, apenas 3.320 (três mil trezentos e vinte) possuíam no ano de 2018 acesso institucional à internet, um dado preocupante quando analisamos o cenário complexo da segurança pública brasileira, de modo que a grande maioria das Unidades Operacionais das Polícias Militares, sequer, possuíam acesso à internet fornecido pela própria Corporação.

### 3.3.3 Os Recursos Materiais das Polícias Militares no Brasil

No âmbito dos recursos materiais, há uma grande frota de viaturas policiais no Brasil, com quase 50.000 (cinquenta mil) automóveis, além das caminhonetas,

---

<sup>14</sup> São Unidades Operacionais parecidas com os Batalhões, porém com estrutura reduzida. Utilizada normalmente para regiões e localidades menores.

motocicletas, microonibus, embarcações, helicópteros e aviões.

Com relação aos equipamentos individuais fornecidos aos policiais militares, em todo o país há mais de 416.000 (quatrocentos e dezesseis) mil pistolas institucionais, porém outro dado que preocupa, seguido de aproximadamente 66.000 (sessenta e seis) mil revólveres, uma arma de fogo ultrapassada, menos avançada do que as pistolas, com capacidade de utilização reduzida, no entanto que várias PM's ainda possuem em seu patrimônio, como exemplo a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que ainda detém cerca de 15.000 (quinze mil) revólveres e enfrenta um contexto de violência na segurança pública alarmante.

#### 3.3.4 Os Recursos Humanos das Polícias Militares no Brasil

No que tange aos recursos humanos, em todo o país há um efetivo de aproximadamente 415.000 (quatrocentos e quinze mil) militares estaduais na ativa, isto é, que ainda estão em efetivo serviço, sendo que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais lideram as Polícias Militares com maior quantitativo proporcional de tropa.

O efetivo brasileiro é majoritariamente masculino, representando mais de 356.000 (trezentos e cinquenta e seis mil) homens, seguido de apenas 45.000 (quarenta e cinco mil) mulheres, o que gira em torno de 90% de toda a tropa policial militar brasileira como sendo do sexo masculino, sendo que o maior registro se dá na Polícia Militar do Rio Grande do Norte, com 96% do efetivo policial sendo de homens e, por outra senda, a Polícia Militar do Amapá como sendo a menos desproporcional, registrando 77% de homens e 23% de mulheres em sua tropa.

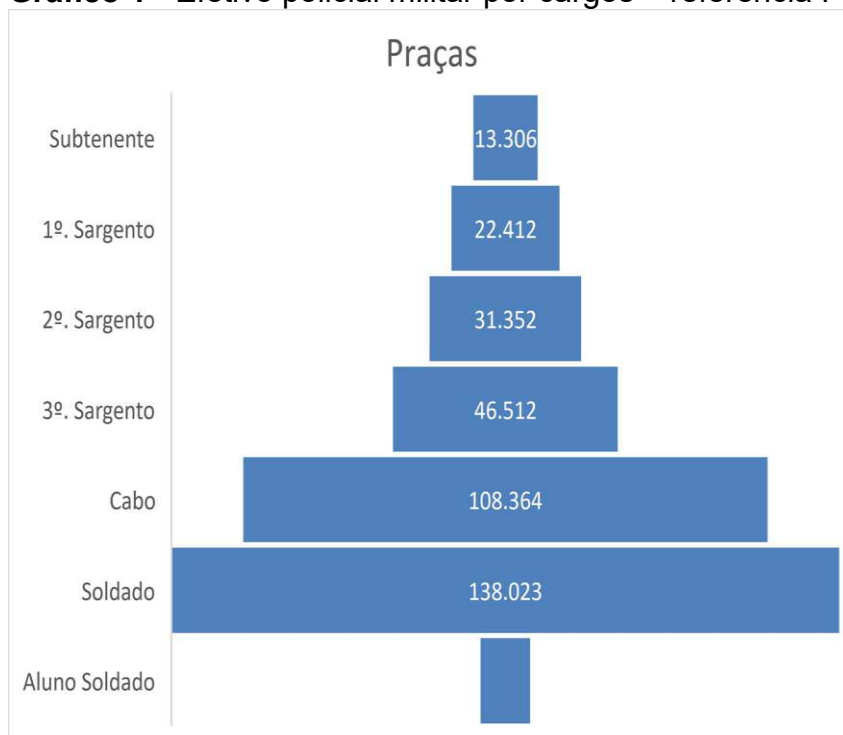
A distribuição de cargos nas patentes hierárquicas das Polícias Militares segue, via de regra, um padrão do tipo pirâmide<sup>15</sup>, assim como em demais órgãos, instituições e empresas, de modo que a maior e significativa parcela fica alocada em cargos mais baixos, com menores salários, benefícios, privilégios e com maior risco à vitimização em razão do exercício profissional de policiamento ostensivo e, por outro lado, uma quantidade muito reduzida de efetivo nas posições mais elevadas, que possuem salários mais altos que exercem, como regra, funções de comando, gerenciamento e liderança, não se estabelecendo como executor das atividades de

---

<sup>15</sup> Significa dizer que na base (patentes mais baixas) há uma quantidade maior de efetivo e, no topo (patentes mais altas) há uma extrema redução de militares estaduais que ocupam esses cargos.

policiamento ordinário.

**Gráfico 1 - Efetivo policial militar por cargos – referência Praças.**



**Fonte:** Brasil (2020).

No ano da pesquisa, que teve como referência 2018, havia em todo o país mais de 148.000 (cento e trinta e oito mil) soldados, sendo os soldados de 1ª Classe e os Soldados de 2ª Classe (alunos soldados)<sup>16</sup>, seguidos de um escalonamento preciso no tipo pirâmide, reduzindo-se o quantitativo conforme a graduação do militar estadual é aumentada, chegando-se por volta de apenas 13.000 (treze mil) subtenentes<sup>17</sup> em todo o Brasil.

No âmbito das patentes hierárquicas dos Oficiais<sup>18</sup>, há uma disposição um pouco diferenciada no tipo pirâmide, de modo que na patente mais baixa do

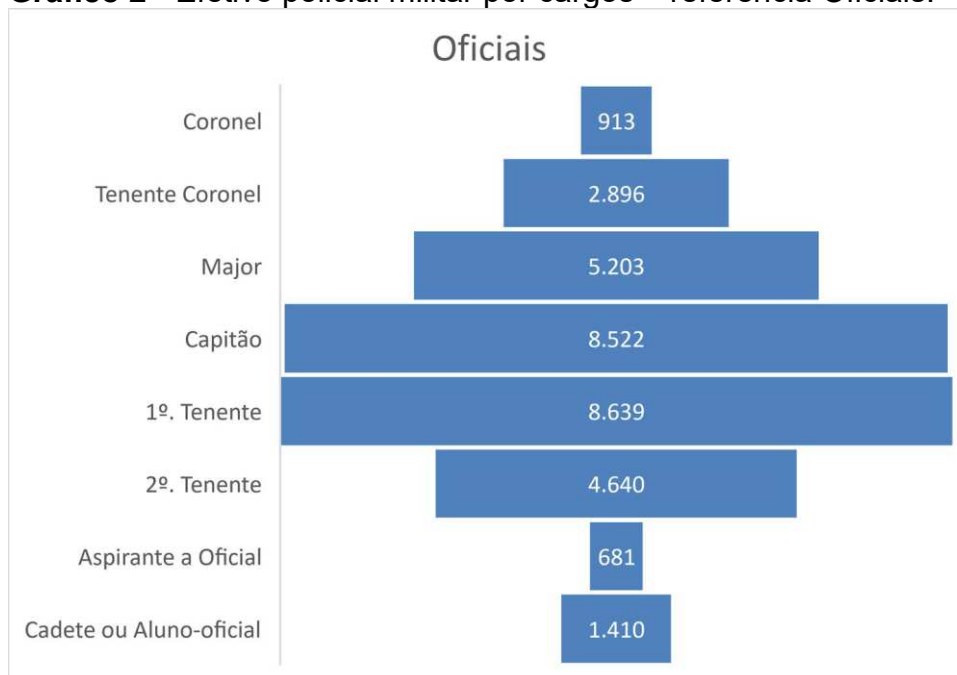
<sup>16</sup> Os Soldados de 2ª Classe, via de regra, são Soldados que estão em período de formação logo após a aprovação no concurso público, em cursos como o Curso de Formação de Praça ou Curso de Formação de Soldados, os quais são promovidos à graduação de Soldado de 1ª Classe com a conclusão do referido curso.

<sup>17</sup> De modo objetivo, a patente de Subtenente é a mais alta que um Soldado consegue chegar sendo promovido internamente nas Corporações, é considerado o “coronel” das praças, ou seja, excetuando-se os pontos específicos das patentes dos cadetes (alunos-oficiais do Curso de Formação de Oficiais) e aspirantes-a-oficial, as praças são aquelas que compreendem as patentes desde Soldado à Subtenente.

<sup>18</sup> Os oficiais são, via de regra, aqueles militares que ocupam as patentes de 2º Tenente até a de Coronel e que possuem as funções de gestão e comando das tropas, estas compostas por efetivo de praças, os quais ocupam as graduações de soldado até subtenente.

oficialato (2º Tenente) não há o maior quantitativo da “base” dos cargos de Oficiais, sendo que no Brasil há mais 1º Tenentes, seguidos dos Capitães para, somente após, termos proporcionalmente o maior quantitativo de 2º Tenentes.

**Gráfico 2 - Efetivo policial militar por cargos – referência Oficiais.**



**Fonte:** Brasil (2020).

Importante mencionar que, como regra de disposições normativas, as patentes hierárquicas de 2º Tenente e 1º Tenente compreendem os Oficiais Subalternos, a patente hierárquica de Capitão compreende os Oficiais Intermediários e as patentes de Major, Tenente-coronel e Coronel são os denominados Oficiais Superiores.

Entretanto, algo que não ocorre entre os Oficiais Superiores, sendo que o aspecto piramidal volta a se apresentar, chegando ao topo das Polícias Militares uma quantidade de apenas 913 (novecentos e treze) coronéis de polícia, apresentando um índice de proporção de 0,2% de coronéis quando comparado ao total quase 150.000 (cento e cinquenta mil) Soldados existentes no Brasil, por volta de 01 (um) coronel para cada 150 (cento e cinquenta) Soldados, aproximadamente.

Com relação ao grau de escolaridade da tropa policial militar brasileira, sua maior parte possui apenas o ensino médio completo, inclusive em muitos estados do Brasil esse é o grau de escolaridade que se exige para que seja possível a inscrição no concurso público para o cargo de Soldado e, como exemplo na Polícia Militar do

Paraná, também é o grau que se exige para o concurso público do Curso de Formação de Oficiais.

É relevante mencionar que ainda há no Brasil mais de 30.000 (trinta mil) militares estaduais que possuem apenas o ensino fundamental completo, possivelmente aqueles que detêm mais tempo de serviço, ou seja, que há vinte ou trinta anos atrás se exigia para o ingresso apenas esse grau de escolaridade e, por outra senda, há entre as Polícias Militares cerca de 1.200 (mil e duzentos) militares estaduais com o grau de mestrado, cerca de 260 (duzentos e sessenta) com nível de doutorado e apenas 04 (quatro) com pós-doutoramento.

Com relação ao grau de escolaridade, é possível que algumas Polícias Militares tenham indicado como grau de escolaridade o mestrado a partir de seus Oficiais que tenham concluído o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais<sup>19</sup> e o nível de doutorado para os Oficiais que tenham concluído o Curso Superior de Polícia<sup>20</sup>, em razão de aspectos normativos internos que assim o consideram, no entanto titulações não reconhecidas pelo MEC para nenhuma finalidade.

### 3.3.5 A Cor da Pele do Efetivo das Polícias Militares no Brasil

No tocante à cor da pele do efetivo policial militar brasileiro, algumas Polícias Militares não apresentaram tais dados para a pesquisa nacional, tampouco há na referida pesquisa alguma justificativa para tal, como a Polícia Militar de Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, ou seja, 10 (dez) Polícias Militares, o que gera estranheza do porquê do não compartilhamento de informações raciais de suas respectivas tropas.

No entanto, apesar da carência das informações raciais das tropas destas Polícias Militares, ainda assim é possível analisarmos os demais dados pertinentes aos outros estados da federação que tornaram públicos os dados raciais de seu efetivo.

Somando-se o total de efetivo das Polícias Militares que compartilharam suas informações, temos aproximadamente 300.000 (trezentos mil) militares

---

<sup>19</sup> O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais é o curso pelo qual os Capitães realizam para que possam ascender à patente hierárquica de Major.

<sup>20</sup> O Curso Superior de Polícia é o curso pelo qual, via de regra, o Major e o Tenente-coronel realiza para que possa ascender à patente hierárquica de coronel de polícia.

estaduais detalhados na tabela e, considerando o efetivo dos 10 (dez) estados da federação que não informaram seus dados raciais, isto é, cerca de 115.000 (cento e quinze mil), chegaremos ao total de policiais militares no Brasil que, em 2018, era de 415.000 (quatrocentos e quinze mil) agentes.

Entretanto, mesmo faltando parte dos dados de algumas Instituições policiais, quando analisamos as informações expostas no gráfico, o percentual que alcançamos é muito próximo ao que retrata o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Anuário [...], 2021) como sendo 42% do total de militares estaduais negros, com autodeclaração de cor da pele preta e parda.

**Tabela 1 - Cor/raça do efetivo policial militar por estado da federação**

UF	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Informado
AC	34	127	2189	25	0	0
AL	-	-	-	-	-	-
AM	899	251	3446	30	0	4136
AP	554	276	2557	17	13	4
BA	-	-	-	-	-	-
CE	1044	0	18068	0	0	0
DF	324	56	296	0	0	10220
ES	3540	894	4133	74	24	52
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	11011
MG	16304	3049	18497	522	162	1201
MS	2386	814	1352	32	1	150
MT	403	545	6432	34	-	5
PA	-	-	-	-	-	-
PB	2225	684	5321	710	4	0
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	5861
PR	15087	874	3951	112	15	52
RJ	11611	2343	16048	72	14	2235
RN	-	-	-	-	-	-
RO	1239	369	3146	59	3	221
RR	50	120	800	300	485	0
RS	14180	649	1369	0	0	924
SC	9237	251	592	12	123	58
SE	-	-	-	-	-	4777
SP	53120	3410	26108	396	9	1
TO	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>132.237</b>	<b>14712</b>	<b>114.305</b>	<b>2395</b>	<b>853</b>	<b>40.908</b>

Fonte: Brasil (2020).

Como é possível observar, mais de 40.000 (quarenta mil) militares estaduais foram indicados por sua respectiva Instituição como não tendo uma cor da pele

informada, ou seja, compreende-se que esses policiais militares, então, não se autodeclararam como sendo de nenhum recorte racial conforme dispõe o IBGE.

Com relação aos dados declarados, observamos que a cor da pele branca é a majoritária entre as Polícias Militares brasileiras, representando mais de 132.000 (cento e trinta e dois mil) militares estaduais, seguido da cor da pele parda com cerca de 114.000 (cento e quatorze mil), da cor da pele preta com aproximadamente 15.000 (quinze mil), a cor da pele amarela tendo cerca de 2.000 (dois mil) e, por fim, cerca de mil militares estaduais considerados indígenas.

Ao somarmos o efetivo com a cor da pele preta e parda, estabelecemos o total de aproximadamente 129.000 (cento e vinte e nove mil) policiais militares negros no Brasil, um quantitativo que, de fato, é compatível com a análise do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ou seja, os militares estaduais negros são uma minoria numérica nas Polícias Militares brasileiras, apesar dos negros serem maioria na população brasileira.

### 3.3.6 A Faixa Etária das Polícias Militares no Brasil

Com relação à faixa etária do efetivo policial militar do Brasil, identificamos que a maior parcela do efetivo se encontrava, quando em 2018, na faixa de 31 a 35 anos de idade, representando um total de aproximadamente 90.000 (noventa mil) militares, ou seja, um efetivo policial relativamente novo e, considerando a possibilidade de ingresso somente após os 18 anos de idade, também um efetivo com pouco tempo de serviço.

No entanto, após essa faixa etária majoritária nas Polícias Militares, a maior proporção é de 36 a 40 anos de idade, seguido de 41 a 45 anos e de 46 a 50 anos de idade para, então, alcançar a faixa de 25 a 30 anos de idade, o que demonstra que, apesar da maior parcela de efetivo ser relativamente novo, quando analisado o recurso humano em sua totalidade, observamos que proporcionalmente há um maior quantitativo de policiais militares mais antigos nas corporações.

Algo muito interessante de se notar é que, entre todas as faixas etárias elencadas na pesquisa, a que possui o menor quantitativo é, justamente, daqueles mais novos a ingressar nas Forças Policiais Militares, isto é, na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade não chegamos ao total de 13.000 (treze mil) militares estaduais, o que demonstra uma baixa proporcionalidade de ingresso e contratação

das Polícias Militares no período recente.

### 3.3.7 O Tempo de Serviço do Efetivo das Polícias Militares no Brasil

Indo ao encontro das informações colhidas no âmbito de faixa etária dos policiais militares brasileiros, com relação ao tempo de serviço médio quando da realização da pesquisa, identificamos que na média nacional a maior parcela de tempo de serviço se encontra na faixa de até 10 anos de serviço prestado, sendo seguido na faixa de 11 a 20 e da faixa com mais de 21 anos de serviço.

Importante mencionar que a Polícia Militar do Pará (PMPA) e a do Tocantins (PMTO) fogem da regra, ou seja, possui a maior parte do seu efetivo tendo mais de 21 anos de serviço prestado, sendo que utilizando como exemplo a PMTO, apenas cerca de 12% do total de seu efetivo se encontra com até 10 anos de serviço, sendo que 45% já está com mais de duas décadas de serviço prestado, o que leva a compreensão de que, caso não haja uma ação pública de contratação, nos próximos 10 anos seu efetivo policial militar reduzirá pela metade.

### 3.3.8 A Capacitação do Efetivo das Polícias Militares no Brasil

Neste último segmento de análise, abordaremos sobre a capacitação da tropa policial militar, ou seja, sobre o processo educacional que não só prepara, mas principalmente desenvolve e mantém um nivelamento institucional aos militares estaduais através das capacitações continuadas.

Interessante notar que várias Polícias Militares não compartilharam suas informações internas a respeito da capacitação de sua tropa, de modo que fica absolutamente prejudicada a compreensão sobre se há, e de que forma de colocar em prática, o nivelamento e preparação dos policiais militares de vários estados da federação.

Não obstante, é possível identificar outras Forças Policiais Militares que indicaram seus dados e os tornaram públicos para que fosse possível analisarmos e, nessa oportunidade, aprofundarmos nossa pesquisa científica.

No estudo nacional, foram elencados algumas temáticas principais para que as Polícias Militares respondesse se haviam, ou não, ministrado ou fornecido a capacitação para seus integrantes, temas como: análise criminal, armas de fogo,

atendimento ao público, controle de distúrbios civis, direitos humanos, gerenciamento de crises, grupos vulneráveis, preservação de local de crime, registros de ocorrência e técnicas operacionais.

A Polícia Militar de Goiás (PMGO) e de Rondônia (PMRO) se destacaram positivamente no âmbito da capacitação de seus integrantes, apresentando um quantitativo expressivo de presença na formação de quase todas as áreas temáticas de conhecimento que, quando analisado proporcionalmente com cada efetivo destas duas Instituições, chega-se a um total expressivo de membros capacitados.

Impera mencionar, por outra senda, utilizando como exemplo a Polícia Militar da Paraíba (PMPB), que inclusive é a Corporação do autor que utilizamos referencialmente no início do presente capítulo, apenas realizou capacitação ao seu efetivo na temática de controle de distúrbios civis, não tendo apresentado registro de nenhuma outra área do conhecimento como ministrada.

Por fim, vale destacar que, entre todos os dados apresentados, majoritariamente a capacitação na área de arma de fogo foi a que mais integrantes das Polícias Militares receberam capacitação, sendo seguido do nivelamento em técnicas operacionais, ou seja, primando-se por conteúdos práticos e que envolvam, direta ou indiretamente, o uso da força policial e a conduta de policiamento, em detrimento de áreas mais envoltas do contexto de humanização, como a capacitação em direitos humanos e grupos vulneráveis.

#### 3.4 O PERFIL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Após realizarmos um diagnóstico geral das Polícias Militares do Brasil, detalhando os principais aspectos no que se relaciona à questão operacional, à gestão de informação, bem como aos recursos materiais, recursos humanos e a respeito da capacitação profissional de seus integrantes, iremos nesse momento nos aprofundar um pouco mais sobre o perfil da Polícia Militar do Paraná (PMPR).

Assim o faremos por uma razão de necessária e umbilical importância, devido ao fato de que no terceiro capítulo realizaremos entrevistas com policiais militares autodeclarados negros que atuam no 5º e 30º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, com suas sedes localizadas em Londrina- PR.

Para tanto, é imperioso previamente estabelecer o nexo de compreensão e aproximar o leitor com a realidade vivida na PMPR, isto é, de que modo se estrutura,

quais suas divisões, como é descentralizada e organizada operacionalmente, como se coaduna seu segmento de capacitação profissional, estrutura hierárquica e, principalmente, qual o seu perfil sobretudo no âmbito dos recursos humanos, a fim de compreendermos se a ancoragem racial brasileira e seus efeitos se apresentam nos militares estaduais desta Força de Segurança Pública.

Seguindo nessa linha de raciocínio e considerando o enfoque a uma Polícia Militar específica entre todas dos estados da federação, apresentaremos informações, pesquisas e dados estatísticos minudentes, por óbvio todos que sejam de conhecimento público e, com isso, estabeleceremos a base necessária para a compreensão do perfil da PMPR de modo que seja possível o desenvolvimento do terceiro capítulo da presente pesquisa científica.

#### 3.4.1 Origem Histórica

A Polícia Militar do Paraná foi criada no dia 10 de agosto de 1854, através da Lei nº 007, de 10 de agosto de 1854 (Paraná, 1854), autorizando a organização da inicialmente denominada “Companhia da Força Policial”, primeira organização policial do Paraná, a qual teve como primeiro Comandante o Capitão do Exército Brasileiro Joaquim José Moreira de Mendonça<sup>21</sup>.

Teve por exemplo, em sua atuação no período da história compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, participado ativamente com seu efetivo da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), da Revolução Federalista (1893 – 1895), da Campanha do Contestado (1912 – 1916) e da Revolução de 1924, também chamada de “Revolta Paulista de 1924”, entre outras atuações no contexto histórico nacional.

#### 3.4.2 Estrutura Organizacional

A Polícia Militar do Paraná possui, atualmente, 50 Unidades Operacionais,

---

<sup>21</sup> Capitão de 1ª Linha do Exército, nasceu por volta de 1809, na Província de Minas Gerais. Foi nomeado a 22 de novembro de 1854, por ato do Presidente da Província do Paraná, para o cargo de Comandante da Companhia da Força Policial, tornando-se o primeiro Comandante da Corporação paranaense. Assim, é considerado como tendo sido o primeiro Comandante-Geral da atual PMPR. No dia 29 de novembro de 1854, anunciou no jornal “Dezenove de Dezembro” um edital convocando os primeiros voluntários para ingressarem na Companhia da Força Policial (Paraná, 2023a).

sendo 30 Batalhões de Polícia Militar, 09 Companhias Independentes de Polícia Militar<sup>22</sup>, 10 Batalhões Especializados de Polícia Militar<sup>23</sup> e 01 Companhia Independente de Polícia Militar,<sup>24</sup> considerando-as como tal as Unidades que realizam o patrulhamento de área, bem como as Unidades denominadas de Especializadas, isto é, que em razão de suas peculiaridades e das características e atribuições pelas quais atuam, são responsáveis por desenvolver uma atuação policial específica e, portanto, especializada.

Cada região do Estado do Paraná possui um Comando Regional, isto é, uma espécie de Comando Intermediário que é responsável por gerenciar e estabelecer o comando imediato com determinada quantidade de Unidades PM que ficam localizadas territorialmente na sua respectiva área de divisão.

Recentemente, a PMPR potencializou o processo de ampliação de sua estrutura organizacional, em especial com a criação do Comando de Missões Especiais<sup>25</sup> (CME) e da criação de novas Unidades Operacionais, citando como exemplo a criação da 11ª Companhia Independente de Polícia Militar (11ª CIPM), sediada na cidade de Cambé, a transformação da antiga 4ª Companhia Independente de Polícia Militar para, agora, sendo o 30º Batalhão de Polícia Militar (30º BPM), que inclusive será o local em que estudaremos com mais afinco no terceiro capítulo, bem como o Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) e o Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE).

Vale indicar, também, que poucos dias atrás ao deste momento em que escrevemos o presente capítulo, houve uma mudança na Constituição do Estado do Paraná e o Corpo de Bombeiros foi desvinculado da Polícia Militar do Paraná, assim como na grande maioria dos estados da federação, salvo engano apenas com exceção ao Estado de São Paulo, seguindo uma tendência nacional, ou seja, com isso o Corpo de Bombeiros passou a ser uma instituição autônoma e não mais subordinada à PMPR.

---

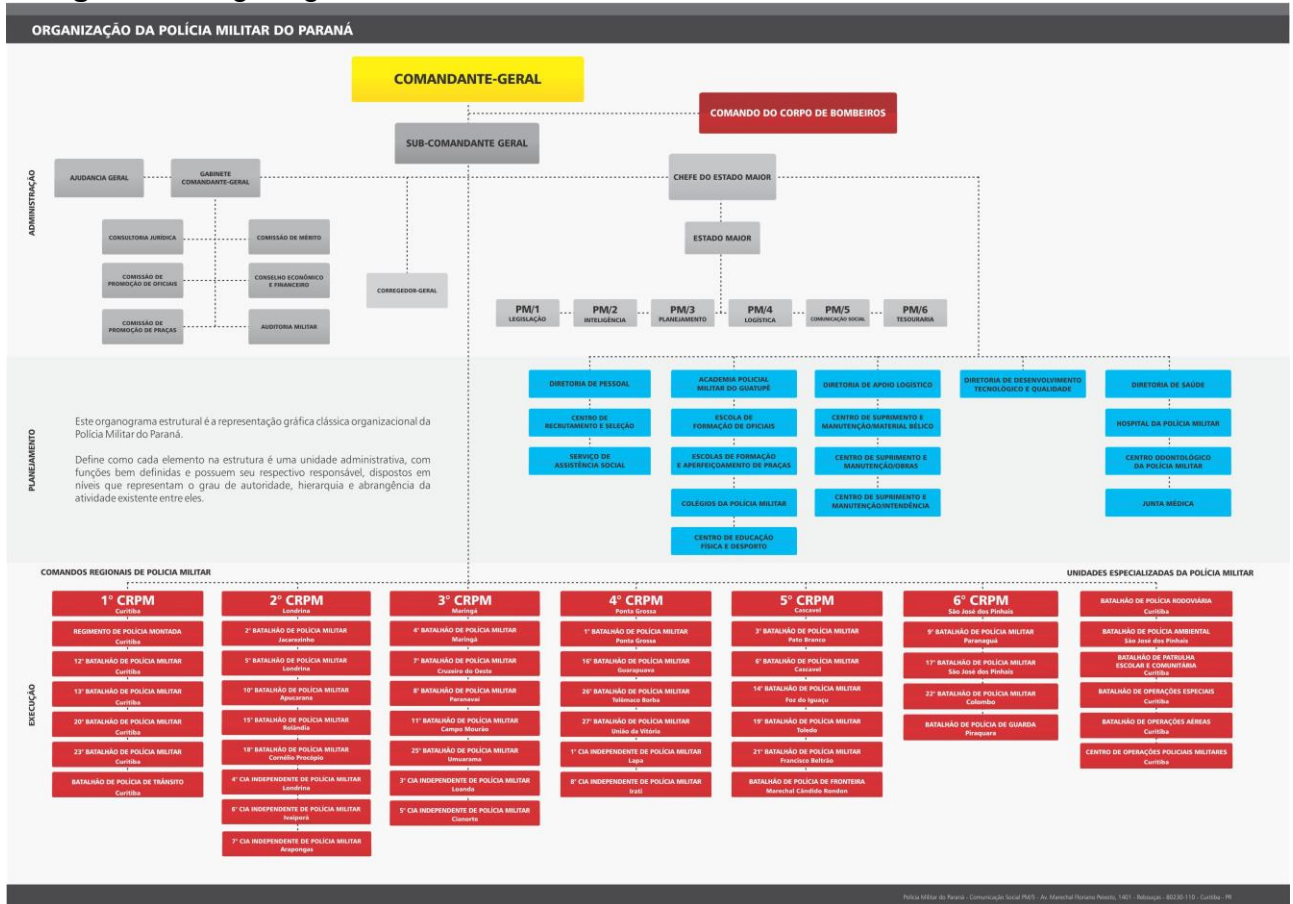
<sup>22</sup>Podem ser compreendidas como Organizações policiais-militares que desenvolvem atuação no patrulhamento ostensivo, mas que possuem uma estrutura organizacional reduzida.

<sup>23</sup>Podem ser entendidos como Organizações policiais-militares que desenvolvem o patrulhamento ostensivo, no entanto de forma especializada, a exemplo com foco na prevenção e repressão aos crimes contra a flora e fauna ou em atividades de patrulhamento aéreo.

<sup>24</sup>Dados pesquisados nos sites oficiais do Governo do Estado e PMPR na data de 29 de setembro de 2023.

<sup>25</sup>O Comando de Missões Especiais foi criado pelo Decreto Estadual nº 11626, de 1º de julho de 2022, sendo responsável pelas Unidades: BOPE, BPMOA, BRFRon, BPChq e BPRONE, estes dois últimos também recentemente criados no âmbito da PMPR.

Figura 2 - Organograma da PMPR



Fonte: Paraná (2023b).

Apesar de ainda não constar algumas mudanças recentemente realizadas, sobretudo no ano de 2022, é possível ter uma noção estruturada de como é disposta e organizada em sua completude organizacional a PMPR, com ênfase na descentralização operacional e a capilarização no território estadual, tendo atualmente 50 Unidades Operacionais em todo o Estado do Paraná.

### 3.4.3 Gestão da Informação

A Polícia Militar do Paraná, assim como a grande maioria das Polícias Militares do Brasil, possui um sistema de atendimento e despacho de ocorrências autônomo e independente, isto é, não integrado a outras Instituições, informação esta inclusive trazida no estudo do MJSP que abordamos no transcorrer do capítulo.

Importante mencionar que, também recentemente, a PMPR passou a utilizar um sistema mais tecnológico para o despacho de ocorrências e integração de sistemas com a implementação de celulares nas viaturas policiais que facilitam,

agilizam e tornam mais eficientes os atendimentos das ocorrências policiais, seguindo um processo de implemento tecnológico já adotado em outras Forças Policiais, como na Polícia Militar de Santa Catarina, por exemplo.

Uma informação de grande relevância para constar na presente pesquisa, que consta na Portaria do Comando-geral da PMPR nº 273/2022 (Paraná, 2022e), é de que apenas no ano de 2019 a Polícia Militar do Paraná atendeu mais de um milhão e quatrocentas mil ocorrências policiais em todo o estado, um montante expressivo e que demonstra a realidade numérica da atuação policial militar no cenário da segurança pública paranaense.

Realidade esta que, segundo dados trazidos na mesma Portaria, através da PM/3 da PMPR (setor específico que analisa indicadores), os efeitos da atuação no ano de 2019, quando comparado a 2018, no tocante aos indicadores criminais são os que seguem:

**Figura 3** - Relatório estatístico criminal anual, 2019 - PMPR



Fonte: Paraná (2022d).

#### 3.4.4 Recursos Materiais

Com relação aos recursos materiais, é possível mencionar que há uma significativa frota veicular no âmbito da PMPR, com a presença de quase 5.000 (cinco mil) automóveis viaturas policiais, bem como com motocicletas, microônibus, embarcações e, vale indicar, uma das únicas do país que possui helicópteros e aviões próprios.

No tocante a equipamentos e instrumentos de menor potencial ofensivo, isto é, aqueles que são utilizados quando há a necessidade de aplicação de força policial que não a letal, tendo ainda como base o estudo do MJSP que teve por referência o ano de 2018, consta a presença de aproximadamente 500 (quinhentas) armas de incapacitação neuromuscular<sup>26</sup>, quase 24.000 (vinte e quatro mil) tonfas ou bastão policial, utilizado em atuações de defesa pessoal policial e, atualmente, cada militar estadual possui um espargidor pimenta em seu cinto de guarnição.

Ainda no âmbito dos recursos materiais, há mais de 23.000 (vinte e três mil) pistolas, cerca de 1.600 (mil e seiscentas) carabinas e quase 1.000 (mil) fuzis, inclusive algo que também passa por um processo de transição, ou seja, o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Segurança Pública realizou a compra de aproximadamente 16.000 (dezesesseis) mil novas pistolas da marca italiana Beretta que foram destinadas à PMPR (PM [...], 2021), a fim de substituir e renovar o armamento individual atualmente utilizado pela tropa.

#### 3.4.5 Recursos Humanos

Com relação ao âmbito dos recursos humanos, é possível identificar que a PMPR, quando em 2018, encontrava-se como sendo a Polícia Militar com a 5ª maior tropa, ou seja, com pouco mais de 20.000 (vinte mil) militares estaduais em seu efetivo policial.

Apesar do efetivo existente ser considerado um dos maiores do Brasil, é importante mencionar que a Lei Estadual nº 18.662/2015 fixa o efetivo ideal da PMPR como sendo de aproximadamente 27.000 (vinte e sete mil) militares estaduais, isto é, encontra-se com mais de 30% de defasagem em pessoal.

Vale indicar que, quando da referida pesquisa nacional, o Corpo de Bombeiros ainda era vinculado à PMPR, de modo que atualmente este efetivo específico passa a incorporar a referida Instituição que passou a ser autônoma.

Entretanto, houve uma grande contratação de novos integrantes através de concurso público para o cargo de Soldado, tendo iniciado o Curso de Formação de Praças em agosto de 2022, com aproximadamente 2.400 (dois mil e quatrocentos) novos militares estaduais (Paraná, 2022b), os quais passarão a integrar as Unidades

---

<sup>26</sup> Também conhecidas popularmente como “armas de choque”.

Operacionais da Corporação após a conclusão do respectivo curso profissional formativo.

**Figura 4** - Efetivo (hoje veteranos) do 5º BPM – Curso de Formação de soldados (década de 1980)



Fonte: Acervo histórico da Sala dos Veteranos do 5º BPM

Na fotografia do acervo histórico da Sala dos Veteranos do 5º BPM, visualizamos parte do efetivo de um dos Cursos de Formação de Soldados (atual Curso de Formação de Praças), os quais fizeram escola de formação no 5º BPM, em Londrina- PR.

**Figura 5** - Efetivo de ingressantes da PMPR – Curso de Formação de Praças (2022), da Academia Policial Militar do Guatupê



Fonte: Paraná (2022c).

Nesta imagem, visualizamos parte do efetivo do atual Curso de Formação de Praças, especificamente neste caso de ingressantes que cursaram o referido curso de formação policial na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), com sede em São José dos Pinhais- PR.

No que se relaciona ao gênero, a PMPR informou à pesquisa do MJSP que 88% de seus integrantes são do sexo masculino e 12% do sexo feminino, uma proporção também identificada em várias outras Polícias Militares do Brasil.

Com relação às patentes hierárquicas, algo interessante de se notar é que, apesar da PMPR ser uma das maiores Polícias Militares no que tange à quantidade de efetivo, os cargos de coronéis de polícia, isto é, o mais alto cargo que se pode alcançar na estrutura hierárquica militar de uma Polícia Militar no Brasil, são proporcionalmente menos do que quando comparados com demais Instituições.

Conforme informado pela PMPR, quando da pesquisa nacional detinha 22 (vinte e dois) coronéis de polícia em serviço ativo, uma quantidade muito próxima, por exemplo, da Polícia Militar do Piauí, que indicou ter 21 (vinte e um) coronéis,

sendo que nesta Corporação seu efetivo policial indicado é aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do efetivo da PMPR, ou seja, cerca de apenas 5.000 (cinco mil) militares estaduais.

Tal dado nos traz relevância, em especial pelo fato de que quanto menos cargos ocupados no mais alto grau hierárquico, maior será a diferença proporcional de comparação entre o topo da pirâmide e sua base, isto é, mais distanciada será a diferença entre os soldados e os coronéis.

**Figura 6** - Efetivo policial do Curso de Formação de Sargentos (atual Curso de Sargentos), na Academia Policial Militar do Guatupê (década de 1980)



**Fonte:** acervo histórico da Sala dos Veteranos do 5º BPM

Importante destacar que, apesar de algumas mudanças no que diz respeito aos concursos internos da PMPR, algo que se manteve é a obrigatoriedade de que haja concurso interno para conclusão do Curso de Sargentos, sendo que atualmente esse curso é realizado por militares que já ocupam a graduação de 3º Sargentos e, antigamente (a exemplo da fotografia histórica) havia necessidade de se prestar a prova enquanto Cabo, graduando-se 3º Sargento com a conclusão do curso.

**Figura 7** - Efetivo policial formado no Curso de Sargentos, ano de 2023.



Fonte: Paraná (2023c).

No âmbito da PMPR, tendo por referência 2018, havia por volta de 14.500 (quatorze mil e quinhentos) soldados, a proporção dos cargos ativos ocupados no tocante à patente de coronel de polícia é de 0,15% do total dos cargos de soldados, o que chega a uma proporcionalidade de 01 coronel para cada 659 (seiscentos e cinquenta e nove) soldados<sup>27</sup>.

No entanto, impera lembrar que, muito recentemente, houve a separação e desvinculação do Corpo de Bombeiros, o que reduziu o efetivo total indicado, mas também houve a contratação de cerca de 2.000 (dois mil) novos soldados que iniciaram em agosto o curso de formação de praças e, também no ano de 2022 houve a ampliação da quantidade de vagas em determinadas patentes, entre elas foi ampliada a quantidade do cargo de coronel de polícia, porém dados totais que não dispomos para inserirmos na pesquisa para atualizar as referências avaliadas nessa oportunidade.

---

<sup>27</sup> Utilizando-se como base os dados da pesquisa nacional do MJSP, que teve como referência os dados em recursos humanos que as Polícias Militares encaminharam no tocante ao ano de 2018.

#### 3.4.5.1 A cor da pele do efetivo da Polícia Militar do Paraná

A Pesquisa Perfil das Polícias Militares do Brasil (Brasil, 2020) traz uma gama de informações de grande relevância para que fosse possível traçar um panorama do corpo das referidas Instituições, publicando dados a partir dos quais uma série de outras pesquisas pudessem ser iniciadas e, com a base de dados fornecida, para que seja possível compreender questões específicas do modo de atuação e estruturação de cada uma das Forças.

No âmbito relacionado à cor da pele dos agentes de segurança pública que atuam nas Polícias Militares é possível, desde já, indicar que a PMPR juntamente com a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e a Polícia Militar do Rio Grande do Sul (PMRS) são proporcionalmente as Instituições que mais possuem militares estaduais autodeclarados com a cor da pele branca quando comparados ao restante do país, sendo seguidos posteriormente pela PMESP apenas<sup>28</sup>.

A Polícia Militar do Paraná, em 2018, possuía cerca de 15.000 (quinze mil) de seus integrantes tendo declarados serem da cor de pele branca, ou seja, cerca de 75% de todo o efetivo da Força, considerando que o total da tropa indicada era de 20.000 (vinte mil) policiais militares.

Os integrantes autodeclarados como pardos representam a quantidade de aproximadamente 4.000 (quatro mil) militares estaduais, bem como os autodeclarados como cor da pele preta representando cerca de apenas 900 (novecentos) integrantes, os quais somados chegam a menos de 25% de representatividade na completude da tropa.

Na fotografia abaixo em que parte do efetivo policial do 5º BPM se encontra presente enquanto de serviço, sendo que é possível identificar a presença majoritária e, quase que absoluta, de policiais militares brancos.

---

<sup>28</sup> Vide o tabela 1, já inserido no corpo da presente pesquisa.

**Figura 8** - Efetivo policial de praças do 5º BPM em frente ao caminhão de pronto-emprego e transporte de tropa (década de 1980)



**Fonte:** acervo histórico da Sala dos Veteranos do 5º BPM

Vale mencionar que 112 (cento e doze) integrantes da PMPR indicaram como sendo da cor de pele amarela, sendo seguidos de 15 (quinze) integrantes autodeclarados indígenas e outros 52 (cinquenta e dois) que não informaram sua autodeclaração.

No mesmo ano em que fora realizada a pesquisa nacional nas Forças Policiais, em 2018, o IBGE apresentou o dado de que 34% da população do Estado do Paraná se autodeclarava como negra, ou seja, tendo cor da pele preta ou parda (Bronoski, 2020).

Conforme é possível identificar, portanto, havia uma subrepresentatividade de aproximadamente 10% no que se relaciona à população negra quando analisado o perfil do efetivo da Polícia Militar do Paraná, diferença essa que se analisada na proporção brasileira, que se estima em 54%, alcança todavia quase 30% menos negros na Corporação, quando comparada à proporção do Brasil.

**Figura 9** - Cadetes do Curso de Formação de Oficiais da PMPR (2022)



Fonte: Paraná (2022f).

É possível afirmar, com base nas informações trazidas a partir da análise dos dados, estudos, indicadores e pesquisas de que existe de fato uma subrepresentatividade da população negra na Polícia Militar do Paraná, assim como em demais Polícias Militares do Brasil, como exemplo a PMSC e PMRS e, por outra senda, realidade em regra diversa é a que observamos nas Polícias Militares do norte e nordeste do país, em que o efetivo negro na maior parte de seus respectivos estados é majoritária, com ênfase na Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e Polícia Militar do Ceará (PMCE).

## **4 TRAJETÓRIAS SOCIAIS DOS POLICIAIS MILITARES VETERANOS E INGRESSANTES**

### **4.1 METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

O roteiro de entrevista (Apêndice A) teve por finalidade apresentar as perguntas-base que foram realizadas aos policiais militares autodeclarados com cor da pele preta e parda recém ingressos na Corporação, lotados no 5º BPM e 30º BPM, ambas Unidades Operacionais de Londrina, bem como de militares estaduais veteranos, isto é, já aposentados e que são residentes na cidade de Londrina-PR, a fim de colher dados, informações e o arcabouço de vida dos respectivos entrevistados para corroborar com a pesquisa científica de uma forma global.

Inicialmente, ainda quando do projeto de pesquisa, planejou-se iniciar o aprofundamento científico através da revisão bibliográfica/documental na conjuntura do tema em questão, a fim de que seja possível coadunar elementos para subsidiar a construção do raciocínio acadêmico para, posteriormente, partir à investigação em campo, através das entrevistas com policiais militares autodeclarados negros que atuam nas Unidades Operacionais do 5º BPM e 4ª CIPM, ambas na cidade de Londrina- PR.

Ocorre que, uma das questões registradas no período foi a extinção da 4ª CIPM (decreto estadual nº 10.790, de 18 de abril de 2022) e a criação do 30º BPM, nova Unidade Operacional da PMPR que incorporou cidades então pertencentes ao 15º BPM e ao 5º BPM para compor essa nova estrutura recém criada, ou seja, houve uma expansão significativa no tamanho da Unidade (Paraná, 2022a).

Outro ponto relevante é que este pesquisador (que também é policial militar) foi transferido em meados de 2022 para o 30º BPM e em agosto de 2023 transferido para o 5º BPM, ambas Unidades Operacionais da cidade de Londrina e, através dos referidos Batalhões, tornou-se possível o contato com policiais militares ingressantes e veteranos para que as entrevistas fossem desenvolvidas, abrangendo-se portanto policiais militares de mais de uma Unidade Operacional da PMPR, mas mantendo-se a cidade de Londrina como espaço territorial da pesquisa.

Com as devidas e necessárias autorizações, em especial do Comitê de Ética em Pesquisa e do Comando do 30º BPM e do 5º BPM, utilizando-se para tanto do

auxílio da metodologia da história oral temática<sup>29</sup>, buscou-se materializar o conteúdo das entrevistas em experiências e históricas dos protagonistas da análise científica, trazendo à tona da pesquisa a realidade fática vivida e, de fato, existente.

Nas lições dos historiadores José Carlos S. B. Meihy e Fabiola Holanda (2007), a metodologia da história oral temática pode ser definida como:

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar voltar ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy; Holanda, 2007, p. 15).

Nos objetivos buscados através da técnica da entrevista, destaca-se a “averiguação de fatos” e a “determinação de opiniões sobre os fatos”, compreendendo-se de modo mais lapidado o pensamento, conforme elencado por Marconi e Lakatos (2003, p. 196), aplicando-se a técnica da entrevista por pautas, conforme explica Gil (2008, p. 118), que é aplicada mediante perguntas diretas ao entrevistado, ordenadas através de pautas, “preservando a espontaneidade do processo” (Gil, 2008, p. 112).

#### 4.2 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS

Como estruturação da base da pesquisa científica, a atuação em campo foi realizada da seguinte forma:

- a) Tendo como primeiro passo o estudo profundo das produções acadêmicas, bibliográficas, documentais, estatísticas e teóricas acerca da temática em questão, um roteiro de entrevistas foi elaborado de modo mais eficaz, profundo, detalhado e com uma gama maior de capilaridade sob o ponto de vista social;

---

<sup>29</sup> Segundo Meihy e Ribeiro (2011), a história oral está dividida em alguns gêneros que implicam a adoção de procedimentos específicos, a saber: história oral de vida, temática, testemunhal e tradição oral. Acerca das modalidades presentes, opina-se pelo uso primordial do procedimento temático, a fim de que todo o conteúdo produzido e as informações obtidas sejam delineadas de modo holístico junto ao objeto central da presente pesquisa científica.

- b) Fora realizado contato com o Comando do 30º BPM primeiramente e, posteriormente com o Comando do 5º BPM e através de documentação encaminhada via E-protocolo digital, bem como em reunião realizada, solicitamos autorização para a realização das entrevistas com policiais militares autodeclarados negros pertencentes ao 30º BPM e 5º BPM que, voluntariamente, dispusessem a participar da pesquisa em comento;
- c) O próximo passo foi submeter o presente questionário ao Comitê de Ética em Pesquisa, a fim de colher as autorizações necessárias para a subsequente aplicação, obtendo-se a devida autorização para que fosse possível a aplicação das entrevistas, realizando-se com isso todos os ajustes necessários indicados pelo referido Comitê;
- d) Identificou-se e foi realizado contato com os militares estaduais que foram entrevistados, que atuavam, na época das entrevistas, no 30º BPM e no 5º BPM;
- e) Elaborou-se e foi disponibilizado aos entrevistados um termo de autorização para fins exclusivamente acadêmicos acerca do conteúdo dos relatos realizados;
- f) Fora escolhido um local apropriado para a realização das entrevistas, ou que os entrevistados indicavam, a exemplo de seu próprio domicílio ou outro local em que o deslocamento e reserva fossem possíveis e que pudessem se sentir a vontade e em um ambiente seguro e confortável;
- g) Aplicou-se o roteiro de entrevista, permitindo a realização e perguntas fechadas e abertas, tornando-se possível o desenvolvimento da fala conforme o entrevistado se sintia à vontade, ajustando-se um limite de tempo e data/hora conforme a disponibilidade dos policiais militares no seu período de folga;
- h) Após cada gravação, foram salvas cópias do arquivo em locais protegidos, tendo sido realizada a transcrição do conteúdo com uso de nomes numerados (entrevistado veterano 01, 02...), com a finalidade de se preservar a identidade dos entrevistados e editar as entrevistas;
- i) Munido de todo material produzido, ao final, fora realizada uma análise detalhada das informações colhidas com base em toda estrutura teórica

anteriormente consubstanciada<sup>30</sup>.

Tendo como metodologia central, portanto, a história oral temática, utilizando-a como um instrumento de busca de esclarecimento acerca do objeto central da pesquisa, foi possível analisar, a partir das narrativas dos policiais militares autodeclarados negros que atuam nas Unidades Operacionais da PMPR de Londrina, como interpretam o processo histórico-racial no Brasil.

Ainda, houve êxito na colheita de percepções próprias sobre suas visões acerca do racismo estrutural na sociedade brasileira, bem como se percebem na atuação profissional e na estrutura organizacional a presença direta/indireta de práticas segregacionistas, como percebem o aspecto de vitimização dos policiais negros no enfrentamento policial e sua baixa representatividade nas altas patentes, como visualizam suas posições na hierarquia organizacional dentro da PMPR e, sobretudo, dentro da estrutura da sociedade brasileira.

#### 4.3 QUADRO DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM POLICIAIS MILITARES NEGROS VETERANOS E INGRESSANTES DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

VETERANOS	
A JUVENTUDE	A <b>infância no meio rural</b> , considerada árdua e com muitas restrições, é comum a todos os entrevistados, compondo uma família em que, geralmente, a figura paterna era a provedora, a partir do trabalho na lavoura, enquanto a figura materna ficava mais relacionada com os afazeres domésticos e cuidados específicos com os filhos. De modo mais detalhado, os entrevistados veteranos relatam terem nascido e vivido a maior parte de sua juventude em <b>casas humildes</b> , ou seja, em casebres sem estrutura adequada, sem cômodos específicos e divididos a todos os irmãos e, ainda, telhado e “piso” improvisados, alguns inclusive relatando ser o piso de “chão batido”. Em razão do domicílio em ambiente rural, a maioria dos entrevistados relatou ter dificuldade de acesso a estruturas mínimas de serviços públicos, a exemplo o acesso à energia elétrica na residência e, principalmente, a logística dispendiosa para o deslocamento à escola pública mais próxima de suas casas. A situação de pobreza e de limitações estruturais é algo que se reconhece e se identifica em todos os entrevistados veteranos. Com relação ao <b>acesso à educação</b> , como citado, em sua maioria os entrevistados narram distâncias significativas que tinham de percorrer para acessar a sala de aula e manutenção dos estudos. Ainda, há identificado nos relatos a concomitância dos estudos com as responsabilidades laborais junto à lavoura, sobretudo em apoio à figura paterna desde a infância, iniciando-se logo cedo ao trabalho braçal de plantação ou colheita na roça. A <b>evasão escolar</b> é algo comum aos entrevistados, os quais narram em sua

<sup>30</sup>Um dos objetivos pretendidos, como forma de aprimoramento do conteúdo histórico institucional, era a visita *in loco* no Museu Histórico da PMPR, localizado em Curitiba-PR, no entanto a visitação não foi possível por questões pessoais e logísticas. Todavia, este pesquisador obteve êxito no acesso ao acervo histórico institucional da Sala dos Veteranos do 5º BPM, sendo possível incluir na pesquisa parte dos elementos históricos buscados.

maioria que deixaram de frequentar ou prosseguir com os estudos em razão da necessidade de trabalhar para auxiliar financeiramente sua família, perfazendo-se em jornadas diárias de horas trabalhadas em serviço braçal, o qual se iniciava ainda de madrugada e por vezes somente no período noturno o acesso escolar, isso somado à distância de deslocamento de casa para a escola e, após as aulas, o retorno para o domicílio para que poucas horas depois uma nova jornada diária se iniciasse. Em poucos casos, quando a principal motivação da evasão escolar não fora as exigências laborais enquanto criança, verifica-se o afastamento e interrupção dos estudos por questões logísticas, quando ao avançar nos níveis educacionais, o ambiente rural em que vivia não dispunha de colégios que o permitiam dar seguimento nos anos escolares. Importante destacar o que relata o veterano ENTREVISTADO 03, o qual relaciona uma grande parcela das dificuldades de sua infância não somente à pobreza e às limitações de acesso as bens ou serviços públicos mínimos, mas derradeiramente narra seu **trauma vivido** ao ser, junto de sua irmã, também negra e aluna da mesma escola, os quais eram torturados e humilhados quase que diariamente por uma das professoras da instituição de ensino, debitando isso inteiramente à cor da pele negra e às práticas racistas violentas da docente. Importante ainda destacar o que narra o veterano ENTREVISTADO 02 acerca de sua infância, o qual relata **ter sido “doado”** por seu pai biológico ainda quando muito pequeno, após o falecimento de sua mãe, tendo sido “adotado” pelo proprietário de uma fazenda com produção agrícola, o qual teria concomitantemente o criado, mas como um funcionário. No caso deste entrevistado, o contexto escolar foi ainda mais devastador, tendo conseguido iniciar os estudos próximo de sua adolescência, mas pouco tempo depois teve de interromper os estudos em decorrência dos compromissos laborais junto à fazenda que trabalhava e à grande demanda de serviço que seu “pai adotivo” lhe demandava. **A mudança para a cidade** é um fator relevante para todos, tendo o sentido de oportunidade de mobilidade social e paulatinamente a proximidade do acesso a bens e serviços públicos, como rede de esgoto e energia elétrica. No entanto, apesar da mudança territorial, as dificuldades permaneciam vividas e atuantes nas trajetórias dos entrevistados, a exemplo do que narra o veterano ENTREVISTADO 05 que, ao se mudar junto de sua família para a área urbana, em razão de um programa do governo que “vendia” casas em **regiões periféricas da cidade** para famílias carentes a baixo custo de parcelas, enfrentou com seus familiares uma realidade ainda de ausência de energia elétrica, ausência de rua asfaltada e de sistema de escoamento de água da chuva, lembrando-se da constância de enchentes em sua residência sempre que chovia. Algo verificado entre os veteranos entrevistados e que pode ser resultado do processo de **mobilidade social** pelo deslocamento territorial do campo para a cidade é que, em alguns dos entrevistados, verifica-se que somente foi possível retomar os estudos e completar ao menos o ensino básico quando já domiciliados na área urbana, sendo um fator primordial para cumprir com um dos requisitos necessários ao ingresso no certame público para a Polícia Militar do Paraná, qual seja o nível de **escolaridade mínima exigida**. Salientar termos destacado o termo “proximidade” do acesso a bens e serviços públicos, pois questões estruturais e logísticas que os entrevistados não dispunham quando residentes e domiciliados em ambiente rural, não necessariamente passaram a ser-lhes oportunizado quando em ambiente e território urbano, sendo que a mudança de território como perspectiva de melhora em mobilidade social veio acompanhada das mesmas ou boa parte das dificuldades que já viviam na roça, pois o que majoritariamente houve foi a mudança de domicílio do meio rural para a periferia urbana.

A PREPARAÇÃO  
E O INGRESSO  
NA PMPR

Acerca dos motivos determinantes para que os entrevistados escolhessem se submeter ao **concurso público** de ingresso como soldado da PMPR, verifica-se em todos os veteranos entrevistados algumas motivações em comum, entre elas a admiração pela profissão de policial militar, relatando um **apreço pelo serviço** de proteger a população e dedicar sua vida para que isso seja cumprido, bem como um grande fator mencionado, inclusive com muita ênfase entre os entrevistados veteranos, é **a estabilidade financeira**. Conforme verificamos, todos os veteranos entrevistados, desde o que ingressou na PMPR na década de 1950 até o que ingressou no final da década de 1980 e início de 1990, nasceram ou moraram boa parte de sua juventude na área rural, advindos de famílias com dificuldades financeiras e limitações de toda ordem, seja relativa a estrutura residencial, do acesso à energia elétrica, a rede de esgoto, entre outras necessidades básicas, sendo que majoritariamente o fator pretérito ao ingresso na PMPR foi o deslocamento territorial para as cidades, sendo que dessa forma alguns conseguiram retomar os estudos e obter o nível de escolaridade mínima que o certame público exigia para o ingresso. Os veteranos entrevistados que até então na área rural prestavam serviços na lavoura, ao mudarem para os centros urbanos tiveram de modificar suas profissões, inclusive alguns em razão da grande geada ocorrida na cidade de Londrina e região, na década de 1970. Morando em sua maioria nas regiões periféricas da cidade e exercendo empregos com **renda salarial baixa**, o que apesar da mudança para a cidade, fazia perdurar as dificuldades financeiras para obter melhoras e mobilidade social, verifica-se que o fator do **emprego público** com salário fixo e mensalmente garantido se mostrou significativamente atraente, somando-se a isso a admiração com o exercício da função de militar estadual, fornecendo-lhes segurança financeira para si e para seus familiares. Outra questão identificada e que se relaciona com a decisão do ingresso na PMPR é que alguns dos entrevistados tiveram conhecimento do concurso público e da possibilidade de ingresso através de **parentes ou amigos próximos que já eram policiais militares**, os quais os informavam da abertura do certame e os incentivavam a prestar as provas, é o que se verifica a exemplo nos veteranos ENTREVISTADOS 01, 02 e 05. Verifica-se, também, que houve a decisão de ingresso na PMPR de uma parte minoritária dos veteranos entrevistados após o contato com o serviço obrigatório junto ao Exército Brasileiro, os quais após a conclusão do período exigido pela Força Armada tiveram conhecimento da polícia militar e a possibilidade que continuassem servindo como militar, mas em funções mais específicas e diferenciadas do que o Exército, lembrando-se que em parte do lapso temporal vigorava a Ditadura Militar (1964 a 1985), é o que se verifica nos veteranos ENTREVISTADOS 03 e 04, por exemplo. Com relação à preparação específica de **estudos e treinamentos para a submissão ao concurso público**, verifica-se de forma similar entre os entrevistados que não houve em nenhum caso a possibilidade de se realizar um curso preparatório ou algum processo educacional do gênero que fosse voltado ao concurso em especial e que o preparasse para as provas, assim como não houve nenhum entrevistado que narra ter se preparado fisicamente com treinador físico para concorrer ao teste de aptidão física de ingresso. O que se identifica é que há um padrão entre os entrevistados no período próximo que antecede o ingresso na PMPR, qual seja que todos **tinham empregos com carga horária e jornada de trabalho exaustiva**, tinham de lidar com dificuldades financeiras e manejavam dentro de suas possibilidades algum estudo em momentos “livres” durante o dia, isso quando assim o faziam. Em parte dos entrevistados, inclusive os que narram a respeito do nível de escolaridade exigido para o concurso público, mencionam que **sequer sabiam, ao certo, quais matérias e disciplinares poderiam ser cobradas nas provas**, tendo-a prestado sem estudo prévio e sem a busca pelo conhecimento específico das especificidades do edital. Um relato muito importante e marcante de se destacar é o narrado pelo veterano ENTREVISTADO 04, o mais antigo entre os entrevistados, que relata suas dificuldades na lida com as provas, que na sua época ocorriam somente na capital do estado – **Curitiba**, sendo imperioso destacar que a dificuldade financeira era tanta que, entre os dias que se perduravam entre uma prova ou

	<p>teste e outro, <b>teve de dormir na rua</b>, passando fome, tendo que buscar alguma forma de emprego rápido que pudesse, ao menos, dar-lhe um alimento para subsistir até que o resultado final fosse anunciado. Por fim, acerca do anúncio da <b>aprovação no concurso público</b>, é uníssono entre os veteranos entrevistados a sensação de “alívio” sobre sua aprovação, sendo que teria conseguido, ao mesmo tempo, conquistar um objetivo de vida em uma profissão que admirava e, junto a isso, obter uma estabilidade financeira para sua subsistência e de sua família.</p>
<p>A CARREIRA NA PMPR</p>	<p>Acerca da carreira na PMPR, após a aprovação no concurso público de ingresso é necessário tecermos um breve comentário sobre a forma de ingresso de todos os veteranos entrevistados. Durante os contatos realizados com veteranos que atuaram na cidade de Londrina e que seriam voluntários a participar do presente estudo, tivemos dificuldades em identificar ou, ao menos, encontrar veteranos Oficiais na região, por outro lado, não houve qualquer dificuldade em encontrar e estabelecer contato com veteranos praças da Corporação. Acreditamos que isso se deve, em grande medida, à <b>significativa parcela representativa de veteranos negros entre praças, mais do que entre oficiais</b>, em razão do reduzido número de oficiais negros na PMPR, ao menos no território estudado e objeto da pesquisa. Importante destacar, em tempo, que logramos êxito em obter o contato telefônico de um veterano oficial que atuou em Londrina e, inclusive, findou sua carreira em alta patente hierárquica e tendo sido Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, no entanto, após várias tentativas de contato, entre mensagens de texto em que detalhávamos a pesquisa científica e ligações telefônicas, não obtivemos nenhum retorno, impossibilitando a inclusão de, ao menos um, veterano oficial negro entre os entrevistados do presente estudo. Assim, identificamos entre os entrevistados portanto um elo comum que os conecta, qual seja que todos ingressaram na Corporação na <b>base do nível hierárquico</b>, a fim de exercer o cargo de soldado da PMPR. A partir dos relatos sobre as áreas de atuação dentro da Corporação, todos os entrevistados mencionaram que <b>trabalharam por toda a carreira ou na maior parte dela na área operacional</b>, seja no serviço de rádio patrulhamento ou em segmentos especializados, a exemplo o antigo Pelotão de Polícia de CHOQUE e Pelotão de Polícia de Trânsito, porém mesmo nesses setores especiais, desenvolveram sua atuação junto ao <b>patrulhamento de rua</b>. Relevante ressaltar, a exemplo do narrado pelo veterano ENTREVISTADO 05, que atuou vários anos de sua carreira no denominado “serviço de inteligência”, isto é, o setor especializado de uma Unidade Operacional que não executa o patrulhamento ordinário fardado e em viatura caracterizada, focando-se em colheita de informações para apoio das tropas regulares nas ruas, entretanto, mesmo nesse setor, este veterano foi responsável por diversas prisões, incursões de alto risco e, por vezes, teve de atuar com o uso da força no exercício da profissão, o que demonstra que até mesmo sem estar atuando no patrulhamento rotineiro, todos os veteranos exerceram majoritariamente <b>serviços policiais de risco</b>. Outro ponto relevante entre os entrevistados é que, com exceção dos veteranos ENTREVISTADOS 03 e 04, todos os demais solicitaram sua <b>aposentadoria prematura</b>, antes do tempo limite de serviço, ou seja, antes dos 35 anos de serviço prestado, aposentando-se previamente por decisão e vontade própria, o que era até alguns anos atrás permitidos por legislação específica da PMPR. Apesar da aposentadoria prematura dos veteranos ENTREVISTADOS 01, 02 e 05, destaca-se o veterano ENTREVISTADO 01, o qual após o lançamento pelo Governo do Estado do Paraná do Programa “Escola Segura”, que abriu oportunidade a policiais militares aposentados atuarem recebendo remuneração extra na segurança de colégios estaduais, este veterano se inscreveu no referido programa e, até hoje, encontra-se como se de serviço ativo estivesse, trabalhando fardado para proteção dos alunos e instalações de colégios públicos. Interessante destacar que foi identificado que os veteranos ENTREVISTADOS 01, 03, 04 e 05, <b>lograram êxito em galgar promoções para ascensão na carreira</b>, sendo relatado por todos as dificuldades enfrentadas para os estudos necessários a fim de ser aprovado no concurso interno, à época exigido para promoção das praças, uma alta concorrência de candidato por vaga aberta para</p>

	<p>preenchimento, bem como os obstáculos relativos a deslocamentos para realização das etapas dos concursos internos, a disponibilidade de horários para estudo e preparação e, principalmente, a dificuldade em ter de se deslocar até a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), localizada na cidade de São José dos Pinhais, para frequentar o curso de formação. No que tange ao veterano ENTREVISTADO 02, este foi o único que iniciou e findou sua carreira como soldado, porém narrando que prestou o concurso interno para cabo e não foi aprovado por questões não detalhadas e que os desmotivaram a tentar novamente o certame. Importante destacar que o veterano ENTREVISTADO 05 foi o único entre os veteranos entrevistados que conseguiu alcançar a última graduação/patente hierárquica das praças, isto é, conquistou todas as promoções até a de Subtenente, aposentando-se em tal cargo, que é o maior nível hierárquico entre os praças.</p>
<p>ANÁLISE DO CONTEXTO DO TRABALHO ENTRE ÉPOCAS</p>	<p>Verifica-se entre os veteranos entrevistados uma narrativa de dificuldades estruturais e organizacionais relativos à PMPR em suas épocas, sobretudo com relação à escassez de viaturas, acesso a combustível para patrulhamento, acesso e cautela individual a arma de fogo ou colete balístico, entre outras questões que, conforme os próprios entrevistados narram, com o transcorrer dos anos tal realidade foi sendo melhorada ao ponto que atualmente se encontra. Um ponto destacado entre os entrevistados veteranos é a menção acerca do <b>baixo nível de escolaridade entre os policiais militares de suas épocas</b> e os que hodiernamente são ingressantes da Corporação, narrando que antigamente para o ingresso era-lhe exigido somente o ensino básico, sem exigência nem mesmo do que hoje é denominado ensino médio, sendo que os que hoje ingressam, em sua maior parcela, possuem nível de escolaridade superior, com formação universitária, conforme narram os veteranos ENTREVISTADOS 01, 03 04 e 05. Importante destacar que durante o período de mestrado deste pesquisador houve a mudança de lei que passou a exigir nível superior completo para ingresso no cargo de soldado da PMPR, em substituição ao nível de escolaridade médio, antes exigido. Devemos destacar, ainda, o que indica o veterano ENTREVISTADO 01, por exemplo, o qual narra que uma das mudanças percebidas entre sua época de serviço ativo e o serviço atual é dentro dos quartéis, no tocante a relação entre os oficiais e praças e, até mesmo, entre os próprios praças de graduações diferentes. Tal mudança é narrada no sentido de que, antes, havia um <b>grande distanciamento de relacionamento interpessoal entre os militares estaduais de patentes hierárquicas distintas</b>, ou seja, um soldado sequer conseguiria ter uma simples conversa com um superior hierárquico oficial, por exemplo, narrando o entrevistado que era difícil até mesmo um contato mais aproximado com um cabo, graduação imediatamente superior ao de soldado, o que diz que atualmente mudou, havendo uma relação mais flexível, próxima e no sentido de haver mais humanidade no vínculo profissional militar.</p>
<p>PERCEPÇÃO RACIAL</p>	<p>A respeito da percepção racial dos veteranos entrevistados algo que fora identificado é que em sua maioria os entrevistados <b>separam a compreensão acerca da questão racial entre tempos “antigos” e tempos “atuais”</b>. O veterano ENTREVISTADO 01, por exemplo, relata que em seu período <b>mais jovem não tinha conhecimento de que o racismo ocorria no Brasil</b> ou, ao menos, que era algo que poderia gerar reflexos na sociedade, considerando inclusive que imaginou por vários anos em sua vida que isso seria algo exclusivamente norte-americano. Diz que acredita que o racismo tenha sido criado por pessoas que tinham por pretensão gerar uma separação entre as pessoas negras das pessoas brancas. Verifica-se a mesma percepção sobre a questão racial no veterano ENTREVISTADO 02, o qual se expressa que em sua <b>juventude notada todos serem tratados iguais</b>, por mais que afirme ter sido chamado de nomes depreciativos na mesma época de sua vida, passando a compreender e ter <b>conhecimento do que seria o racismo somente após o ingresso na PMPR</b>. Compartilha tal compreensão o veterano ENTREVISTADO 04, o mais antigo entre os entrevistados, o qual menciona que o <b>racismo não era algo falado ou comentado em tempos passados</b>, referindo-se às décadas de 1940 e 1950, o que corrobora em certa medida com o arcabouço teórico relativo</p>

à democracia racial e ao aspecto do racismo estrutural no tocante ao disfarce e dissimulação do racismo nos entranços sociais de modo que possa se moldar, o máximo possível, de modo imperceptível. Os veteranos ENTREVISTADOS 03 e 05, por sua vez, narram que desde sua juventude **tinham algum conhecimento de que o racismo existia**, tendo possibilidades de entender em seu contexto de vida acontecimentos e circunstâncias que dispunham a população negra de modo inferior e diverso da branca. O veterano ENTREVISTADO 03, o qual se autodeclara como tendo a cor da pele preta, relata situações extremamente graves com relação ao seu período escolar, ainda quando criança, juntamente com sua irmã, foram matriculados para estudos na escola mais próxima e acessível da área rural em que moravam com seus familiares, sendo que se recorda de ambos serem os **únicos alunos negros do local**, incumbindo totalmente essas circunstâncias segregadoras à questão racial. Nesse período relata terem sofrido diversas agressões e violências físicas e psicológicas por parte de uma professora, recordando-se de modo nítido que havia uma distinção evidente entre eles, os dois únicos alunos negros, e os demais alunos brancos da turma. Tal cenário era tão gravoso que relata, de forma profunda e com apreço à fidelidade e sinceridade da memória, que conforme as agressões ocorriam e eram, cada vez mais, vítimas de violência racial por sua professora da quinta série, fora sendo gerado um trauma, ao ponto de a escola se tornar um lugar que tinha medo e não conseguia estudar, ocorrendo até mesmo ocasião em que, por “medo e pavor”, palavras do entrevistado, sequer solicitava à professora autorização para ir ao banheiro, e se urinava em sua cadeira, dentro da sala de aula, a fim de que eventual pedido à docente não viesse a gerar alguma agressão contra sua pessoa, findando o dia letivo, quando isso ocorria, urinado e sem ter sido possível proceder com a higiene necessária. Esse mesmo veterano ENTREVISTADO 03 relata outro fato que aponta ser consequência do racismo, relacionado ao impedimento dois pais de uma moça branca que havia se apaixonado em sua juventude e que, em razão de sua cor, negaram a ela se aproximar e manter contato com o entrevistado. Fato semelhante em que relata ter ocorrido em sua vida por parte do veterano ENTREVISTADO 05, o qual teve um relacionamento igualmente impedido por familiares da moça, em razão destes considerarem ele, como sendo um homem da cor da pele preta, algo “ruim”, por entenderem que havia mais negros nos presídios e, ainda, somando-se ao **preconceito de ele já ser policial militar, profissão considerada ruim** pelos pais da referida pretendente. Este veterano relata ainda que sempre teve noção de que o racismo existiu em sua vida e ainda existe, narrando sobre o conhecimento que tem acerca de uma parcela da população, que vê o negro como uma “sub-raça”, tendo percepção sobre as consequências da escravização. Um ponto relevante de se mencionar é que parte dos veteranos entrevistados relata que, em sua juventude, foram vítimas de **palavras ofensivas e depreciativas relacionadas à cor da pele, principalmente no ambiente escolar e, por vezes, no ambiente de trabalho**, sendo uma fala presente nesses casos relatados de que, na época, isso seria algo “normal”. Outro aspecto muito importante e que compartilham os veteranos entrevistados em sua maioria são casos de **violências raciais em que foram vítimas após o ingresso na PMPR**, sobretudo durante o atendimento de ocorrências, em que pessoas da população os xingavam em razão de sua cor da pele, enfatiza-se o relatado por exemplo pelo veterano ENTREVISTADO 04, o qual menciona terem cuspidos nele durante patrulhamento a pé e ainda presenciado ofensas a outros policiais militares negros, dizendo que naquela época isso **não tinha prosseguimento jurídico e penal**, diferentemente de hoje que percebe uma atenção muito maior sobre a proteção dos direitos da pessoa negra, bem como o veterano ENTREVISTADO 02, que inclusive relata ter realizado a prisão de indivíduos que o xingaram com termos pejorativos relacionados à cor da pele, durante sua atuação como policial militar. Algo relevante narrado pelo veterano ENTREVISTADO 03 é que notava uma conduta diferente por parte de um companheiro de equipe que fora seu motorista por algum tempo, em que sempre buscava proceder com **abordagens a pessoas negras**, sendo questionado pelo entrevistado sobre o porquê somente negros eram por ele abordados, não tendo

ele se explicado a respeito, mas o entrevistado menciona que em sua percepção seu companheiro de equipe sequer tinha noção ou intencionalidade a respeito de tais situações.

## INGRESSANTES

### A JUVENTUDE

De modo majoritário os ingressantes entrevistados mencionam terem vivenciado uma infância e juventude com **dificuldades financeiras**, sobretudo com carência de recursos para a manutenção da residência em que habitavam e dos familiares. Algo que se percebe como diverso dos veteranos entrevistados, por exemplo, é que nenhum dos ingressantes entrevistados relatou ter nascido e crescido em área rural, sendo que todos relataram terem passado sua **juventude na área urbana**, nas cidades, algo que diverge sobremaneira dos veteranos, os quais em praticamente sua totalidade relataram terem vivido até a fase adulta na área rural. Identifica-se entre os ingressantes que uma parcela dos entrevistados teve de **trabalhar desde jovem**, a fim de auxiliar financeiramente seus familiares. A convivência com os pais, bem como a relação com eles se apresenta de modo complexo, havendo casos de afastamento da figura paterna e sua ausência no tocante afetivo e em apoio financeiro. O ingressante ENTREVISTADO 01 relata ser filho de um sargento da PMPR, no entanto após a separação de seus pais, ocorrida ainda em sua infância, houve o abandono de seu pai e a total ausência de apoio ao filho, sem sequer pagamento de pensão alimentícia por exemplo, tendo passado fome em sua juventude, vivendo em casas de “favor” em localidades carentes e carecendo de questões mínimas para sua sobrevivência. Em razão das dificuldades financeiras decorrentes do contexto de vida, reconhece todo esforço de sua mãe para levar o sustento para a sua casa, narrando que desde criança ainda, quase iniciando a adolescência, já teve de buscar emprego para complementar a renda da família, o que menciona ter sido um fator preponderante quanto a dificuldade em seu processo de educação e aprendizagem. Relata ainda que, antes do ingresso na PMPR, logrou êxito em **ingressar na graduação do nível superior**, graças a um Programa do Governo Federal que disponibilizava bolsas de estudo para estudantes de baixa renda, tendo finalizado os estudos básicos para acesso ao nível superior com muita dificuldade. O ingressante ENTREVISTADO 02, por sua vez, relata ser filho de policial militar também, no entanto tendo seus pais sempre convivido com a família, sem nunca terem separado. Narra que cresceu sua juventude em um **bairro muito pobre**, localizado na Zona Norte de Londrina, local em que havia perigos em razão da criminalidade existente no território, sendo que se recorda de seu pai não o autorizar a brincar na rua por questões de segurança e temendo que algo pudesse ocorrer com seu filho, tanto no aspecto comum de riscos como no aspecto do crime organizado fazer algo contra o filho de um policial. Relata ainda que sempre **teve oportunidade e incentivo para os estudos** por parte de seus familiares, tendo iniciado o trabalho de modo concomitante aos estudos com 15 anos de idade. O ingressante ENTREVISTADO 03 relata igual cenário de vida no tocante à situação financeira familiar carente, destacando ter morado em sua juventude em casas sempre pertencentes a localidades carentes e muito pobres, em razão das dificuldades financeiras de seus familiares para morar em territórios menos carentes. Diz o entrevistado que, mesmo com dificuldades financeiras, seus pais sustentavam a casa e não fora necessário que ele trabalhasse como forma de complementação da renda familiar, conseguindo **dedicar-se integralmente aos estudos em sua juventude**, o que lhe permitiu na vida adulta o **ingresso e curso de nível superior em Universidade Pública** e, antes da aprovação no concurso da PMPR, trabalhou em algumas empresas no seu ramo de atuação, inclusive tendo atuado em outros estados da federação. O contexto de separação dos pais é relatada também pelo ingressante ENTREVISTADO 04, o

	<p>qual relata terem seus pais se separado no início de sua adolescência, sendo que sua família era humildade, mas tinha <b>condições financeiras mínimas</b>. Relata ainda que seu pai era usuário de drogas, o que entende ter sido um dos principais motivadores da separação conjugal, narrando que mesmo com esse contexto, sua mãe conseguiu sustentar sua família, não havendo a necessidade de que ele trabalhasse em sua juventude para auxiliar financeiramente sua família, tendo sido aprovado na graduação em nível superior após conclusão do ensino médio e, até o período anterior só ingresso na PMPR, tinha uma rotina de estudos e treinamento físico diário. <b>A ingressante ENTREVISTADA 05</b>, por fim, relata que sua família era muito pobre, tendo percorrido diversas dificuldades financeiras e de vida propriamente dita em sua infância e juventude, o que menciona ter agravado ainda com a separação de seus pais, ocorrida no início de sua adolescência, tendo optado por morar com sua mãe e, em razão de diversas dificuldades, tiveram que se mudar de cidades em torno de 07 vezes. Dois anos após a separação de seus pais, já com 14 anos de idade, em razão da necessidade de complementação da renda familiar, <b>teve de buscar um trabalho</b> em uma empresa de costura, o que acarretou a necessidade de abandono escolar, o que foi retomado somente em sua vida adulta, por influência e apoio de seu esposo e familiares, concluindo os <b>estudos através do supletivo</b> e, com isso, logrando mobilidade social ascendente com a aprovação no concurso público de ingresso na PMPR.</p>
<p>A PREPARAÇÃO E O INGRESSO NA PMPR</p>	<p>Com relação ao período de preparação para o concurso público de ingresso na carreira de soldado da PMPR, parte dos ingressantes entrevistados relatam terem obtido a <b>possibilidade de dispor de um tempo específico de estudo para o certame</b> e, por outro lado, parte dos ingressantes entrevistados relatam que em razão das responsabilidades e compromissos de trabalho, seus estudos se deram em <b>momentos curtos no transcorrer do dia</b>, quando era-lhes possível. O ingressante ENTREVISTADO 01, por exemplo, relata que em razão das dificuldades financeiras de sua família teve de trabalhar desde sua juventude, sempre concorrendo tempo com os estudos, algo que manteve em sua vida adulta, até o ingresso na PMPR. Contexto semelhante a do ingressante ENTREVISTADO 03, o qual na época pretérita ao certame público, dividia os estudos nos horários livres de seu emprego como entregador de pizza, estudando em pequenos momentos vagos durante a jornada de serviço e, ainda, compartilha tal cenário a ingressante ENTREVISTADA 05, única mulher entre todos os entrevistados, a qual trabalhava desde o início da manhã ao final da tarde e, quando possível, ajustava-se para estudar em sua própria casa ou antes do início do serviço, ainda pela madrugada, ou após o retorno para sua casa, já no período noturno. Importante destacar que nenhum destes referidos ingressantes, quais sejam os ENTREVISTADOS 01, 03 e 05, tiveram acesso à frequência em curso preparatório, por exemplo, seja de modo presencial ou à distância, realizando o <b>estudo de modo mais autônomo e sem apoio externo contínuo</b>. Por outro lado, realidade diversa foi a dos ingressantes ENTREVISTADOS 02 e 04, os quais relatam que neste momento específico de suas vidas tiveram a oportunidade de <b>focar diretamente nos estudos preparatórios para o concurso público</b>, tendo o apoio imprescindível de seus familiares, sobretudo no âmbito financeiro, o que lhes permitiu ao menos por um período curto, não trabalhar e dedicar única e exclusivamente seu tempo para os estudos. A respeito da sensação após terem a notícia da aprovação no certame, foi uníssono entre os ingressantes entrevistados o sentimento de alívio e felicidade, destacando-se que mencionaram a <b>respeito da estabilidade do emprego</b> e, por conseguinte, financeira, apenas os ingressantes ENTREVISTADOS 02 e 05, não sendo um termo destacado ou mencionado diretamente pelos demais entrevistados, o que se mostra diferente da maioria dos veteranos entrevistados, os quais majoritariamente frisam e dão ênfase na estabilidade financeira como motivação de ingresso e alívio da aprovação no cargo público.</p>

<p>A PROJEÇÃO DE CARREIRA NA PMPR</p>	<p>Todos os entrevistados ingressantes da presente pesquisa estavam, quando da época em que foram realizadas as entrevistas, cursando o Curso de Formação de Praças da PMPR, o qual se iniciou em agosto de 2022 e fora concluído em setembro de 2023. Tal curso de formação é aquele que habilita o aprovado no concurso de admissão para o cargo de soldado da PMPR, formando-o até a graduação de 3º sargento, sendo promovido sem a necessidade de fazer outro curso interno de soldado para cabo e de cabo para 3º sargento, pelos critérios de merecimento e antiguidade. Algo observado, sobretudo nas respostas ao questionamento sobre o dia a dia de trabalho, em que todos os entrevistados mencionam que a rotina estava em ritmo acelerado e “corrido”, há de se levar em consideração que todos os entrevistados ingressantes estavam cumprindo o último período do curso de formação de praças, qual seja o estágio operacional, com escala de serviço diferenciada com ênfase na lapidação do processo formativo para concluir todo o curso e, ao final, encerrar a formação por completo. No que tange à projeção de carreira, um ponto interessante de se destacar e que foi comum a todos os ingressantes entrevistados é que todos possuem a intenção de, tão logo formados soldados PMPR, atuarem na área operacional do serviço policial, não havendo <b>nenhum entrevistado que tenha manifestado interesse por buscar atuação administrativa e longe das ruas</b>. O ingressante ENTREVISTADO 01, por exemplo, destaca seu desejo de atuar de <b>modo operacional</b> em proximidade com a segurança em ambiente escolar, no entanto quando questionado sobre a perspectiva de carreira, expressa <b>não ter nenhuma projeção positiva com a carreira militar</b>, mencionando os anos necessários para que o soldado consiga ser promovido à cabo. Ainda, ressalta-se que este entrevistado igualmente não menciona ter interesse em buscar aprovação em concurso para oficial da PMPR. Panorama análogo é a do ingressante ENTREVISTADO 02, o qual igualmente se manifesta sobre uma dificuldade grande na perspectiva de carreira entre as praças da Corporação, no entanto menciona que <b>não possui intenção de ser Oficial</b>, mas há um desejo de buscar futuramente a aprovação em outro cargo público para outra instituição. O ingressante ENTREVISTADO 03, também se expressa a respeito dos obstáculos de projeção da carreira, admitindo a maior possibilidade de melhora enquanto Oficial, no entanto não tem intenção de buscar tal aprovação, manifestando-se sobre a vontade de atuar na área operacional <b>voltado ao patrulhamento rural</b>, o que possui conexão com sua área de formação no nível superior acadêmico, de agronomia. Diferentemente dos ingressantes ENTREVISTADOS 01, 02 e 03, os demais ingressantes ENTREVISTADOS 04 e 05, manifestam seu interesse em buscar futuramente os estudos para o concurso público de ingresso como Oficial da PMPR, reconhecendo que a perspectiva de <b>carreira enquanto praça da Corporação é morosa e difícil</b>, havendo mais projeção e possibilidade de melhora e, com isso, mobilidade social, através das patentes do oficialato.</p>
<p>COTAS RACIAIS</p>	<p>Com relação às cotas raciais é importante mencionar que a presente pergunta foi incluída no rol de questionamentos a serem feitos aos entrevistados veteranos em razão de uma das hipóteses de pesquisa deste estudo científico, qual seja “se para os veteranos a “raça” permanecia disfarçada enquanto variável relevante para suas trajetórias, para os ingressantes as questões raciais são mais definidas e explícitas em suas diferentes manifestações, incluindo o sistema de cotas em concurso público e as suas atividades na corporação.” Com base nos elementos colhidos a partir dos relatos dos ingressantes entrevistados, <b>é unânime a opinião favorável à existência e vigor das vagas destinadas a cotas raciais</b> em certames públicos, sobretudo no concurso público para admissão na Polícia Militar do Paraná. Conforme afirmam os ingressantes entrevistados todos se inscreveram no concurso público para ingresso na PMPR optando a concorrência pelas vagas destinadas às cotas raciais. Para alguns destes ingressantes, como os ingressantes ENTREVISTADOS 02, 03 e 04, em razão da <b>alta nota na prova</b>, no transcórrer do certame por força de dispositivo contido no edital do concurso, tiveram de “abrir mão” da vaga cotista que teriam se inscrito, isso porque o edital determinava que um candidato por cotas raciais quando logra êxito em um</p>

	<p>índice de nota superior, que o insere no quantitativo de vagas destinadas à concorrência geral, deixará de utilizar-se da vaga por cota racial e passará para a aprovação do certame nas vagas de concorrência geral, algo positivo, uma vez que abre a oportunidade para mais um candidato por cota racial ser incluso nas vagas específicas. Os ingressantes entrevistados relatam de forma majoritária que observam as vagas por cotas raciais em concurso público como uma <b>oportunidade de permitir o acesso, e interpretamos também como mobilidade social, do candidato negro ao cargo público</b> e, concomitantemente, aos seus benefícios (sociais, financeiros, empregatício etc.). O ingressante ENTREVISTADO 01, por exemplo, destaca que <b>observa veementemente a existência de uma estrutura racial consolidada no país</b>, que insere em posição de inferioridade a população negra, sendo as cotas raciais algo que gera oportunidade, acesso, como a lugares, posições sociais, territórios, cargos, salários, entre outros, bem como torna possível a ocupação de espaços para os negros que, sem as cotas, não seria uma realidade. Vale ressaltar que este mesmo ingressante relatou <b>ter concorrido pelas vagas de cotas raciais também para sua entrada na Universidade</b>, destacando muito positivamente esse fator para sua mobilidade de vida e, de certa forma, permitindo-o progredir e galgar o cargo público desejado. Importante também indicar o expressado pelo ingressante ENTREVISTADO 03, o qual manifesta que percebe <b>atualmente a presença de pessoas negras na Corporação (PMPR) que, sem as cotas raciais, não teriam tido a oportunidade de acesso ao cargo público</b>. Necessário salientar que os entrevistados, ao serem questionados sobre terem em algum momento sobretudo no processo seletivo, dialogado com outros candidatos ou pessoas sobre a existência das cotas raciais, a maioria dos ingressantes entrevistados relataram que, em algum momento ou ocasião já tiveram <b>debates a respeito das cotas raciais com pessoas que discordavam</b> de sua existência e legalidade, sendo necessário eventualmente uma fala enfática a respeito, defendendo as cotas raciais e, com isso, o acesso a direitos da população negra. É o que destaca, por exemplo, o ingressante ENTREVISTADO 04, o qual diz ter mencionado a quem discordava das cotas a necessidade de observar o contexto de vida e principalmente o acesso à educação da pessoa negra em detrimento de outras populações. O ingressante ENTREVISTADO 03, por sua vez, menciona ter travado um debate certa vez com uma pessoa não favorável às cotas, tendo argumentado sobre a necessidade de a pessoa compreender que as cotas raciais vão muito além de simples vagas específicas, devendo ser analisado todo o processo histórico de preconceito e segregação contra a população negra, que envolve séculos da história do Brasil, considerando as cotas uma das formas do país corrigir esse erro histórico contra os negros.</p>
<p>PERCEPÇÃO RACIAL</p>	<p>De modo preliminar, é importante ressaltar uma significativa diferença entre a percepção a respeito da questão racial entre os ingressantes e os veteranos. Enquanto os veteranos, em sua maioria, mencionaram que boa parte de sua vida, sobretudo em sua juventude, “não havia” o racismo, sendo inúmeras questões que relatam decorrência de um contexto “normal”, os ingressantes por sua vez, em sua maioria, manifestam-se de forma diametralmente diversa. Majoritariamente, identifica-se entre os ingressantes, com exceção do ingressante ENTREVISTADO 03, o autorreconhecimento e identificação como negros, inclusive ao falar da cor da pele como preta ou parda. Nas entrevistas e questionamentos sobre questões raciais vivenciadas ou percebidas pelos veteranos, boa parte diz nunca ter sido vítima de racismo ou preconceito racial, mesmo que logo após essa manifestação acaba por recordar de ocorrências vividas, circunstâncias vivenciadas em sua juventude e diversas outras situações de vida em que, ao relatarem, percebe-se nitidamente o caráter de preconceito que sofreram, no entanto nota-se dificuldade no reconhecimento enquanto vítima racial. A ingressante ENTREVISTADA 05, por exemplo, menciona que desde muito cedo em sua vida percebia um <b>tratamento e “olhares” diferenciados</b> contra si, o que designa como relativa à sua cor da pele, inclusive destacando eventos em que fora vítima de palavras racistas, reconhecendo tais circunstâncias como consequências de um <b>contexto racial</b>.</p>

Mesma realidade a relatada pelo ingressante ENTREVISTADO 04, o qual diz que **desde pequeno se reconhece como negro**, bem como seus familiares, inclusive mencionando sobre sua religião, que é de matriz africana e, ainda, de situações como ser acompanhado em estabelecimentos comerciais por seguranças, o que considera ser em decorrência de sua cor da pele, como o resultado de uma conduta racista. O ingressante ENTREVISTADO 02 corrobora com os demais citados, indicando que desde muito cedo já percebia um contexto racial em sua vida e na sociedade, principalmente ao notar que praticamente **não havia pessoas negras** ocupando posições de destaque e de poder na sociedade. Relata o entrevistado, na época em que era aluno de graduação na Universidade, cursando Direito, que os únicos alunos negros da sala de aula eram ele e uma amiga, sendo todos os demais alunos brancos, sendo imperioso destacar que tal realidade foi percebida nos anos anteriores mais recentes. O ingressante ENTREVISTADO 01, por sua vez, relata que na década de 1990 o racismo era algo muito pouco falado, entretanto desde essa época em sua vida já reconhecia uma estrutura histórica formada no país que inseria a população negra em contextos de segregação e inferioridade, apesar do racismo ainda hoje ter um caráter velado e que busca a dificuldade de sua identificação. Relata, ainda, ter vivenciado diversas situações de preconceito em razão de sua cor, destacando o afastamento de outras crianças e jovens do local em que morava em sua juventude, em razão dos responsáveis não autorizarem que seus netos ou filhos brincassem com ele, único negro no local, bem como cita dificuldades que teve, já na vida adulta, certa vez em buscar uma corrida de taxi, em que o taxista não acreditou que ele teria dinheiro para custear a corrida, considerando essa postura totalmente em razão de sua cor da pele, tendo sido necessário abrir sua carteira e mostrar cédulas de dinheiro para que o motorista pudesse aceitar a corrida e levá-lo de volta à sua residência. Conforme mencionado, o ingressante ENTREVISTADO 03 é uma exceção entre os entrevistados no que diz respeito ao reconhecimento sobre percepção racial desde jovem em sua vida, manifestando que **inúmeras vezes foi vítima de racismo e preconceito racial, no entanto considerava isso como algo “normal”**, o que vai ao encontro da percepção majoritária dos veteranos entrevistados. Diz, que somente anos depois, já na vida adulta, após muito estudo conseguiu passar a identificar tais situações como decorrentes de uma estrutura racial que vitimiza a população negra. Interessante destacar que este entrevistado cita como exemplo de algo que lhe marcou e que, mesmo não tendo total percepção racial na época de sua adolescência, atualmente reconhece isso como uma atuação racista foi a de ser seguido e acompanhado por segurança de estabelecimento comercial, mesmo estando próximo a inúmeras pessoas, sendo ele o único negro, foi o único a ser seguido e incomodado pelo segurança, identificando hoje em dia isso como uma ação racista.

#### 4.4 ANÁLISE DAS NARRATIVAS COM OS ELEMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

No primeiro capítulo da presente pesquisa, abordamos as teorias existentes a respeito do processo sócio-histórico do racismo na sociedade brasileira, destacando de que forma o racismo se desenvolveu e paulatinamente se infiltrou nos capilares sociais pelo transcorrer do tempo na história do Brasil.

Ao analisar as narrativas dos entrevistados, observamos de modo nítido e concreto um contexto que se relaciona com a teoria do racismo estrutural abordada no primeiro capítulo desta pesquisa, representando uma conexão teórica entre o

aspecto estrutural do racismo e as hipóteses da pesquisa no que tange à diferença de percepção do racismo entre os entrevistados veteranos e os ingressantes.

Importante indicar a manifestação de parte dos entrevistados acerca do desconhecimento de práticas racistas que os vitimaram ao longo de suas trajetórias ou, ainda, a interpretação de tais acontecimentos como algo “normal”, demonstrando com isso um dos principais pilares do racismo estrutural, isto é, seu caráter disfarçado, dissimulado e escondido.

Em consonância com tais aspetos das narrativas dos entrevistados, verifica-se igualmente a presença da chamada “democracia racial”, nas falas apresentadas e no modo pelo qual viam e percebiam o mundo e a forma em que lidam com as dificuldades e seus posicionamentos sociais até conseguirem compreender o que, de fato, representava o racismo dentro de um todo estruturado socialmente e resultante de um processo histórico e social brasileiro.

As posições sociais ocupadas pelos entrevistados, sobretudo os veteranos em sua maioria mas também incluindo a maior parte dos ingressantes, condiz com um posicionamento social permeado de barreiras e de um distanciamento com oportunidades de acesso à mobilidade social.

Apesar de todas as dificuldades impostas pela própria estrutura social, sobretudo pelos ditames da cor na sociedade brasileira, os entrevistados conseguiram ascender socialmente a partir de poucas oportunidades que lhes eram possíveis, sendo o ingresso na profissão de policial militar um fator preponderante para a mudança no contexto de vida dos entrevistados e, junto a eles, seus familiares.

Conforme estudado no início da presente pesquisa, observa-se correlação das narrativas dos entrevistados no que Pierre Bourdieu ensina a respeito dos elementos que estão presentes por detrás das biografias individuais dos sujeitos, sendo que este constantemente opera em um campo de forças e, no que se relaciona ao aspecto racial brasileiro, a raça figura como um fator limitante de poder nas operações sociais do sujeito.

Observamos como a necessidade precoce de trabalhar é algo que afligiu as trajetórias dos entrevistados, tendo uma relação muito forte com a evasão escolar e no distanciamento cada vez maior do acesso a bens, serviços e oportunidades em mínimas igualdades de condições.

Os constrangimentos vividos por todo o transcorrer da vida dos

entrevistados é algo que se mostra como um padrão de experiência vivida entre os veteranos e os ingressantes, através de impedimento de acesso a lugares, de perseguições em razão da cor, de agressões e violências sofridas pelo preconceito e a discriminação.

É nítido o começo de percepção dos entrevistados a respeito da questão racial pelo transcorrer do tempo, destacando-se a ausência de tal percepção pela maior parte dos veteranos e a maioria dos ingressantes conscientes do contexto histórico racial do país.

Seja antes do ingresso na Polícia Militar, ou ainda, até mesmo após a investidura no cargo público, destaca-se momentos vividos pelos veteranos entrevistados em que foram vítimas de ofensas racistas de toda forma, inclusive enquanto estavam fardados exercendo a profissão.

Conforme observamos entre as narrativas, a inclusão na Polícia Militar, para todos os entrevistados, traduziu-se como um avanço social, uma ascensão de protagonismo e literal mobilidade em seus aspectos financeiros, educacionais, profissionais e sociais como um todo.

Necessário destacar a presença de uma entrevistada mulher, ingressante da Corporação, o que demonstra dentro do conceito de interseccionalidade o avanço social no sentido de ocupação de posições, cargos e lugares tanto no aspecto relativo à população negra como, também, às mulheres negras, as quais representam um segmento populacional em que os efeitos do racismo são intensificados pelos efeitos do patriarcalismo, gerando mais desigualdade, segregação e distanciamento das possibilidades e perspectivas de mobilidade social.

É imperioso mencionar, ainda, a fala dos entrevistados veteranos e ingressantes sobre o sentimento gerado após a aprovação no concurso público, podendo ser sintetizada na palavra “alívio”, indicada por alguns entrevistados no transcorrer das narrativas.

Analisando de forma conjunta com os demais elementos das entrevistas, um sentimento de alívio em razão da estabilidade financeira proporcionada pelo cargo, garantia de continuidade do emprego, alívio pela conquista de um posicionamento social ao tornar-se um policial militar que figura como profissão respeitada socialmente e, por fim, alívio por conseguir superar uma barreira social vivida e existente que os impedia de acessar posições, lugares, empregos, bens e serviços.

Os planejamentos, atitudes e esforços despendidos pelos entrevistados no transcorrer de suas trajetórias pôde ser identificada de modo correspondente aos ensinamentos de Pierre Bourdieu, no sentido das movimentações e deslocamentos da vida dos entrevistados pelos diferentes capitais investidos nos diferentes estados do campo.

Destaca-se, ainda, a importância das cotas raciais que, tendo por base os depoimentos dos ingressantes entrevistados, mostra-se como um direito de absoluta prioridade para uma equalização de distanciamentos entre a desigualdade baseada na cor, principalmente àqueles ingressantes que mencionaram ter o objetivo de buscar o oficialato da PMPR ou, ainda, galgar outros cargos públicos com melhores condições salariais e perspectiva de carreira profissional.

## 5 CONCLUSÃO

De modo preliminar, no âmbito da conclusão deste trabalho, é imperioso recordar a trajetória percorrida por este pesquisador desde a primeira elaboração do projeto de pesquisa, antes mesmo da aprovação no processo seletivo do mestrado, até a formatação final da pesquisa em sua completude acadêmica.

Enquanto agente de segurança pública, policial militar há quase 12 anos de serviço, este estudante buscou através do *stricto sensu* uma amplitude e aprofundamento dos conhecimentos no complexo cenário da segurança pública, tão desafiador em suas diversas nuances e ramificações sociais.

Antes da aprovação no processo seletivo do mestrado, enquanto aluno regular, tive a imensa oportunidade de cursar, enquanto aluno especial, a disciplina denominada sociologia das relações étnico-raciais brasileiras, lecionada brilhantemente pela Prof. Dra. Maria Nilza da Silva, docente da UEL.

Enquanto frequentava as aulas, isso ainda no ano de 2021, tive a chance de estar presente em um ambiente acadêmico que permitiu uma expansão da compreensão sobre o racismo e a denominada questão racial brasileira, de uma forma antes inimaginável, pois antes do acesso aos conteúdos pertinentes, nunca em minha vida recebi tais conhecimentos da forma didática, detalhada e absolutamente nítida, como nas aulas da Prof. Dra. Maria Nilza da Silva.

O que ocorreu, como resultado da disciplina frequentada e de todos os conhecimentos adquiridos a respeito do racismo de cor presente na sociedade brasileira, foi um desenvolvimento pessoal no sentido de compreensão do mundo, da história de formação do nosso país, bem como um profissional de segurança pública mais capacitado para entender o contexto deveras desafiador que, sobretudo, a Polícia Militar se encontra inserida.

Decidido, portanto, a buscar a formação acadêmica completa no âmbito do mestrado, com a inscrição no processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UEL (PPGSOC/UEL) seria necessário construir um projeto de pesquisa para apresentar aos examinadores do certame e, em razão da grandiosidade e importância da temática, optei por apresentar um tema que relaciona os estudos do racismo estrutural no Brasil e suas relações com a segurança pública brasileira.

O projeto de pesquisa inicialmente apresentado buscava pesquisa a

vitimização fatal de policiais militares negros no Brasil, tendo como principal eixo da problemática científica a compreensão sobre o porquê mais policiais militares negros morriam quando comparados por policiais militares não-negros, mesmo sendo uma minoria quantitativa nos efetivos das Polícias Militares do Brasil.

A visão que dominava esta primeira estruturação do projeto era uma análise voltada às mortes de policiais militares quando em operações e ações policiais, buscando identificar e confirmar, ou não, se havia alguma correlação entre o efetivo policial mais presente em ações de risco na área operacional e as mortes de agentes de segurança pública decorrentes de intervenções policiais.

No entanto, após a aprovação no processo seletivo e o início das orientações acadêmicas no desenvolvimento da pesquisa pelo Prof. Dr. Fernando Kulaitis, para o qual agradeço imensamente o extraordinário conhecimento acadêmico e todo carinho ao ensinar, percebeu-se em uma análise mais aprofundada da temática que os dados majoritários relativos às mortes de policiais em ações de risco levavam à identificação que, em sua maior parte, as mortes ocorriam na folga dos agentes, e não nos momentos de efetivo serviço.

Com base em tal mudança de panorama acerca da temática principal da pesquisa, verificou-se portanto que havia uma relação mais intensa na correlação entre a morte de policiais e seu contexto de ocorrência que estava mais próxima de fatores sociais do que fatores específicos institucionais, o que nos fez modificar o direcionamento da pesquisa.

O que os dados demonstravam era uma forte presença da vitimização dos agentes de segurança em contextos de ocorrências nos serviços extras por parte dos policiais, ou seja, nos denominados “bicos”, sendo acompanhado por baixas também identificadas por latrocínios e execuções sumárias pelo crime organizado e facções criminosas (Anuário [...], 2022).

Verificou-se então, com um aprofundamento neste segmento de pesquisa, que o agente de segurança pública que é vítima de ações criminosas, por vezes assim age em decorrência da função de policial e, não poucas vezes, são registradas mortes de policiais em circunstâncias de assaltos quando, os assaltantes, identificam a vítima como policial, decidindo por não apenas roubá-lo, mas assassiná-lo cruelmente em razão de sua profissão.

Os fatores que são identificados, assim, nas ocorrências mencionadas possuem forte relação social, no tocante a circunstâncias diversas como contextos

de vida, localidades territoriais e atributos relacionados a mobilidade social dos agentes, modificando o objeto de estudo da pesquisa novamente para uma análise do contexto social dos agentes de segurança pública vitimados quando no momento de sua folga, analisando tal cenário da segurança pública no âmbito da correlação com o racismo estrutural.

Nesse momento de reestruturação do projeto de pesquisa o objeto de estudo foi remodelado e redirecionado tendo como pergunta nevrálgica da pesquisa se “o racismo estrutural se estabelece como uma âncora social que leva os policiais negros a uma trajetória para a morte?”, porém em razão das dificuldades no acesso a dados necessários à construção da pesquisa, sobretudo por ter como território do estudo a cidade de Londrina, novamente teve de ser modificado para um último e definitivo projeto, este que ora apresentamos.

A pesquisa, então, foi reconstruída uma terceira vez centralizando como objeto de estudo as trajetórias sociais dos policiais militares negros e, junto a isso, de que forma se relacionam com o racismo estrutural e a segurança pública.

O problema de pesquisa passou a ser, portanto, como o racismo estrutural influencia as trajetórias sociais de policiais militares negros na PMPR? A principal hipótese é que as trajetórias individuais são afetadas pelo contexto estrutural do racismo e as formas como se apresenta institucionalmente. Por isso, dois contextos são comparados, as trajetórias de veteranos e de ingressantes na PMPR, derivando em outra hipótese: se para os veteranos a “raça” permanecia disfarçada enquanto variável relevante para suas trajetórias, para os ingressantes as questões raciais são mais definidas e explícitas em suas diferentes manifestações, incluindo o sistema de cotas em concurso público e as suas atividades na corporação.

No primeiro capítulo da pesquisa apresentamos um estudo atinente ao arcabouço teórico sobre o contexto histórico-racial do país, desenvolvendo uma linha cronológica teórica de pesquisa que se inicia no século XVI e percorre até os dias hodiernos, estabelecendo qual a compreensão que será estabelecida para a presente pesquisa no que tange ao processo histórico de segregação, marginalização, impedimentos à mobilidade social da população negra e as formas de violência perpetradas contra os negros do país, sob os arrimos do racismo estrutural das bases da nação brasileira, conceituando-se as terminologias centrais da pesquisa como raça, etnia e cor.

Com a base sócio-histórica-racial devidamente consolidada para a

compreensão dos aspectos sociológicos da pesquisa, arrimando o entendimento sobre o racismo estrutural e sua forma de criação, expansão, dissimulação e efeitos perversos na sociedade brasileira, foi possível estabelecer suas relações nos entranços sociais, bem como os modos de repercussão e manifestação de suas características nas relações sociais que afligem a população negra do Brasil.

A análise sociológica a respeito das trajetórias sociais teve como base os ensinamentos de Pierre Bourdieu, trazendo ao presente estudo seus principais conceitos sociológicos e de que maneira se conectam com o racismo estrutural, de modo que após o término do primeiro capítulo a pesquisa foi dividida em outros dois capítulos: um abordando o aspecto institucional das Polícias Militares do Brasil, com ênfase na PMPR e outro que trará a análise das entrevistas realizadas com policiais militares negros veteranos e ingressantes.

No segundo capítulo foi apresentado o cenário institucional das Polícias Militares do Brasil, a partir de estudos apresentados no âmbito nacional, abrangendo-se as diversas Polícias Militares, suas semelhanças, suas diferenças e, principalmente, suas características relativas ao efetivo, ações policiais e estruturação.

Foi possível traçar um panorama brasileiro no que diz respeito às referidas Instituições de Segurança Pública, analisando de modo mais detalhado seus aspectos estruturais, suas capacidades logísticas e um perfil dos profissionais, homens e mulheres, que atuam diariamente na atividade policial militar nos diversos estados do país.

Ao final do segundo capítulo houve um aprofundamento do estudo específico sobre a Polícia Militar do Paraná, instituição escolhida para análise científica, coadunando com mais precisão acadêmica e lisura histórica desde a criação da PMPR, ainda no século XIX, até seus resultados operacionais e quantitativos humanos e logísticos para compreender de modo mais assertivo a estruturação desta Corporação policial.

Considerando, portanto, que a Força de Segurança Pública escolhida foi a Polícia Militar do Paraná, a fim de buscar a produção das entrevistas com alguns de seus membros, entre veteranos já aposentados e ingressantes recém admitidos via concurso público, seguimos ao terceiro capítulo com uma identificação mais exata e realista sobre o aspecto institucional da referida Força, para que fosse possível entender suas peculiaridades próprias e características únicas em consonância com

as narrativas dos policiais militares entrevistados.

O terceiro e último capítulo, assim, foi utilizado para proceder com as entrevistas de policiais militares autodeclarados negros, como cor da pele preta ou parda conforme o IBGE, que atuavam quando no momento das entrevistas, na cidade de Londrina em uma das duas Unidades Operacionais da cidade, quais sejam o 5º BPM ou o 30º BPM, no caso dos ingressantes e também aos veteranos já aposentados da Polícia Militar do Paraná residentes, domiciliados e que no transcorrer de suas carreiras também laboraram nesta cidade.

Foram ao todo 10 (dez) policiais militares entrevistados em mais de um dia de entrevista, sendo 05 (cinco) veteranos e 05 (cinco) ingressantes, tendo procedido com as entrevistas de modo presencial em todos os casos, gravando o áudio do conteúdo para, posteriormente, realizar as transcrições das entrevistas reduzindo a termo no presente trabalho.

Após as transcrições e com as informações produzidas a partir das entrevistas foi possível realizar uma análise profunda das trajetórias sociais dos entrevistados, traçando uma cronologia temporal, pessoal, profissional e social das informações repassadas pelo transcorrer de suas vidas.

O problema de pesquisa deste trabalho científico é, pois, buscar uma resposta sobre: como o racismo estrutural influencia as trajetórias sociais de policiais militares negros da Corporação?

Importante destacar, a fim de que não reste em absoluto algum tipo de dúvida, que este pesquisador parte desde o início do trabalho considerando o racismo estrutural como algo existente e em pleno funcionamento na sociedade brasileira, destacando-se que em momento algum desta pesquisa tal afirmativa foi colocada em outra posição que não a de que o racismo estrutural não é uma dúvida, mas sim uma cruel certeza quando analisamos a questão racial brasileira.

Assim, tendo por base o racismo estrutural como um instituto existente e vigente, o qual produz reflexos de violência cotidianamente no país, a problemática de pesquisa foi buscar compreender de que modo ele repercute nas trajetórias sociais dos policiais militares autodeclarados negros da Polícia Militar do Paraná.

Para o problema de pesquisa em espeque, como já mencionado, a principal hipótese que foi traçada, em resumo, é de que as trajetórias individuais são afetadas em razão do contexto estrutural do racismo e suas formas institucionais e, quando comparados cenários temporais distintos entre as trajetórias de vida dos veteranos e

dos ingressantes, chega-se à hipótese de que se para os veteranos a “raça” permanecia disfarçada enquanto variável relevante para suas trajetórias, para os ingressantes as questões raciais são mais definidas e explícitas em suas diferentes manifestações, incluindo o sistema de cotas em concurso público e as suas atividades na Corporação.

Com base nas entrevistadas realizadas e todo arcabouço documental produzido pelas narrativas dos policiais militares entrevistados, em consonância com as teorias trazidas ao corpo da presente pesquisa junto das avaliações e leituras institucionais, este estudo conclui que as hipóteses de pesquisa se confirmam, quando analisadas de modo holístico e em integração.

O que se confirmou, nesta pesquisa científica, é que o racismo estrutural afeta as trajetórias individuais dos policiais militares negros desde sua infância, acompanhando-o ao longo de sua vida nos mais diferentes cenários, contextos e aspectos sociais e institucionais, gerando como efeito discriminação, preconceito, segregação, violência e desigualdades em variadas circunstâncias, como a desigualdade de oportunidades, financeira, territorial, familiar, educacional, de acesso a bens e serviços básicos, profissional e, sobretudo, social.

Acerca da segunda hipótese de pesquisa, o que se conclui com base no presente estudo é que ela se confirma em sua maior parte, ou seja, considerando as narrativas dos 10 (dez) entrevistados, a maior parte deles e, por sua vez, a maior parcela dos veteranos e dos ingressantes analisando os segmentos individualmente, apresentaram informações que correspondem a esta hipótese.

Isto porque com relação aos veteranos a “raça” era um fator disfarçado enquanto variável relevante das trajetórias de 04 dos 05 veteranos entrevistados, sendo que 01 deles menciona ter convicção e compreensão sobre o racismo e os efeitos da questão que envolve a “raça” desde sua juventude.

Também porque no que diz respeito aos ingressantes o racismo possui uma identificação e percepção pelos entrevistados em 03 dos 05 ingressantes, ao analisar tal visão desde a juventude, porém para 02 dos ingressantes entrevistados há o indicativo de que tal percepção não ocorreu de forma concreta e evidente em sua vida até a proximidade com a vida adulta, ao receber contato com estudos que transformaram suas visões sobre a questão racial.

Verifica-se, com isso, que há um processo de mudança na percepção sobre o racismo pelo transcorrer do tempo no país, de modo que paulatinamente mais

pessoas negras estão compreendendo e se identificando no aspecto “raça”, permitindo a quebra do disfarce e dissimulação do racismo estrutural, porém tal processo de transformação social ainda não está concluso, visto que uma menor parte dos ingressantes relata ainda não ter tal percepção em sua completude.

Por fim, outro ponto salientar é que apesar deste cenário no que diz respeito aos ingressantes, todos os 05 (cinco) ingressantes entrevistados relataram terem se inscrito no concurso público de ingresso na PMPR através das cotas raciais, demonstrando o efeito positivo de tal direito social e sua conquista no contexto racial do país no tocante à redução de desigualdades e redistribuição de oportunidades.

Desse modo, assim como o direito às cotas raciais e todo o arcabouço de normas e políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades raciais no Brasil, este estudo teve como principal finalidade somar-se aos conhecimentos da educação antirracista no país e agir como um elemento social para que todos possam também enxergar um lado muito pouco estudado no cenário acadêmico e científico, que são as trajetórias sociais de policiais militares negros que vestiram e ainda vestem a farda da Polícia Militar do Paraná, com suas dores, os obstáculos vencidos, suas superações e, sobretudo, seus sentimentos e perspectivas enquanto seres humanos.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- ANUÁRIO brasileiro de segurança pública 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.
- ANUÁRIO brasileiro de segurança pública 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 9 abr. 2023.
- ARAÚJO, Leonardo Novo Oliveira de Andrade. **Relatos de mais um combatente em uma guerra sem vitória**. São Paulo: Ícone, 2020.
- BILL, MV; ATHAÍDE, Celso. **Falcão**: meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação**: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1890. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm). Acesso em: 9 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Brasília, DF: Presidência da República, 1830. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 5 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1888. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso em: 9 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Brasília, DF: Presidência da República, 1850. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 9 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 9 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Pesquisa perfil: policiais militares do Brasil ano-base 2018**. Brasília: MJSP, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio\\_pesquisa\\_perfil\\_anobase\\_2018-pm.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2018-pm.pdf). Acesso em: 9 fev. 2023.

BRONOSKI, Bruna. Pouco mais de um terço da população do Paraná é formada por negros, e governo estadual não tem políticas públicas específicas. **G1**, Ponta Grossa, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/21/pouco-mais-de-um-terco-da-populacao-do-parana-e-formada-por-negros-e-governo-estadual-nao-tem-politicas-publicas-especificas.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 5 fev. 2023.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Necropolítica e racismo na construção da cartografia da violência nas periferias de Belém. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 129, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FRANÇA, Fábio Gomes. O perigo negro: a herança racista da polícia moderna no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 40, p. 123-149, set./dez. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, 1933.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Aramis Horvath; MELLO, Leonardo Freire. **Racismo territorial: o planejamento urbano tem um problema de raça?** Jundiaí: Paco, 2021.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

IBGE. Cidades e Estados. **Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>. Acesso em: 5 mar. 2023.

LACOMBE, Américo Jacobiana; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016.

MEIHY, José; HOLANDA, Fabiola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José; RIBEIRO, Suzana. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MORIER, Luiz. Todos negros. *In*: RAMOS, Aguinaldo Araújo. **A história bem na Foto – 05**. Transcrição de entrevista gravada em vídeo. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <http://ahistoriabemnafoto05.blogspot.com/2007/09/depoimento-5.html?m=1>. Acesso em: 5 maio 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Coleção cultura negra e identidade).

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOBRE, Carlos. **O negro na polícia militar**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PARANÁ. **Decreto nº 10.790, de 18 de abril de 2022**. Cria o 30º Batalhão de Polícia Militar (30º BPM) e a 11ª Companhia Independente de Polícia (11ª CIPM) e adota outras providências. Curitiba, 2022a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-10790-2022-parana-cria-o-30o-batalhao-de-policia-militar-30o-bpm-e-a-11a-companhia-independente-de-policia-11a-cipm-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 9 set. 2023.

PARANÁ. Governador anuncia convocação de 2,4 mil bombeiros e policiais militares e ampliação das vagas. **Agência Estadual de Notícias**, Curitiba, 27 jun. 2022b. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-anuncia-convocacao-de-24-mil-bombeiros-e-policiais-militares-e-ampliacao-das>. Acesso em: 9 jun. 2023.

PARANÁ. **Lei nº 7 de 10 de agosto de 1854**. Autoriza a organização de uma Companhia de Força Policial. Curitiba, 1854.

PARANÁ. Polícia Militar. **Formação de 2,6 mil PMs e bombeiros tem aulas humanitárias e 1.600 horas de estudos**. Curitiba, 2022c. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Noticia/Formacao-de-26-mil-PMs-e-bombeiros-tem-aulas-humanitarias-e-1600-horas-de-estudos>. Acesso em: 9 fev. 2024.

PARANÁ. Polícia Militar. **Histórico**. Curitiba, 2023a. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Historico>. Acesso em: 4 ago. 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. **Organograma**. Curitiba, 2023b. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Organograma>. Acesso em: 9 set. 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. **Plano estratégico 2022-2035**. Curitiba, 2022d. Disponível em: [https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-03/plano\\_estrategico\\_atualizado\\_v009.pdf](https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/plano_estrategico_atualizado_v009.pdf). Acesso em: 5 jul. 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. **Portaria do Comando-Geral nº 273, de 8 de março de 2022**. Aprova o Planejamento Estratégico da PMPR 2022/2035, composto do Plano Estratégico, do Mapa Estratégico e da Carteira de Projetos e dá outras providências. Curitiba, 2022e. Disponível em: [https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-03/2022\\_03\\_21\\_-\\_portaria\\_cg\\_273\\_-\\_aprova\\_o\\_planejamento\\_estrategico\\_da\\_pmpr\\_2022-2035.pdf](https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/2022_03_21_-_portaria_cg_273_-_aprova_o_planejamento_estrategico_da_pmpr_2022-2035.pdf). Acesso em: 8 maio 2023.

PARANÁ. Polícia Militar. **Solenidade marca a formatura de 144 novos policiais militares no Curso de Sargentos da 1ª EsFAEP**. 2023c. Disponível em: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Noticia/Solenidade-marca-formatura-de-144-novos-policiais-militares-no-Curso-de-Sargentos-da-1a>. Acesso em: 5 fev. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Segurança Pública. **Após 1º ano, 120 cadetes do curso de oficiais da PMPR recebem Espadim Tiradentes**. 2022f. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Apos-1o-ano-120-cadetes-do-curso-de-oficiais-da-PMPR-recebem-Espadim-Tiradentes>. Acesso em: 5 fev. 2024.

PM recebe pistolas Beretta para renovar armamentos. **JBA Notícias**, Curitiba, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://jbanoticias.com.br/pm-recebe-pistolas-beretta-para-renovar-armamentos/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/357>. Acesso em: 5 jun. 2023.

POPULAÇÃO do estado de SP vai de 46,3 para 46,6 milhões em 2021, segundo IBGE; estimativa desconsidera pandemia. **G1**, São Paulo, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/27/populacao-do-estado-de-sp-vai-de-463-para-466-milhoes-em-2021-segundo-ibge-estimativa-desconsidera-pandemia.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Configurações histórico-culturais dos povos americanos**. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Maria Nilza. **Nem pra todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito penal brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro: primeiro volume: teoria geral do direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas

**INGRESSANTES****BLOCO 1 – TRAJETÓRIA ANTES DO INGRESSO NA PM**

(Introdução: Vou te fazer algumas perguntas sobre a sua história de vida **antes de entrar na PM**, então, gostaria que você me contasse:

Dimensões socioeconômica e socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Conte-me com foi sua juventude... o lugar onde morou e seu período escolar...</li> <li>b. Conte-me um pouco mais sobre sua rotina de estudos...</li> <li>c. E sua relação com seus pais, como era?</li> </ul>
Dimensão do estigma	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Durante a sua juventude, como você percebia a questão étnico-racial? Conte-me um pouco sobre o que você pensava sobre isso...</li> <li>b. Teve algum fato relacionado a isso que te marcou?</li> </ul>

**BLOCO 2 – O INGRESSO NA PM**

(Introdução: Vou te fazer algumas perguntas sobre o seu **ingresso na PM**, então, gostaria que você me contasse:

Dimensões socioeconômica e socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Em que momento da sua vida você decidiu fazer o concurso para entrar na PM?</li> <li>b. Como foram os estudos para prova? E para o TAF?</li> <li>c. Como você separou o tempo de preparo para as provas e o tempo de outras atividades?</li> <li>d. Na época em que estudada para a prova, como era o seu dia a dia?</li> </ul>
--	---

Dimensão do estigma	<p>a) Sabemos que o tema das cotas raciais para concursos públicos é bastante polêmico no Brasil: muitos defendem as cotas, outros são contra. Você concorreu para as vagas de afrodescendentes? Como foi sua experiência?</p> <p>b) Durante o processo do concurso você deve ter encontrado outros candidatos e conversado com pessoas sobre estar fazendo o concurso. Esse tema das cotas apareceu em algum momento no convívio com outras pessoas?</p> <p>c) Conte-me como você se sentiu quando viu que foi aprovado...</p>
---------------------	---

### **BLOCO 3 – PERSPECTIVAS DE CARREIRA NA PM**

(Introdução: Vou te fazer algumas perguntas sobre **seu projeto**

**de vida agora que ingressou na PM**, então, gostaria que você me contasse:

Dimensões socioeconômica e socioespacial	<p>a. Como você percebe a carreira militar?</p> <p>b. Qual sua projeção de carreira? Área em que deseja trabalhar, especialidade dentro da PM...</p> <p>c. Tem intenção de tentar a carreira do oficialato?</p>
Dimensão do estigma	<p>a) E como está sendo seu dia a dia no trabalho...?</p> <p>b) Após seu ingresso na PMPR, percebeu alguma mudança na forma com que os outros te veem? Seus familiares e amigos... ou mesmo pessoas desconhecidas...</p>

**VETERANOS****BLOCO 1 – TRAJETÓRIA ANTES DO INGRESSO NA PM**

(Introdução: Vou te fazer algumas perguntas sobre a sua história de vida **antes de entrar na PM**, então, gostaria que você me contasse:

Dimensões socioeconômica e socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Conte-me com foi sua juventude... o lugar onde morou e seu período escolar...</li> <li>b. Conte-me um pouco mais sobre sua rotina de estudos...</li> <li>c. E sua relação com seus pais, como era?</li> </ul>
Dimensão do estigma	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Durante a sua juventude, como você percebia a questão étnico-racial? Conte-me um pouco sobre o que você pensava sobre isso...</li> <li>b. Teve algum fato relacionado a isso que te marcou?</li> </ul>

**BLOCO 2 – O INGRESSO NA PM**

(Introdução: Vou te fazer algumas perguntas sobre o seu **ingresso na PM**, então, gostaria que você me contasse:

Dimensões socioeconômica e socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Em que momento da sua vida você decidiu fazer o concurso para entrar na PM?</li> <li>b. Como foram os estudos para prova? E para o TAF?</li> <li>c. Como você separou o tempo de preparo para as provas e o tempo de outras atividades?</li> <li>d. Na época em que estudada para a prova, como era o seu dia a dia?</li> </ul>
--	---

Dimensão do estigma	<p>a. Conte-me como foi seu ingresso na PMPR... havia muita concorrência? E como foram as etapas da seleção?</p> <p>b. Conte-me como você se sentiu quando foi selecionado...</p>
---------------------	---

### BLOCO 3 – CARREIRA NA PM

(Introdução: Vou te fazer algumas perguntas sobre **como foi sua trajetória na PM**, então, gostaria que você me contasse:

Dimensões socioeconômica e socioespacial	<p>a) Como foi sua carreira? Área em que trabalhou, especialidade dentro da PM...</p> <p>b) Conte-me como eram os concursos internos para promoção de carreira...</p> <p>c) E agora que está aposentado, como está se sentindo?</p>
Dimensão do estigma	<p>a. Como era o dia a dia no trabalho?</p> <p>b. Você sentia algum tratamento diferenciado durante as atividades de trabalho?</p> <p>c. E quando você olha para esses mais jovens que estão começando agora... como você compara com a sua época?</p>

**1) Qual sua trajetória de vida antes do ingresso na Polícia Militar?** (Busca-se identificar questões como âmbito familiar, capacidade socioeconômica, desde quando iniciou a trabalhar e ter renda, as dificuldades encontradas para acesso a estudo, entre outros pontos.

**2) Como foi que se deu seu ingresso na Polícia Militar?** (Busca-se compreender os percalços ou facilidades para o estudo voltado ao concurso público, como foi a preparação para a prova, se houve preconceito ou não com familiares, amigos e conhecidos, de que iria ingressar na Corporação, entre outros pontos.

**3) Como foi sua trajetória dentro da Polícia Militar?** (Busca entender como foi o período de formação, como se deu sua primeira lotação, quais locais trabalhou, quais dificuldades em sua vida surgiram ou não agora sendo PM, questões de cunho territorial, se teve que mudar de domicílio, eventuais transferências, área de atuação, se operacional ou administrativo, se já se deparou com ocorrências de agressões letais, entre outros pontos.

**4) Já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação em razão da pele?** (Busca-se compreender sobre a compreensão acerca do racismo, entender se já foi vítima de racismo e em quais circunstâncias essa agressão se deu, se houve alguma diferença nesse sentido antes e depois de se tornar um policial militar, se após o ingresso na PMPR houve algum caso de racismo, se sente ser discriminado dentro e/ou fora da Corporação, se já foi discriminado ou percebeu algo relacionado com os efeitos do racismo estrutural em atendimento de ocorrência, entre outros pontos.

**5) Você observa o racismo como algo ainda vivo ou um assunto que foi vencido e ficou no passado?** (Busca-se entender de que forma o entrevistado percebe e entende sobre o racismo estrutural, a forma em que ele compreende a realidade social envolta à questão da pele, se vê em si mesmo e sente os efeitos do racismo estrutural, institucional e individual, se entende como plausível o conceito de “democracia racial”, se entende ser algo “exagerado” ou algo correto os esforços sociais de combate ao racismo, entre outros pontos.

**6) Após o ingresso na PMPR, com o começo do recebimento do salário e benefícios do cargo público, já mudou de domicílio?** Se sim, de qual para qual e por qual razão? (Busca-se compreender sobre o aspecto de espacialização da cor, bem como sobre o âmbito de territorialidade, correlacionando o aumento de percepção de renda com a busca pela mudança de localidade residencial, entre outros pontos.

**7) Durante o patrulhamento, no exercício da atividade operacional, já notou ou nota alguma relação entre determinados bairros e a cor da pele? Se sim, quais as diferenças de se realizar patrulhamento nestes locais e em outros locais**

**que não identifica essa questão?** (Busca-se compreender se, enquanto militar estadual negro, já percebeu ou percebe cotidianamente nas ações de patrulhamento ostensivo, alguma correlação entre territórios carentes, áreas pobres e favelas, e a cor da pele majoritária da população ali residente, busca-se entender de que forma o entrevistado percebe o modo pelo qual faz patrulhamento, se é algo igual em todos os lugares ou se há a necessidade de alguma mudança na conduta, nas medidas tomadas e na postura adotada entre essas localidades, entre outros pontos.

**8) Enquanto policial militar, já percebeu ou percebe se a população negra é vítima de maior ou menor violência quando comparada com outras populações sob o ponto de vista da cor da pele?** (Busca-se compreender sobre a forma em que o entrevistado percebe os reflexos da violência perante a população negra, vale salientar que em perguntas acima, ele respondeu sobre ter sido vítima de racismo, neste momento se busca entender de que forma ele percebe, e se percebe, que há alguma discrepância no fato do negro ser mais vitimado do que o não negro, conforme as estatísticas, entre outros pontos.

**9) Já sofreu alguma lesão ou teve algum parceiro de equipe ou policial militar que conhecia que foi vítima fatal, seja atuando em serviço ou na folga? Se sim, como se deu? Se sim, qual era a cor da pele do outro PM?** (Busca-se compreender sobre os fatos que estão relacionados com a vida do entrevistado no sentido de vitimização policial, tanto enquanto ele de vítima bem como sobre possíveis amigos ou conhecidos que foram igualmente vítimas seja atuando enquanto PM ou na sua folga, entre outros pontos.

**10) Como você, enquanto (mencionar a patente hierárquica) negro, percebe a si mesmo diante da estrutura da Corporação? E diante da estrutura da sociedade?** (Busca-se com essa pergunta abrir um pouco as possibilidades de resposta, mas sobretudo tendo como foco principal buscar compreender do entrevistado a forma com que ele vê a si mesmo dentro da organização e também de que forma ele se enxerga enquanto pessoa negra residente na sociedade brasileira.

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de pesquisa: **RACISMO ESTRUTURAL E SEGURANÇA PÚBLICA**: um estudo sobre a trajetória de vida de policiais militares negros

Pesquisador Responsável: Danilo Alexandre Mori Azolini

Nome do participante:

Data de nascimento:

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado " **RACISMO ESTRUTURAL E SEGURANÇA PÚBLICA**: um estudo sobre a trajetória de vida de policiais militares negros" de responsabilidade do pesquisador Danilo Alexandre Mori Azolini.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisador responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por finalidade, em resumo, estudar a respeito do racismo estrutural que no Brasil gera, diariamente, uma série de efeitos perversos contra a população negra, a partir de conjunturas sistemáticas de práticas de exclusão social. Analisando-se os dados estatísticos, científicos e históricos no contexto envolto ao panorama racial brasileiro, verifica-se que a pessoa negra sofre uma série de violações de direitos, através de um processo histórico colonial de dominação social que gera, segundo especialistas, uma seletividade penal para o encarceramento em massa e a vitimização da população negra, seja vestindo uma farda ou não. O presente estudo, portanto, buscará analisar o contexto de interferência do racismo estrutural na relação com a segurança pública brasileira, tendo como principal enfoque científico pesquisar a trajetória de vida de policiais militares negros, divididos entre militares estaduais já veteranos (aposentados) e os novos ingressantes, analisando fatores sociais envolvidos ao contexto racial brasileiro no que tange aos agentes de segurança pública.

2. A participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista, na qual serão elaboradas algumas perguntas a respeito de sua trajetória de vida, sobretudo no aspecto pessoal e profissional, entrevista que será realizada em um único encontro, de forma presencial (onde o entrevistado se sentir mais confortável) ou online (remoto/ a distância), perguntas estas que poderão ser respondidas, ou não, ficando a seu critério respondê-las caso se sinta à vontade para tal e ficando absolutamente possível a negativa quanto à resposta de determinada pergunta, caso assim desejar.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos. É possível compreender como possíveis riscos no âmbito das entrevistas propostas questões relativas a envolver perguntas a serem direcionadas aos entrevistados que, considerando ser uma temática delicada e que envolve a profundidade de um tema relevante como é estudar sobre o racismo, de que pode haver a possibilidade de que algum entrevistado não se sinta bem durante as respostas, pelos temas a serem tocados.

4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão de aprofundar os estudos acerca do racismo estrutural; Ampliar as pesquisas científicas existentes no âmbito que conecta o racismo e a segurança pública, sobretudo com enfoque nos agentes policiais; Servir como um instrumento de educação antirracista; Auxiliar no combate ao racismo no Brasil.

5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_, Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

Página 1 de 2

6. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores.

7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

8. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

9. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Danilo Alexandre Mori Azolini, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: (43) 99811-9050, e-mail: [danilo.azolini@uel.br](mailto:danilo.azolini@uel.br), ou com o Professor Doutor Fernando Kulaitis, pesquisador orientador da pesquisa, telefone: (43) 9833-0421, e-mail: [fernandok@uel.br](mailto:fernandok@uel.br), ou solicitar contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, localizado na Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380, cidade de Londrina- PR, solicitando contato através do telefone: (43) 3371-4471 (Recepção UEL), atendimento de segunda-feira à sexta-feira em horário comercial e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br).

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_, Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

Página 2 de 2

APÊNDICE C – Transcrição dos conteúdos produzidos através das entrevistas com os policiais militares negros veteranos e ingressantes da PMPR

- **Veterano 01**

**Antes da PM:** Relata que sua infância foi rural, tendo se dado no campo afastado da cidade, seu pai trabalhava como peão de boiadeiro na fazenda que moravam, sendo que ele era um entre o total de 10 filhos da família. Tinha que caminhar cerca de 8 quilômetros a pé para ir e 8 quilômetros para voltar da escola, em razão da distância da fazenda em que moravam até a escola mais próxima. Diz que teve uma infância humilde, pobre, sem qualquer luxo, mas que por viverem na fazenda e terem plantação e criação de animais, nunca passaram fome, mencionando que porco, galinha e mandioca nunca faltou para ele, seus pais e seus outros 9 irmãos. Diz que por todo o período de infância e adolescência, não sabia o que era televisão, celular ou energia elétrica. Passados alguns anos, todo esse período inclusive que trabalhava na lavoura ajudando seu pai e seus outros irmãos, plantação de ramí, milho, soja, algodão, entre outros, tiveram de mudar para outra propriedade, mas ainda no campo, uma fazenda que dispunha de mais conforto, sendo possível a partir de então utilizar a energia elétrica e conseguiu ficar mais perto da escola, o que foi uma grande mudança para a família. Narra que após concluir os estudos básicos, em razão da necessidade de trabalho na roça e também pela distância da escola que tinha disponível matrícula para o “ginásio”, hoje ensino médio, não conseguiu dar continuidade nos estudos naquela época, pois somente os filhos de famílias abastadas conseguiam fazer com seus filhos continuassem no estudo porque pagava um transporte particular da área rural até o colégio, mas pelas condições de sua família não teve essa oportunidade, sendo que somente após alguns anos, já domiciliado na cidade, ao final da adolescência, teve oportunidade de fazer um supletivo e, com isso, concluir seus estudos. Logo após concluir seus estudos na cidade, teve que retornar para a roça, em razão da necessidade de trabalho, tendo logo no começo da vida adulta, aos 20 anos de idade, casou-se. Diz que nessa época tinha irmão e primos que eram policiais militares e, através deles, ficou sabendo que um novo concurso para ingresso na polícia militar havia sido aberto, sendo que em 1988 era exigido o nível escolar de “ginásio”, que ele conseguiu concluir após o supletivo.

**Relação com os pais:** diz que seu pai foi um espelho para ele, sempre tratou com muito carinho, que sua mãe era rígida, pois ficava responsável de cuidar de todos irmãos. Diz que seus pais sabiam apenas escrever os nomes, sem semi-analfabetos, que passaram muitos valores, de ser honesto, sempre trabalhar e conquistar as coisas por esforço.

**Cor da pele:** sobre sua autodeclaração, considera-se como pardo, dizendo que seu pai é negro “puro” e sua mãe “loira”, mencionando que se declara e que sendo possível observar olhando para sua pele, de que ele é pardo.

**Compreensão sobre a questão racial:** relata que não tinha essa percepção, dizendo que antes de entrar na PM nunca tinha ouvido falar sobre esse negócio chamado “racismo”, tendo tido os primeiros contatos já como policial militar, após muitos anos, considerando que era algo mais dos americanos, pois no Brasil não

existia isso, dizendo que alguém começou a criar essas questões possivelmente com a intenção de dividir o povo “branco e preto”, dizendo que na sua infância era algo tido como normal chamarem de “negro – aço”, pois tinha a pele negra e o cabelo “amarelo”, mas igualmente se havia um “branquelo”, era também chamado de “polaco azedo”, mas ninguém entendia isso como racismo. Relatando que não se recorda de ter passado por alguma situação de discriminação ou preconceito em sua vida, considerando esses fatos que ocorriam como uma coisa normal, que não fugiam da normalidade. Diz que somente de uns tempos para cá é que se começou a ouvir falar sobre cotas para negros, mas considera errado, pois o negro não é diferente ou inferior a ninguém, o negro que conquista o espaço dele vai passar no concurso, vai fazer sua faculdade e ser um profissional normal.

**Decisão de entrar na PM:** diz que entrar na polícia militar é uma conquista, sendo que gostava muito da roça, tanto que após muito esforço, conseguiu juntar dinheiro e hoje possuem um terreno na roça, mas a roça é complicada, o serviço é pesado, tem ano que consegue comprar roupa para os filhos e tem ano que não. Então entrou para a polícia além da admiração que tinha de ver o policial trabalhando e defendendo as pessoas e a sociedade, tinha a questão da estabilidade financeira, ou seja, seu salário não será exorbitante, mas se controlar os gastos vai conseguir viver uma vida tranquila, sendo um emprego que lhe dá segurança.

**Preparação para entrar na PM:** primeiro teve o exame intelectual, depois o exame de saúde, após o psicotécnico, o exame de saúde e, quem foi aprovado em todos, no final tinha o teste físico. Após todos os trâmites saiu a lista dos aprovados e seu nome estava lá, sendo necessário daí realizar o curso de formação de soldados para efetivar o ingresso, na época curso que durou 9 meses.

**Estudos para o concurso:** na época que veio para a cidade tinha um programa da prefeitura de Londrina que pagava bolsas em colégio particular, ficando a cargo do aluno somente custear o material escolar, tendo tido oportunidade de estudar em um bom colégio na cidade, sendo que durante esse período de estudo havia guardado todas as apostilas de estudo e, ao voltar para a roça, levou todas as apostilas consigo, guardando-as. Já quando retornou para a roça, tinha uma rotina de trabalho exaustiva, na roça é muito esforço físico, sendo que 10 horas da manhã é o almoço, com 1 hora de descanso, lá pelas 13h30min tinha a hora da “merenda”, sendo que levava as apostilas para o campo e nesse momentos de refeição aproveitava para ler os materiais e estudar. Recorda que alguns companheiros que trabalhavam com ele, quando viam ele pegando a apostila e indo para uma sombra ler, questionaram o que ele estaria fazendo, sendo que mencionou que estava estudando para um concurso da polícia militar, e era motivo de “chacota”, ouvindo que ele não conseguiria, pois era apenas um “batedor de ramí”. Após o dia de trabalho, retornava para sua casa, jantava, tomava banho, já muito cansado pelo serviço pesado, e retornava a estudar mais um pouco, até por volta das 21h, pois nesse horário já era tarde para quem morava na roça e tinha que acordar muito cedo no dia seguinte. Após esse período de estudo, prestou a prova e diz que “deu sorte que passou”, sendo que essa tentativa que conseguiu ingressar era sua segunda tentativa já, pois a primeira que tentou o concurso da polícia militar, ainda antes de casado, reprovou nos exames psicotécnicos, logo após que havia terminado o supletivo, mas na segunda tentativa conseguiu entrar “graças a Deus”. Quando ficou sabendo da

aprovação ficou muito feliz, foi uma “alegria terrível”, muita alegria mesmo, pois estaria empregado o resto de sua vida, numa profissão que admirava muito.

**Recordação sobre outros candidatos negros no concurso:** recorda-se que em seu curso de formação, entre pretos e pardos, tinha por volta de 30% dos alunos, sendo a maioria branca e, a respeito dos policiais militares que já eram da tropa, tanto oficiais como praças, diz que pardos haviam sim, mas negros pelo o que se recorda tinha um oficial negro apenas, mas era no corpo de bombeiros, na PM se recorda de oficiais pardos.

**Carreira na PM:** Diz que trabalhou na polícia militar por 25 anos, tendo iniciado trabalhando em destacamento sozinho por alguns anos, o que foi bom pois sua esposa trabalhava próximo a ele na região onde nasceu, ainda como recruta também chegou a trabalhar dentro do presídio, o chamado “cadeião”. Diz que após retornar sua lotação para Londrina, trabalhou na rádio patrulha por alguns meses, sendo movimentado para o CHOQUE na época, por volta de 6 anos. Ocorre que após ter conhecimento sobre uma doença de sua esposa “esclerose múltipla degenerativa”, solicitou sua saída do pelotão de CHOQUE e passou a trabalhar interno na furrielação do 5º BPM, pois na época o CHOQUE tinha diversas atividades externas, que exigia sair e ficar dias fora da cidade trabalhando, e como precisava ficar mais próximo e presente de sua esposa, tomou essa decisão. Após alguns anos, depois de sua promoção para Cabo, retornou à rádio patrulha. Diz que conseguiu sair Cabo após 14 anos de serviço, tendo começado a estudar a passar em concurso interno só com 10 anos de serviço, xerocando alguns materiais aos poucos, antes não se importava muito com isso, sendo esse concurso para cabo um dos mais difíceis que tinha na época, mencionando que se recorda ter aberto 60 vagas para cabo e tinha por volta de 7 mil soldados inscritos. Após muito esforço conseguiu passar no concurso para Cabo, e teve que ir para a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), local em que era realizado o curso de formação de cabos, que durou em torno de 4 meses. Retornando, trabalhou até 2008, sendo neste ano de 2008 prestado o concurso para Sargento, já com quase 20 anos de serviço. Diz que no curso de formação de sargentos, não teve que ir para a APMG, sendo que teve a sorte de ter esse curso oferecido pela primeira vez ou uma das primeiras vezes no interior do estado, ocorrendo no próprio 5º BPM, ficando mais 5 anos no serviço ativo enquanto Sargento, aposentando-se.

**Ida para a aposentadoria:** diz com sinceridade que aposentou pois notou que a função de Sargento é muito “melindrosa” na polícia, tem que trabalhar com muita parte burocrática e papel, e ele tinha muita dificuldade em fazer isso, sendo que o serviço de rua nunca teve dificuldade, mas essa outra parte interna tinha, inclusive a de apurar questões disciplinares dos subordinados, era algo que também não se sentia confortável em fazer, tendo decidido pedir a aposentadoria, que ocorreu em 2012. Diz que após aposentado retornou para a roça e por volta de uns 6 anos depois o Governo do Estado criou o programa “Escola Segura”, sendo que estava sofrendo na roça e quis entrar novamente no serviço da PM fardado, mas como aposentado. Diz que nunca teve vontade de sair do serviço ativo, mas que acabou tomando essa decisão pelos motivos mencionados, dizendo que se não fossem essas questões tinha permanecido até o limite de tempo de serviço.

**Vivenciar questão racial na PM:** menciona que com ele nunca viveu nenhuma situação de discriminação por questão racial após o período já adulto, depois de ter ingressado na polícia militar, mas que se recorda de ocorrências que trabalhava com outro parceiro de equipe “mais negro que ele”, pois ele é “negro disfarçado”, ou quando sua equipe ia dar apoio a outra equipe que tinha um policial negro, recorda-se de ouvir comentários de pessoas da população envolvidas na ocorrência, como do tipo: “é só dar poder para preto e olha o que faz, só faz cagada.” Diz que naquela época não tinha lei de racismo, tinha somente o encaminhamento por desacato a funcionário público no exercício da função e por vezes tinham que proceder com esse encaminhamento.

**Comparação com os PMs mais novos:** no interior da “caserna”, observa que os novos PMs são muito instruídos, na sua época um soldado falar com um Cabo já era algo “tremendo”, falar com um Oficial então ele nem falava, e hoje pelo nível de cultura ser quase igual, o tratamento entre praça e oficial é muito mais próximo, mais cordial e mais humano e sobre a relação fora da “caserna diz não saber muito pelo período que já se encontra aposentado, mas nota que com o “povo de bem” parece estar até melhor, mas com relação aos criminosos está muito mais difícil pela gama de direitos que o criminoso tem, sendo que a população em geral acaba tendo menos direitos do que os criminosos.

- **Veterano 02**

**Antes da PM:** Relata que nasceu e foi criado na roça, em uma cidade no norte pioneiro do Estado do Paraná, sendo que teve uma infância muito difícil, pois sua mãe faleceu muito cedo, não tendo o pai próximo, foi criado pelo dono da fazenda em que morava de favor e que, ainda quando criança, passou a trabalhar na lavoura. Diz que acabou sendo adotado pelo dono da fazenda, porém ao sair de lá ele o fez assinar um documento dizendo que “abriria mão” de qualquer coisa da fazenda, livrando sobre possível herança que pudesse vir a requerer um dia, tendo saído sem absolutamente nada de lá. Após a geada da década de 1970, ocorrida na região, diz que em razão da perda que tiveram da plantação teve de se mudar para Londrina, já com aproximadamente 18 anos de idade, tendo trabalhado já nesta cidade em uma empresa de ônibus e, após algum tempo, ingressou na PMPR. Sobre a relação com seus pais, ao comentar sobre seu pai biológico, narra que eram em quatro irmãos, e seu pai doou cada um deles para uma família diferente, tendo feito isso por volta de seus três ou quatro anos de idade, não soube precisar exatamente, após sua mãe falecer e, com isso, acabou sendo adotado pelo fazendeiro. Logo cedo teve de trabalhar na lavoura da fazenda, tendo “tocado” até 10 mil pés de cafés por vez, sendo que era, ao mesmo tempo, adotado e funcionário de lá, sendo que a relação que acabou tendo com seu pai “adotivo” foi o de patrão, o qual narra que havia dito a ele quando decidiu ir embora da fazenda com destino a Londrina, que iria passar fome, pois era “ruim de trabalho”.

**Sobre seus estudos:** relata que começou a estudar já com aproximadamente 11 anos de idade, no período noturno, pois de dia tinha que trabalhar, o que já fazia desde os 7 anos de idade. Diz que começou a estudar, mas em razão das dificuldades, acabou estudando somente até a quinta série, abandonado os estudos

em seguida. Relata que nesse época, o nível de escolaridade exigido para o ingresso na Polícia Militar do Paraná era, justamente, a quinta série, série que conseguiu concluir a duras penas enquanto trabalhava ainda na lavoura, tendo ingressado na corporação por volta de seus vinte anos de idade. A respeito do curso de formação, narra que sua escola de soldado ocorreu no mesmo período em que eram realizadas as obras de construção do 5º BPM, tendo iniciado sua atuação na sede antiga, localizada no Jardim Shangrilá e, juntamente com seus companheiros de turma, ajudaram muito no tocante a obra que se desenvolvia para a construção da sede do batalhão.

**Percepção racial:** Narra que todos eram tratados iguais, mas se recorda de ser chamado de apelidos que tinham conotação racial, quando outras pessoas buscavam o diferenciar dos demais. Diz que na fazenda tinha uma população trabalhadora bem diversa, sendo que após o ingresso na PMPR, passou a ter alguma noção sobre a questão racial. Diz que dentro da corporação, por vezes ouvia de companheiros de serviço tecendo comentários do tipo que algo ocorreu porque foi “um negro que fez”, e aos poucos foi notando e percebendo essa diferenciação, mas relata que contra ele não se recorda de ter ocorrido nada de discriminação, pois sempre guiou sua carreira pela honestidade. Menciona que por vezes teve de pedir para mudar de companheiro de equipe na escala porque tinha suspeita de sua integridade moral, tamanha a preocupação para manter sua conduta sempre correta. Sobre o período após ingresso na PMPR, relata que se recorda de haver outros companheiros de turma do curso de formação negros, recordando-se que era maior essa presença entre os praças, com bem poucos oficiais negros na época da década de 1970, sendo uma exceção entre os oficiais. Relata que, na época que trabalhou no serviço operacional, no atendimento de ocorrências, era chamado por pessoas da população, bem como a outros companheiros negros policiais com termos pejorativos, tendo inclusive já prendido pessoas por isso, relatando que era algo recorrente.

**Decisão de ingressar na PMPR e trâmite do concurso:** relata que foi algo incrível, pois no local em que morava já na cidade de Londrina, na época em que trabalhava em uma empresa de transporte urbano, como motorista de ônibus, havia um policial militar que residia muito próximo de sua casa, tendo mencionado inclusive que este policial foi assassinado por criminosos na folga anos depois. Diz que este policial um dia teria comentado com ele sobre o concurso da PMPR, o que foi inicialmente rechaçado pelo entrevistado, dizendo que não tinha estudo suficiente para entrar na polícia militar, mas daí soube por este policial que o nível de escolaridade exigido na época era a quinta série, ou seja, tinha condições de prestar o concurso. Recorda-se de aproximadamente 400 a 500 pessoas prestando o concurso, tendo inclusive candidatos de outras cidades. Acabou decidindo se inscrever e, por sorte, foi aprovado. O concurso foi exigente, teve prova escrita, teste físico e outras etapas, e conseguiu passar sem ter estudado especificamente para a prova. Nessa época ainda era solteiro e trabalhava por várias horas no dia, começando cedo e indo até a noite no trabalho.

**Sensação da aprovação na PMPR:** relata que na noite em que soube de sua aprovação não conseguiu nem dormir, tamanha a felicidade. Diz que quando entrou na corporação, seu medo era reprovar nas provas internas do curso de formação, pois tinha os estudos necessários junto do apoio na obra de construção do batalhão,

mencionando que se recorda de outros alunos reprovarem nas provas de disciplinas do curso.

**Carreira na PMPR:** Diz que aposentou com 27 anos de serviço prestado, aposentando-se no início dos anos 2000, tendo trabalhado a grande parte no serviço operacional, em alguns momentos no COPOM, na rádio patrulha e no pelotão de CHOQUE. Relata que quando foi movimentado dentro do batalhão para uma de suas companhias, a instalação precisava de reforma e, como ele tinha conhecimento sobre construção civil, se disponibilizou a sair do serviço operacional para auxiliar na reforma da companhia. Diz que toda sua vida sua renda extra veio da construção civil, trabalhando como pedreiro, encanamento, rede de esgoto e demais funções de construção e reforma de casa, sendo que nunca se arriscou fazendo “bico” de segurança. Sobre a ascensão na carreira, menciona que aposentou como soldado, não tendo conseguido ascender na carreira, mas diz que prestou o concurso interno para cabo e acabou tendo uma desilusão por questões que entende por duvidosas do trâmite. Porém, diz que conseguiu se planejar ao longo da carreira no serviço privado, com a construção de casas que hoje aluga, complementando a renda do salário vindo do cargo de soldado da polícia militar, sendo que considera hoje ter uma boa vida.

**Vida na aposentadoria:** Relata que acabou não sofrendo tanto com a ida para a aposentadoria, porque continuou trabalhando bastante na construção civil, mas que a única coisa que ocorria era que, vez ou outra, sonhava que estava trabalhando e, já teve vez que levantar de manhã, ir ao banheiro fazer a barba, vestir o uniforme para, só então, recordar que havia aposentado e não precisaria ir trabalhar. Diz que sobre o respeito e melhora no tratamento enquanto aposentado dentro do quartel, isso melhorou somente nos últimos anos, com a mobilização de algumas pessoas para valorizar o veterano policial, sendo que hoje se sente valorizado e é bem atendido no quartel sempre quando precisa.

- **Veterano 03**

**Vida antes da PM:** Relata que teve uma experiência muito ruim na fase de infância e adolescência, sendo que tempos depois percebeu que boa parte era em razão de sua cor. Narra que nasceu em uma cidade do norte pioneiro, tendo iniciado seus estudos na década de 1970 em uma escola pública, sendo que os únicos alunos negros da escola inteira eram ele e sua irmão, que também frequentava a escola junto do entrevistado. Relata que se recorda de haver nessa época uma professora de origem oriental e que ela “sempre batia nos dois”, mais em sua irmã, e ele diz nunca ter entendido o porquê que isso acontecia. Diz que chegou a reprovar um dos anos nessa escola, durante esse período, essa professora dava aula e batia em ambos, os únicos alunos e crianças negras da escola, sendo que o entrevistado diz se recordar que os outros alunos “branquinhos” nunca apanhavam da professora. Diz o entrevistado que em razão disso foi sendo gerado um medo tão grande dessa professora que ele sequer solicitava a ela permissão para ir ao banheiro, com receio de apanhar, até que em determinado dia, tamanha a vontade de usar o banheiro, mas tamanho o medo e “pavor” de pedir à professora, acabou se urinando nas calças dentro da sala de aula. Relata que a vida foi caminhando, o tempo foi

passando e que percebeu isso como algo em razão de sua pele por volta de seus 15 anos de idade e que isso lhe causou trauma. Diz o entrevistado que morava na roça, na área rural da cidade.

**Rotina de estudos na infância e adolescência:** Diz que era muito difícil, pois tinha de acordar muito cedo para ir à escola, que ficava cerca de 5 quilômetros de sua casa, sua mãe ajudava ele e sua irmã com as coisas para a escola, sendo que logo após as aulas, retornando para a casa e já com aproximadamente uns 07 ou 08 anos de idade, recorda-se de já ter iniciado sua vida de trabalho na lavoura. Diz que seu pai colhia café e ele e seus irmãos o ajudavam no trabalho, sendo que por vezes se recordar de seu pai dizer que se quisesse ir embora mais cedo tinha que cumprir o mais rápido possível determinada tarefa, que via de regra, era colher algo em torno de 10 pés de café ou mais. Na maioria dos dias conseguia ir à escola, ou seja, apesar das exigências de trabalho, na maioria das vezes havia permissão e possibilidade para frequentar a escola, mas por vezes não era possível em razão do trabalho e da necessidade de ajuda a seu pai na lavoura.

**Relação com seus pais:** Diz que seu pai era descendente de escravos e com o tempo começou a perceber que sentia que seu pai era revoltado, pois era violento, sendo que tempos depois teve a compreensão de que seu pai era assim pois apanhava de seus pais, os quais apanhavam de seus avós, estes que ainda em vida viveram a escravização no Brasil, sendo que da mesma forma que os escravizados apanhavam, havia uma certa “transmissão” dessa violência de geração em geração, em que até mesmo o “capataz” do engenho agredia as crianças dos escravizados e isso de alguma forma foi sendo transmitido com o tempo e ao longo das gerações de sua família. Diz que hoje em dia nota não haver mais essa violência extrema na relação entre pais e filhos como havia antigamente, pois com o tempo e com as mudanças ocorridas isso foi de certa forma diminuindo.

**Percepção da questão racial:** Conseguia ter essa noção, a partir principalmente da quinta série. Diz que quem tinha uma cor de pele escura era menos favorecido, até mesmo na escola, os professores davam menos atenção, os demais alunos davam apelidos depreciativos, relacionados com a cor, mas na época diz que isso era “algo normal” e que não nota isso ter interferido em sua vida, mas que atrapalhou no aprendizado que teve, sobretudo pelo ambiente escolar ter sido assim. Relata que tiveram alguns fatos que lhe marcaram, relacionados à cor, sendo que antes do ingresso na PMPR, relata que nos fundos de sua casa, havia outra família morando, e acabou se apaixonado por uma moça que lá morava. Acabaram ficando por um tempo, ela era da cor branca, mas passado pouco tempo diz que o relacionamento teve de acabar pois o pai da garota a proibiu de se relacionar com ele por conta de sua cor, sendo esse um dos grandes motivos inclusive que culminaram com sua saída da cidade e vinda para Londrina.

**Momento que decidiu ingressar na PMPR:** diz que seu sonho era ser militar do exército, desde muito pequeno, sendo que aos 18 anos se recorda que “passou” para o exército, sendo lotado na cidade de Curitiba, sendo que nem blusa levou, em razão da falta de recursos, tendo ficado muito doente no início do curso de formação do exército em razão do frio, sendo diagnosticado com “pneumonia”, tendo sido liberado pelo exército em razão disso, para ter tratamento médico pois havia medo de que ele morresse por seu estado de saúde. Acabou saindo da formação do

exército sem ter completado, retornando para Londrina na sequência, muito frustrado. De volta a Londrina “descobriu” a Polícia Militar, vendo nela uma forma de continuar a carreira militar, dando continuidade a seu sonho, tendo ingressado na PMPR em 1990.

**Estudos para o concurso:** relata que sua rotina era muito complicada, mas nessa época já havia finalizado o ensino médio. Ao ver o cronograma do concurso, ele ainda tinha as apostilas e livros da escola, tendo estudado sempre que lhe era possível e acabou sendo aprovado após muito esforço. Diz que inicialmente o concurso teve uma prova teórica e no mesmo dia o teste psicotécnico. Os que foram aprovados foram direcionados à sede do 5º BPM dias depois, tendo havido também teste de aptidão física, sendo que todos se reuniram ao final no batalhão, em torno de 100 pessoas selecionadas, das quais seriam selecionadas 45 para iniciar o curso de formação de soldados. Relata que ao saber de sua aprovação no concurso se sentiu “ a pessoa mais feliz do mundo”, dizendo que era uma pessoa que trabalhava na roça, ganhando muito pouco, sendo que o serviço na PMPR seria melhor, trabalharia com aquilo que gosta e ganharia um salário menor, sendo que desde o começo jurou a si mesmo que trabalharia o máximo de tempo de serviço até se aposentar, o que foi feito.

**Carreira na PMPR:** diz que seu primeiro serviço após formado no curso de formação de soldados trabalhou na rádio patrulha, nos módulos que antigamente existiam em alguns pontos da cidade, módulos fixos. Após foi lotado em patrulhamento em subáreas da cidade. Alguns anos depois, por volta de nove a dez anos de serviço conseguiu fazer o curso de cabo na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), sendo aprovado no concurso interno, que na época tinha por volta de 03 oportunidades por ano, sendo que em 2010 conseguiu fazer o curso de sargento também na APMG, igualmente aprovado e conseguiu bem no final da carreira fazer o curso de aperfeiçoamento de sargento, na cidade de Maringá, sendo promovido uma última vez a 1º sargento e, em seguida, aposentando-se após 35 anos de efetivos serviços prestados, sempre na atividade operacional, desde soldado.

**Vida após aposentado:** Relata que para ser sincero, sente-se muito bem, pois por muito tempo pensou que ao se aposentar iria sentir saudade, mas toda a carreira se preparou para a aposentadoria, sabendo que essa hora iria chegar, e hoje diz que aposentou preparado e que se sente bem por isso.

**Rotina de trabalho:** Diz que antigamente as condições de trabalho eram muito difíceis, havia falta de colete balístico, falta de armamentos para todos os policiais, mas diz que a época era dessa forma mesmo, muito diferente de hoje, em que há uma condição muito melhor de trabalho.

**Ocorrência de algum fato após ser PM sobre sua cor:** diz que por parte de seus comandantes nunca sentiu nada de diferente, mas no comportamento junto à rua, no sentido da atividade operacional de atendimento de ocorrência, diz que se recorda de por muito tempo ter trabalhado com outro policial como parceiro de equipe, sendo este de cor branca e, apesar do entrevistado ter uma patente hierárquica maior, na época era cabo e seu parceiro de equipe soldado, diz se recordar de ocorrer em atendimento de ocorrência as pessoas da população se direcionarem a seu companheiro de equipe, e não a ele, sendo que ele brincava sobre o porquê isso

ocorria, dizendo “será que você é tão bonito assim?”, em tom de brincadeira, mas era nítido que a população ao ter contado com a guarnição que ele compunha, ao ver um policial branco e outro negro, parecia ter certeza de que o policial branco era o comandante da viatura, era a impressão que o entrevistado tinha. Diz ainda se recordar que algumas vezes em abordagens que seu companheiro de equipe, o mesmo ainda, solicitava permissão para proceder com uma abordagem policial a indivíduos durante a atividade de patrulhamento, notou que sempre eram abordados negros e, certa vez, percebeu isso e lhe questionou também em tom de brincadeira “vamos abordar os branquinhos também?”. Diz que entende que seu companheiro não era uma pessoa racista, sendo que notava que ele sequer tinha compreensão disso.

**Comparação da realidade entre os ingressantes e veteranos:** diz que a realidade é totalmente diferente, sendo que os ingressantes de hoje tem tudo na mão, sendo que na sua época não tinham conhecimento de muita coisa, sendo que quando ingressou o nível de escolaridade para ingressar na PMPR era a oitava série, hoje em dia muitos entram na corporação com nível superior. Diz que hoje é muito fácil trabalhar, uma fase de ouro.

- **Veterano 04**

**Vida antes da PMPR:** Relata que nasceu no Estado de Minas Gerais, no entanto seu pai o registrou no estado do paraná, 06 anos depois, sendo que atualmente se encontra com 92 anos de idade. Diz o entrevistado que sua vida foi uma vida de pessoa muito pobre, que vivia na área rural, sendo o mais velho de 12 filhos que seus pais tiveram. Diz que teve problemas com estudo na sua infância e adolescência, sendo que somente em 1967 ao chegar na cidade de Londrina é que conseguiu dar andamento em seus estudos. Antes de ingressar na PM trabalhou em empresa que realizava manutenção em linha férrea, sendo que já tinha casado e tinha dois filhos na época, antes mesmo de seu ingresso na Corporação. Diz que sua vontade de entrar na PMPR se iniciou por influência de outro policial militar, conhecido seu na época e que o influenciou e indicou a profissão, o que veio somar à vontade já existente em ser policial militar, que carregava consigo desde muito jovem, ingressando na década de 1950 na polícia militar do paraná.

**Processo seletivo:** Relata que na época da roça conseguiu estudar somente até a quarta série, sendo que chegou a servir o Exército aos 18 anos de idade e, anos depois, prestou a prova para ingresso, recordando-se que muitos dos que ingressavam na corporação eram egressos do exército brasileiro. Relata que durante o processo seletivo, ocorrido na cidade de Curitiba, no transcorrer das etapas e provas, por falta de dinheiro, teve de dormir debaixo de ponte, lavando sua roupa em chafariz de praça pública, pois o pouco dinheiro que tinha do “acerto” com seu antigo emprego deixou com sua família, chegando a passar fome e, quando possível, oferecia-se para ajudar a carregar e descarregar caminhão para ter um mínimo valor de dinheiro para se alimentar.

**Sensação de ter sido aprovado:** nessa época, relata que o anúncio daqueles aprovados no concurso se dava de forma oral dentro do quartel do comando geral da PMPR, sendo que ele necessitou permanecer em Curitiba até o dia final do processo seletivo, indo até a sede do QCG para perguntar se seu nome constava na lista dos aprovados, tendo a notícia de que havia sido aprovado, surpreendendo-se pois ficou em terceiro colocado geral do concurso, o que foi motivo de imensa felicidade. Relata de ter conversado com outros candidatos com mais grau de instrução que ele, na época denominado o grau “científico” hoje equivalente com o ensino médio, sendo que muitos não conseguiram ser aprovados.

**Carreira na PMPR:** Diz que após alguns dias da notícia de sua aprovação, foi lotado para sua primeira função, sendo-lhe entregue uma arma “mosquetão” e foi mandado se apresentar na cidade de Pato Branco, ficando neste local por um tempo de aproximadamente 06 meses. Por insistência, após vários pedidos ao oficial comandante do local, conseguiu sair de lá, pois durante todos esses meses não tinha tido a oportunidade de ver sua família novamente, estando há quase 01 ano longe de esposa e filhos. Após os vários pedidos, foi liberado por seu oficial, o qual o apresentou no quartel geral de Curitiba, que era o local que via de regra era necessário ir para proceder com transferências. Já na cidade de Curitiba de volta, após retorno da cidade de Pato Branco, apresentou-se em uma unidade operacional da capital, permanecendo em torno de 02 meses e, sempre solicitava, a possibilidade de deslocamento via transferência para as proximidades da cidade de Jacarezinho, localidade mais próxima de sua residência em que sua família estava e que havia policiamento. Mesmo após os pedidos, seu pedido de transferência foi negado, mas lhe foi oportunizado trazer sua família para a capital, o que foi feito, alugando um pequeno quarto em Curitiba e levando sua esposa e filhos para lá. Diz que neste interregno temporal um de seus filhos acabou adoecendo e faleceu em Curitiba. Posteriormente, ainda na capital, foi movimentado para o policiamento de trânsito, alugando tempos depois uma residência melhor no bairro boqueirão. Somente depois, em razão da abertura de batalhões no interior de estado é que lhe ofereceram a oportunidade de ir ao interior do estado, mas na cidade de Maringá, o que aceitou, trabalhando nesta cidade alguns anos, mas após alguns problemas ocorridos, teve de retornar novamente à capital do estado, retornando ao policiamento de trânsito. Novamente foi aberta oportunidade a policiais militares de Curitiba, isso por volta da década de 1960, para serem transferidos e trabalharem no interior do estado, mas dessa vez seria em Londrina, tendo aceitado novamente a transferência e deslocamento por fim para Londrina, local em que finalizou todos os demais anos de sua carreira, sempre atuando no policiamento de trânsito.

**Percepção racial:** recorda-se, em um dos dias que fazia policiamento na capital do estado, enquanto procedia com fiscalizações de trânsito, sentiu um impacto em seu capacete, equipamento que os policiais militares tinham de utilizar na época. Ao retirar o capacete para ver o que tinha ocorrido, percebeu que de cima de um dos prédios da localidade em que estava uma pessoa havia “cuspidido” nele, sendo tal fato relatado ao oficial que fazia a ronda e fiscalização dos policiais militares de serviço e quando questionado o que havia feito sobre tal fato, relatou que retirou o capacete e foi até uma torneira lavá-lo para retornar ao trabalho, sendo advertido pelo oficial por ter deixado seu local de policiamento neste espaço de tempo, porém sem outras medidas adotadas. Sobre a questão racial, relata recordar que por vezes havia xingamentos a pessoas negras de palavras ofensivas, e na época não dava

consequências como hoje, sendo que ele sempre pregou a igualdade em todos e teve isso como uma postura em sua conduta. Relata que com ele nunca houve ocorrência de preconceito, mas com outras pessoas sim. Recorda-se que na época em que ingressou na PMPR notava haver um número significativo de outros policiais militares negros, alguns inclusive que conseguiram galgar posições mais elevadas na hierarquia, a maioria sendo praças e uns poucos oficiais. Diz que percebe que atualmente hoje o racismo é uma questão mais debatida, mais presente em discussões, pois antigamente não era algo que era muito falado. Relata o entrevistado que se lembra em sua época de serviço atendimentos de ocorrência em que outros policiais militares negros davam atendimento e por vezes eram xingados pela pessoa da população em razão de sua cor de pele, sendo que era algo que “não dava nada” e “ninguém ia preso” por conta disso, mas diz ter a percepção evidente de que hoje em dia essa realidade mudou e que coisas como essa podem levar a pessoa à justiça.

**Promoções na carreira:** relata que somente na cidade de Londrina, após já vários anos de serviço, teve sua primeira promoção para a graduação de cabo, a qual ocorreu após um ato de bravura no serviço, Relata que em um dia normal de serviço, fazia a fiscalização de trânsito no horário de saída da escola do colégio Marista, notando que uma menina acompanhada de um menino, ambos crianças, buscavam atravessar a rua, sendo percebido que durante a travessia havia uma caminhonete em alta velocidade trafegando na via e iria ocorrer um atropelamento, sendo que imediatamente pulou diante das duas crianças, lançando-as para a calçada e, em razão disso, colidiu seu capacete na caminhonete, gerando inclusive a rachadura do capacete de ferro, salvando a vida das crianças e sofrendo algumas lesões leves, sendo reconhecida sua bravura por esse ato, promovendo-o a cabo. Já a promoção para sargento, teve de realizar a prova para o curso de sargentos, logrando êxito em sua aprovação, sendo promovido a 3º sargento, sendo que a última promoção, à graduação de 2º sargento foi por tempo de serviço, ao final de sua carreira e pouco antes de sua aposentadoria. Algo interessante que o entrevistado relatou é que após o retorno à unidade PM, em razão de sua conclusão no curso de sargentos, no pátio do aquartelamento, reviu alguns policiais militares, soldados, que haviam trabalhado junto com ele no quartel, os quais o cumprimentaram e o abraçaram, parabenizando-o pela promoção, sendo que um oficial, a época tenente, visualizou tal comemoração e imediatamente determinou o comparecimento do entrevistado em seu gabinete, repreendendo-o sobre o fato de soldados terem o abraçado, dizendo que isso daria “cadeia” e que ele estava errado, pois “soldado não é gente”, tendo sido ponderado pelo entrevistado após esses dizeres, o qual não admitiu tal fato, questionando-o sobre tal manifestação, colocando-se inclusive à disposição para responder eventual processo disciplinar em razão de sua discordância, no entanto nada foi instaurado, no entanto tal conversa restou como uma reprimenda ao entrevistado.

**Aposentadoria:** ocorreu em razão do tempo de serviço, permanecendo o máximo de tempo na corporação, sendo que durante os primeiros três ou quatro anos de aposentado sentiu muita vontade de retornar à profissão, mas após esse período isso foi passando e aos poucos foi acostumando-se com a aposentadoria, mas mencionando que até hoje se precisar ele está à disposição da corporação.

**Comparação da realidade entre os ingressantes e veteranos:** Relata no transcorrer de sua entrevista que atualmente os policiais militares que estão ingressando na corporação possuem mais conhecimentos, sobretudo na área do direito, o que lhes dá mais condições de compreender algumas questões e, quando necessário, questionar sobre assuntos pertinentes, vendo isso como algo positivo e algo que antigamente não ocorria, em razão do grau de instrução muito reduzido da maior parte do efetivo policial.

- **Veterano 05**

**Vida Antes da PMPR:** O entrevistado inicia seu relato agradecendo pela oportunidade de fala, bem como parabenizando pela pesquisa, por considerar algo novo, alguém de dentro da polícia militar realizar um estudo sobre a questão racial envolvendo os policiais militares negros. Relata que sua infância foi muito difícil, de família muito pobre. Sua família era oriunda do sertão nordestino, vindo para o sul do país na década de 1950, de “pau de arara”, localizando-se em fazendas no Paraná para o trabalho. O entrevistado nasceu já em Londrina, no ano de 1954, tendo vivido em fazenda, na área rural, tendo seu pai falecido quando ainda muito novo de idade, com apenas dois anos. Diz que ao todo são em 08 irmãos, sendo que sua mãe trabalhava na colheita de café e outros serviços de limpeza a manutenção. Sempre tendo uma ótima relação com sua mãe, a qual lhe educava e cuidava dele e de seus irmãos. Diz que no mesmo barracão que sua família morava, outras famílias também lá moravam, todos vindos do sertão nordestino. Uma infância muito humilde, com casa pequena, de “chão batido”. Sempre sua mãe lhe ensinou a honestidade, sempre pregando pela conduta correta de seus filhos. Após alguns anos, mudaram-se para a cidade, vindo a morar na área urbana, em um local considerado periferia na época, em um bairro recém criado, em que davam oportunidade às pessoas mais pobres comprarem terrenos com pagamento de parcelas baixas. O local não tinha asfalto, não tinha luz, a casa era ainda de “chão batido” e, sempre que chovia, dava “enchente” na casa. Conseguiu estudar desde cedo, mas acompanhado com trabalho, junto a empresa que fazia meio-fio nas ruas, relatando que na época que estudava pela manhã, trabalhava a tarde, e quando teve que passar a estudar a tarde, trabalhava pela manhã, isso com a idade em torno de 12 anos, sendo que todo seu salário era para ajudar a família. Passado alguns anos da adolescência, chegou o período de realizar o alistamento militar, servindo o exército na cidade de Brasília, na década de 1970. Relata que dentro do período que serviu o exército, aprendeu que poderia ter uma carreira e crescer na vida, vendo uma oportunidade de melhorar sua vida, pelo estudo e nessa profissão. Após o período obrigatório de serviço militar, recorda-se que retornou à cidade de Londrina com uma boa experiência de vida, porém tendo que buscar outro emprego, tendo trabalhado em empresa de transporte de ônibus por certo período. Neste ínterim, relata que ficou sabendo da abertura de inscrições para o concurso da polícia militar, o que lhe interessou, sobretudo pela experiência positiva que teve no período de serviço no exército. Diz que seu irmão mais velho já era policial militar, tendo esse apoio de seu irmão para que também ingressasse.

**Percepção racial:** Comenta o entrevistado que antigamente o racismo era algo que existia, mas não era como hoje. Diz que algumas pessoas negras se “escondem atrás da pele”, afirmando que sempre soube que o racismo existiu e ainda existe, mas que ele superou isso para progredir na vida, tendo sempre uma rotina de casa ao trabalho e trabalho para a casa. Relata que a “cor negra” era classificada por alguns como uma “sub raça”, sendo que relata que eles (da cor negra) possuem dificuldade para algumas coisas, sendo que vários antepassados foram escravizados. Diz que sempre “passou por cima” do racismo, mas sentia que era algo existente e que gerava efeitos na vida dele. Recorda-se que em seu primeiro casamento, a família de sua ex-esposa, uma mulher branca, era contrária à união, segundo o entrevistado em razão de sua cor da pele, por entenderem o negro como “algo errado”, haja vista haver maior quantidade de negros no presídio, por exemplo, em que a maioria era negro, e também em razão de sua profissão de policial militar. Diz ainda que por vezes em atendimento de ocorrência, a pessoa que era vítima de um crime ao relatar e tentar descrever sobre a figura do criminoso dizia “nossa, ele era bem parecido com você”. Relata que por várias vezes já sentiu preconceito em razão de sua cor de pele, sobretudo no atendimento de ocorrências, quando chegava no local para dar atendimento e notava as pessoas lhe tratando de forma diferente dos demais policiais brancos, sentindo receio das pessoas, sendo que havia vários policiais negros na tropa, e que era algo que notava um tratamento diferente entre os policiais militares negros e os brancos. Exemplifica, inclusive, que em determinada época que trabalhava no setor de inteligência, serviço velado portanto, teve a ideia de montar uma equipe só composta por policiais militares negros, sendo que ao realizar incursões nas “favelas” transitavam normalmente, sem levantar qualquer suspeita pela população local de que eram policiais militares, no entanto, quando ingressavam em regiões da área central, despertavam muito a atenção de várias pessoas, gerando estranheza e “olhares” para eles.

**Processo seletivo para ingresso:** Relata o entrevistado que alguns membros de sua família já haviam sido agentes de segurança pública, sendo que na época na cidade de Londrina havia poucas oportunidades de emprego, sendo que na polícia militar, apesar do salário ser pouco, tinha expectativa de galgar novas funções e promoções, melhorando o salário e as condições de vida. Diz que nunca lamentou sobre as dificuldades do serviço, pois sempre se identificou com o trabalho de policial militar. Recorda-se que o concurso para ingresso teve como concorrência 06 candidatos para 01 vaga aberta. Diz que no dia da prova teórica haviam muitas pessoas para prestar a prova, o que lhe deu medo de não conseguir ser aprovado, mas relata que “seja o que Deus quiser”, tendo prestado a prova e sido aprovado, tanto na prova escrita e no teste físico, segundo o entrevistado ambos testes exigidos na época para ingresso, sendo que o nível escolar era apenas o 1º grau de escolaridade, sendo que chegou a estudar, lembrando-se do livro “caminho suave”. Comenta que ao ver sua aprovação, sentiu-se “realizado”, pois em razão do emprego público teria uma estabilidade e estaria em um serviço que poderia dar uma vida digna e sustento para sua família.

**Carreira na PMPR:** Após a conclusão do curso de formação de soldados, sua primeira lotação foi junto ao setor de trânsito do batalhão, tendo trabalhado em “blitz”, pois na época a cidade de Londrina não dispunha de sinaleiros e em razão disso policiais militares do trânsito que realizavam a sinalização de trânsito na cidade em vários pontos da cidade movimentados. Após alguns anos, prestou o vestibular

para cursar educação física, já como policial militar e neste período foi trabalhar na rádio patrulha, no serviço ordinário e rotineiro de patrulhamento e também nos módulos fixos existentes na cidade. Após esse período, foi para a sede do batalhão, atuando no setor de inteligência, após a criação de um grupo especial de busca, para investigação e combate a organizações criminosas, para auxiliar o efetivo fardado nas ruas, principalmente pela ocorrência de muitos roubos a bancos e sequestros, atuando em conjunto com a polícia civil e procedendo com várias prisões de criminosos, tendo permanecido nessa função por vários anos. Relata que as promoções eram muito concorridas, pois não havia muita abertura de vagas, sendo que como soldado teve a oportunidade de ser aprovado no concurso interno para sargento, na época era algo que existia e tinha como o soldado ir promovido direto a sargento, tendo logrado êxito na aprovação na segunda tentativa, na década de 1980, realizando o curso de formação na Academia Policial Militar do Guatupê, progredindo nas patentes até chegar à graduação de subtenente, ao final de sua carreira, pouco antes de se aposentar.

**Comparação de dificuldades atual e antigamente:** Relata que na época em que era do serviço ativo, uma grande dificuldade que tinham era a disponibilidade de viaturas, que eram muito poucas, chegando a haver no serviço da PM na cidade em algumas épocas apenas 03 viaturas disponíveis e, ainda, havia por vezes limitação de uso de combustível para patrulhamento, o que limitava muito o serviço. Diz que antigamente o efetivo tinha “pouca cultura”, mas “muita coragem” e que resolviam os problemas, já que hoje o efetivo tem “muita cultura”, mas enfrentam muitas dificuldades para realizar o serviço policial. Diz que observa nos policiais recém ingressos, pessoas muito estudadas, sendo diferente da sua época, relatando ainda que até mesmo os criminosos estão com perfis diferentes.

**Sentimento após aposentadoria:** Diz que hoje se sente uma pessoa abençoada por Deus, sendo que muitos amigos dele já se foram, faleceram, alguns foram excluídos por razões disciplinares e outros ainda acamados por questões de saúde. Relata que hoje uma das coisas que realiza é se dedicar a ajudar outros veteranos que estão em situação de dificuldades.

## 4.2 Transcrições das entrevistas com os ingressantes da PMPR

- **Ingressante 01**

**Vida antes da PMPR:** Relata o entrevistado que teve uma infância humilde, com dificuldades, residindo em uma cidade pequena que, após a separação de seus pais, teve de se mudar, indo residir na cidade de Ibiporã. Diz que seu pai foi sargento da Polícia Militar, sendo que sua cor da pele negra advém da família de seu pai. Relata que teve uma infância humilde, sobretudo após a separação de seus pais, em que ele ficou morando com sua mãe e não recebeu o suporte financeiro adequado aos filhos, não pagando a pensão alimentícia devida, passando muitas dificuldades. Relata que a família morava de favor, vivia de doações e sobreviviam com uma alimentação inadequada, por vezes faltando condições mínimas para ele e sua

família. Relata que sua mãe, após muitos desafios, conseguiu retomar os estudos e ser aprovada em concurso público na área da saúde, o que melhorou a condição de vida dela e de seus filhos, passando a ter, ao menos, o que comer e o que vestir. Após alguns anos, trabalhando desde cedo, aproximadamente aos 11 ou 12 anos, o que acredita ter atrapalhado seu desenvolvimento nos estudos escolares, logrou êxito em terminar seus estudos básicos e, em razão de um programa do governo, conseguiu cursar uma faculdade com bolsa integral de estudos, o que lhe permitiu melhorar aos poucos suas condições e de sua família, ajudando a todos. Anos depois, prestou o concurso público para ingresso na Polícia Militar, porém tendo sido reprovado nos exames de saúde, tendo ingressado com uma ação na Justiça questionando sua reprovação no certame, vencendo a ação e conquistando o direito de iniciar o curso de formação para o cargo de soldado, mas isso após vários anos aguardando a decisão judicial.

**Estudos para o concurso:** Relata que nunca em sua vida teve um tempo específico dedicado aos estudos, nunca conseguiu isso em decorrência de suas responsabilidades e compromissos, sobretudo em razão da família e do trabalho que fazia desde criança. Diz que em sua vida, os momentos de estudos era sempre quando “sobrava” algum tempo, recordando-se que sua mãe nunca chegou a olhar seus cadernos escolares, pois a preocupação que centrava a atenção dela era colocar comida na mesa de seus filhos. Diz que o trabalho sempre foi o principal, o estudo era algo secundário, que somente era possível quando sobrava tempo e, a depender do cansaço do trabalho diário, por vezes não havia energia para estudar.

**Relação com seus pais:** Relata que nunca conseguiu ter uma relação de afeto com seu pai, nunca conseguindo ter uma proximidade com ele, sendo que por outro lado, sua mãe sempre batalhou para sustentar ele e sua irmã mais nova, tendo uma relação muito forte com ela.

**Percepção racial:** O entrevistado diz que na década de 1990 pouco se falava sobre racismo, não sendo um tema presente em seu cotidiano ou nas percepções de sua realidade da juventude, sendo um assunto um tanto quanto “atual”, mencionando que ainda hoje muitos sequer se identificam como negros. Diz que antigamente havia muito deboche sobre o assunto, mas vê como uma estrutura formada, em que as pessoas negras estão inclusas, ficando preso e ainda estando preso dentro dessa estrutura racial brasileira, que é presa ao passado histórico do país. Relata que atualmente se percebe crianças negras em comerciais de televisão, em divulgações para o público, mas na época em que era criança e adolescente não era algo que se via, pois sempre eram crianças brancas, pessoas brancas sendo protagonistas, o que faz com que a pessoa negra não se enxerga ali, sendo algo “para branco ocupar”, gerando uma falta de perspectiva, olhando somente pessoas brancas bem sucedidas, o que por mais que não se compreenda com total percepção, acaba gerando efeitos na criança por ver e vivenciar aquilo. A respeito do preconceito, relata que quando era pequeno tinha vários amigos na rua de casa, sendo que se recorda de alguns desses amigos terem os avós que não deixavam seus netos, brancos, brincarem com ele, o que hoje ele percebe que era em decorrência de sua cor de pele. Outro fato que se recorda é que, quando maior, já adulto, conseguiu um bom emprego, com salário bom, sendo que ao retornar de uma viagem da cidade de Curitiba, ao acionar os taxistas disponíveis para transporte até a cidade em que residia, teve muita dificuldade em ter um taxista que aceitasse, tendo sido

necessário pegar sua carteira, abri-la e mostrar que tinha dinheiro para o pagamento da corrida, quase implorando para que o taxista aceitasse admiti-lo como passageiro. Diz que o racismo é algo muito velado, não sendo algo explícito, o que dificulta muito sua identificação, mas após compreender o que é o racismo, quem o sofreu passa a perceber que já foi vítima.

**Ingresso na PMPR:** Relata que na época estava estudando na faculdade, sendo que foi a segunda tentativa de ingresso, pois em sua primeira tentativa acabou sendo reprovado no teste de aptidão física. Diz que na segunda tentativa do certame, tinha a percepção de que a polícia era algo bem maior do que imaginava, sendo que antes era incentivado para entrar na corporação para combater o crime, mas que hoje em dia a percebe de uma forma mais estratégica, no sentido de atuar em prol da população de outras formas. Diz que em seu dia a dia de estudo durante o concurso que logrou êxito em ser aprovado não dispôs de muito material de estudo, tinha dificuldade de acesso à informação, sendo que os estudos eram feitos quase que exclusivamente em apostilas impressas, sem cursos online para acesso mais fácil.

**Opinião sobre as cotas raciais:** Relata ter concorrido ao concurso público para ingresso na PMPR pelas vagas de cotas raciais, mencionando que em sua opinião percebe de forma muito evidente que há uma estrutura racial no Brasil, vendo as cotas como uma forma de acesso e oportunidade às pessoas negras, concorrendo por cotas tanto no concurso público como, anteriormente, em seu ingresso na faculdade, o que permitiu uma abertura de visão imensa. Relata que as cotas raciais são mais que importantes, são necessárias, pois é muito recente a questão racial brasileira. Sobre o contato com outros candidatos durante o certame tratando a respeito das cotas raciais menciona que por exemplo em seu pelotão do curso de formação de praças, identifica que há várias pessoas com muito mais instrução que ele, tendo vivido em famílias estruturadas, nunca tendo sido necessário trabalhar enquanto criança ou adolescente, sempre dedicando-se aos estudos, sendo que em razão das cotas raciais, atualmente, consegue ocupar os mesmos espaços que elas, algo que não seria possível, principalmente pelo distanciamento enorme entre ambas trajetórias.

**Após ingresso na PMPR:** Relata que no dia em que soube de sua aprovação foi um dia inesquecível, tendo sido a possibilidade que teve de colocar em prática tudo o que sonhou, colocando objetivos em prática que a profissão na polícia militar irá permitir, pois agora passou a ter a oportunidade que sempre correu atrás, passando a ter “voz”, dentro e fora da instituição. Diz que notou muita mudança após seu ingresso na corporação, tanto com aquelas pessoas que antes já tinham amizade e proximidade com ele como as pessoas ainda não conhecidas, sendo que ele pediu às pessoas próximas a ele nunca deixarem de o ver com quem era antes de se tornar policial, por mais que alguma postura sua mude.

**Projeção de carreira:** Relata que não tem perspectiva nenhuma na carreira militar, pois para ser promovido a cabo, por exemplo, leva-se a aproximadamente 10 anos de serviço, sendo que sente que o crescimento que terá será fora da corporação, visualizando que há inúmeras questões da corporação que não mudarão e que o fazem não ter essa perspectiva de ascensão profissional, não tendo também intenção de estudar para prestar o concurso para oficial da PMPR, vendo o

crescimento profissional como algo muito distante da realidade. Dentro da corporação, relata que tem como intenção de trabalho atuar na cidade em que reside, mais voltado para a área social, sobretudo em proximidade com as escolas, em ambiente escolar, principalmente da periferia, no rádio patrulhamento que estabelece contato com os professores e aluno, ouvi-los sobre as demandas da comunidade, refletindo sobre as questões públicas e se colocando a disposição para ajudar a população da área.

- **Ingressante 02**

**Vida antes da PMPR:** O entrevistado relata que sua infância se deu em um bairro pobre, na zona norte de Londrina, sendo que não tinha muito hábito de brincar na rua em razão das ordens de seu pai, que foi militar da corporação e tinha receios em seu filho ficar na rua sem supervisão. Diz que sempre se dedicou aos estudos, a partir dos 15 anos de idade passou a estudar e trabalhar, estudando a noite e trabalhando durante o dia.

**Relação com seus pais:** relata que sempre foi muito boa, recorda-se de seu pai sempre trabalhar muito, mas mesmo assim era um pai presente, bem como teve uma ótima relação sempre com sua mãe.

**Percepção racial:** Relata que a respeito da questão racial, desde cedo já percebeu que havia algo diferente no que se relaciona às pessoas negras, pois sempre notou que ou não havia ou havia muito pouco negro em posições de poder na sociedade, sempre estando em locais de pouca fala, sendo algo que sempre lhe chamou atenção. A respeito de algum fato de preconceito que possa ter vivenciado, relata que em sua juventude, ao cursar a faculdade de direito em Universidade Pública, recorda-se de haver em sua sala somente ele e uma mulher de negros, sendo todos os demais brancos na sala de aula. Relata ainda que o mesmo fato presenciou nos locais de estágio, em repartições públicas, tendo visto sempre muito poucos juízes e promotores negros.

**Decisão de ingressar na PMPR:** diz que teve a oportunidade de prestar o concurso para soldado. Vinha estudando já há algum tempo para o concurso da polícia civil, e neste período de estudo, houve a abertura do certame para a polícia militar e, sobretudo em razão de seu pai, que foi subtenente da PMPR, decidiu prestar a prova em forma de sua homenagem, pois queria que um filho dele desse continuidade na carreira na corporação. Quando perguntado sobre o porquê da intenção de homenagear seu pai, relata que seu pai faleceu vítima de latrocínio, ao intervir em um assalto que ocorria na vizinhança de sua casa e, para tentar proteger a vida da família vítima do assalto e as crianças que estavam no local, interveio na ação criminosa e, no confronto armado, foi baleado e morreu vítima dos criminosos. Diz que hoje, como policial militar, sente um enorme orgulho de carregar o nome de seu pai na farda da corporação, tendo sido esse o principal motivo de sua escolha para se submeter ao certame e ingressar na carreira. Relata que após a notícia de sua aprovação ficou muito feliz, pois além da estabilidade do serviço público, conquistou a oportunidade de honrar o nome de seu pai, tornando-se um policial militar.

**Rotina de estudos para o concurso:** relata que especificamente nessa época em que estava estudando para concurso público, conseguiu ficar apenas focado nos estudos, não tendo necessidade de trabalho, pois sua mãe conseguiu por um curto período sustentar a família para lhe dar o tempo para estudar, o que foi muito importante para sua aprovação.

**Cotas raciais:** relata que concorreu nas vagas para as cotas raciais, no entanto sua nota no concurso público foi alta e em razão de sua classificação ter aprovação nas vagas de concorrência geral, a vaga de cotas raciais foi redesignada para outro cotista. Diz ainda que em uma das aulas que teve durante o curso de formação de praças, já na PMPR, na disciplina voltada aos estudos sobre grupos minoritários e em situação de vulnerabilidade social, diz que houve uma boa reflexão em sala de aula pelo docente a respeito da presença de policiais militares negros na sala de aula, o que mesmo com as vagas disponibilizadas exclusivamente para cotas raciais, ainda assim haviam muito poucos negros cursando o curso de formação. Menciona que é um tema muito importante de ser debatido, indicando que pela sua percepção se recorda de apenas um oficial negro com destaque na corporação, sendo uma presença muito pequena nos altos escalões e, ainda, no próprio batalhão em que realizou o curso de formação de praças, menciona que não havia nenhum oficial negro.

**Carreira na PMPR:** O entrevistado comenta que sobre ascensão profissional ela é mais fácil entre os oficiais, sendo algo muito difícil, por exemplo, um soldado chegar a subtenente. Diz que hoje para um soldado ter uma chance boa de progredir na carreira, teria que migrar para o quadro dos oficiais, tornando-se um oficial, no entanto diz que não possui essa intenção, tendo um objetivo possível e futuro de migrar para outra força policial, em decorrência de sua formação em nível superior em direito. Relata ter afinidade com várias áreas de patrulhamento, mas possui intenção de atuar na área operacional.

**Dia a dia:** diz que estar cursando o curso de formação está sendo uma experiência muito positiva, sendo que a visão que antes tinha como um bacharel em direito foi mudada em razão dos conhecimentos e experiências adquiridas enquanto policial militar. Diz que até mesmo questões mais corriqueiras e simples, como uma abordagem policial, a visão do policial militar por vezes é diferente da visão de alguém de fora da corporação, sendo que se tornar um policial militar auxiliou bastante nessa percepção sobre a segurança pública.

**Mudança após ingressar na PMPR:** relata que houve uma mudança completa, pois após seu ingresso na PMPR acabou se tornando referência em várias situações, sendo uma pessoa procurada pelas pessoas para resolução de inúmeras demandas, até mesmo questões que não são tão relacionadas à polícia militar, como assuntos de saúde por exemplo, sendo muito respeitado pelas pessoas e notando isso, o que lhe faz muito feliz, sentindo-se respeitado pelas pessoas.

- **Ingressante 03**

**Vida antes da PMPR:** Relata o entrevistado que sua infância foi humilde, tendo morado em alguns bairros carentes e estudado em escolas públicas que pertenciam às localidades próximas das residências pela família habitadas, nessa época de sua juventude não havendo ainda a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família, tendo a oportunidade de estudar. O entrevistado menciona que sempre estudou em colégio público, tendo conseguido concluir o período escolar básico, tendo pretensões de cursar uma faculdade, no entanto na época sua família não tinha recursos para custear uma faculdade privada, sendo que neste período não havia projetos públicos ainda para incentivo ou o próprio estado custeando o nível superior do aluno sem recursos financeiros. A opção que restou foi cursar por um período um curso técnico, surgindo uma oportunidade de trabalho em um Estado do Centro-oeste do Brasil, porém sempre com vontade de fazer faculdade. Após algum período, houve uma oportunidade de emprego na região, ainda sem ter conseguido começar os estudos superiores, o que foi possível somente após sua demissão desse trabalho, após anos de trabalho e longe dos estudos, sendo necessário fazer “cursinho” para sua aprovação na universidade. Menciona que, ao todo, ficou em torno de 08 anos afastado dos estudos, em razão da necessidade de trabalho, mas isso não o deixou abalar, tendo sido forte para retomar os estudos mesmo com todas as dificuldades e lograr êxito na aprovação do vestibular em Universidade Pública, tendo inclusive sendo aprovado através das vagas por cotas raciais, o que foi decisivo para seu ingresso na instituição de ensino.

**Relação com os pais:** Relata que sempre foi uma boa relação, porém quando ele teve a necessidade de migrar de estado, após uma proposta de emprego, houve a separação de seus pais na mesma época, o que gerou algumas dificuldades de compreensão e convivência, no entanto superados.

**Percepção racial:** Menciona o entrevistado que em sua juventude nunca teve uma percepção concreta sobre o racismo, compreendendo que diversas questões estavam tão “embutidas” no dia a dia que não conseguia ver e perceber como uma influência do racismo. Diz que desde sua infância até os dias de hoje percebeu uma grande mudança, até mesmo em programas de televisão, por exemplo, em que antigamente eram aceitas até piadas de cunho racistas, indicando o termo “racismo recreativo” e hoje não, tendo notado uma mudança nisso e em outras questões da vida, sendo que atualmente é dado muito mais importância e tratado com seriedade a questão racial. Relata, inclusive, que em sua infância e adolescência por vezes já foi chamado de termos depreciativos e racistas, em que utilizavam de preconceito ao falar de sua cor de pele e de seu cabelo, porém ele nunca levou isso como racismo, pois era algo “natural”. A respeito de um fato específico que o marcou, relata que na época em que estava estudando no ensino médio, foi ao shopping com sua namorada e, ao entrar em uma loja de perfumes, sentiu um desconforto do segurança da loja pela sua presença no local, sendo que havia várias outras pessoas na loja, no entanto notou evidentemente uma fiscalização do segurança especificamente contra sua pessoa.

**Ingresso na PMPR:** Menciona que após o término de sua graduação na Universidade, retomou aos trabalhos voltados na área de estudo, porém tendo ficado desmotivado, não sendo aquilo que de fato pretendia trabalhar. Nessa época relata que buscou alguns concursos públicos, sobretudo para a área de segurança pública, tendo a notícia da abertura do certame para soldado da PMPR e ao cargo de agente

da Polícia Rodoviária Federal, ambos concursos por ele prestados, tendo sido aprovado no concurso da Polícia Militar. O entrevistado relata que não realizou um estudo muito focado no concurso da PMPR, em razão de outros concursos em vistas que também tinha intenção de ingressar, no entanto utilizou como estratégia de estudo focar em algumas disciplinas específicas da prova de soldado da PMPR, logrando êxito na aprovação com uma boa nota. Nessa época, menciona que estudava e trabalhava como entregador de pizza, sendo que durante o dia sempre que tinha uma oportunidade para ter um tempo de estudo, assim o fazia, não havendo um horário fixo de estudo, estudando quando dava. Relata que ao saber de sua aprovação no concurso ficou muito feliz, ficando “sem palavras”, mas ao mesmo tempo surgindo algumas dúvidas em sua mente, como por exemplo se ele “daria conta” do cargo aprovado.

**Cotas raciais:** Relata o entrevistado que para o concurso de soldado da PMPR se inscreveu para as vagas de cotas raciais, no entanto em razão de sua nota alta no concurso, não foi preciso utilizar da vaga cotista, cedendo-a a outro candidato negro, sendo aprovado no certame, portanto, nas vagas de concorrência geral. Menciona que ingressou na Universidade Pública pelas cotas raciais e cotas de estudantes de escolas públicas, tendo sido muito positivo esse direito, concordando e sendo a favor de sua existência. Expressa que há muitas pessoas que estão hoje dentro da Corporação pois somente conseguiram ingressar pela existência da vagas destinadas às cotas raciais. Recorda-se que em certo dia, durante um evento com amigos, a namorada de um amigo debateu com ele sobre a existência das cotas raciais, numa oportunidade em que o tema surgiu para conversa, tendo ela se expressado que era contrária às cotas raciais, pois em seu entendimento não é a cor da pele que ditará quem é mais inteligente, entretanto argumento esse rebatido pelo entrevistado, o qual entende que a questão que envolve as cotas raciais vai muito além disso, sendo algo histórico da sociedade e que envolve um longo período de desigualdade com a população negra, envolvendo séculos, sendo que através das cotas, verifica-se uma das formas do estado brasileiro corrigir esse erro histórico.

**Carreira na PMPR:** Menciona que sobre os policiais militares novos que estão atualmente ingressando na corporação, há uma mentalidade e formação muito diferente dos mais antigos, tendo vários já com formação em nível superior, boa parte já com idade avançada, mais maduras e com certa experiência profissional e, sobretudo, formado por pessoas que querem evoluir, que querem algo melhor para a carreira, ou mudando de cargo por outro concurso ou sendo aprovado no concurso para oficial da PMPR, sendo este por exemplo um concurso que o entrevistado não tem pretensões, ao passo que possui intenção de após formado no curso de formação de praças, retomar os estudos para outros concursos públicos que envolvem outras instituições. Nota também uma diferença no que diz respeito aos policiais militares mais antigos no sentido de que a maioria que teve contato, quando se preocupa com a carreira, é no sentido de progredir enquanto praça, ou seja, nas graduações que vão até subtenente e não almejam se tornarem oficiais, por exemplo. Menciona que, dentro da PMPR, possui intenção de atuar junto da patrulha rural, uma área que sente afinidade e gostaria de ter oportunidade de trabalho em tal segmento da polícia militar, voltado à proteção do produtor rural e àqueles que habitam no campo, auxiliando-os através da segurança pública.

**Dia a dia de trabalho:** menciona que está “sugado”, no entanto relata que em conversas com policiais militares mais antigos é um período normal, ou seja, o período de estágio do curso de formação de praças e sabe que é um período que irá passar e, quando isso ocorrer, sabe que terá oportunidade de retomar algumas demandas de sua vida.

**Mudanças após ingresso na PMPR:** Relata que houve muita mudança, dizendo que conseguiu enxergar pessoas que eram próximas a ele se afastando após seu ingresso na corporação, seja porque não gosta da polícia militar ou por outro motivo, sendo por ele ignorado, expressando-se que durante o período de formação questões como essa, de mudanças na vida do profissional, foram debatidas e eles foram instruídos sobre essa transformação na vida da pessoa que se torna um policial militar, aprendendo a lidar com o estresse e com as dificuldades.

- **Ingressante 04**

**Vida antes da PMPR:** Relata o entrevistado que é nascido em outro estado, que não o Estado do Paraná, tendo por toda a vida estudado em escola pública, desde os primeiros anos escolares até a conclusão do ensino médio. Diz que morou junto com seus pais até por volta do início da adolescência, época em que ambos decidiram pela separação. Narra que em sua infância e adolescência não era um jovem calmo, tendo dado muito “trabalho” aos seus pais, sobretudo no ambiente escolar. Chegando o período do vestibular, logrou êxito na aprovação para o curso de direito em uma Universidade localizada em outro estado, mudando-se para lá a fim de iniciar os estudos de nível superior. Diz que ao ingressar na Universidade que, de fato, iniciou-se o período de sua vida voltado à tentativa de se tornar um policial, tendo escolhido tal curso de graduação em razão de sua exigência para alguns cargos de agentes de segurança pública. Relata que em sua infância e no período de adolescência não teve a necessidade de trabalhar, tendo sua família condições financeiras básicas para mantê-lo somente nos estudos, sendo que próximo ao período de vestibular, tinha uma rotina de treino físico e estudos, distribuídos desde cedo até o final da tarde.

**Relação com seus pais:** Segundo o entrevistado relata, até o início de sua adolescência morou com seus pais, todos na mesma casa sendo filho único, no entanto, relata que ambos tinham uma relação complicada, por inúmeras vezes tendo discussões. Diz que seu pai era usuário de drogas e sua mãe não admitia tal situação, gerando ainda mais brigas e discussões entre o casal, sendo que se recorda de um dia que lhe traumatizou, de uma desentendimento muito complicado entre seus pais, tendo conhecimento essa época que seu pai era usuário de mais de um tipo de entorpecente, estando cada vez mais viciado. Por volta, então, do início da adolescência se recorda de ter ocorrido a separação de seus pais e, tempos depois, sua mãe passou a um novo relacionamento, tendo conhecido seu padrasto, expressando-se no sentido de que com sua mãe sempre teve um bom relacionamento, bem como com seu padrasto, porém com seu pai após a descoberta atinente ao uso de drogas a relação entre os dois foi reduzindo e, até hoje, não é mais a mesma.

**Percepção racial:** Segundo o entrevistado sua família é composta metade por pessoas brancas e metade por pessoas negras, tendo vivido e convivido com a cultura negra por toda sua vida, inclusive relata que possui religião de matriz africana, tendo sempre reconhecendo-se como pessoa negra e tendo percepção sobre a questão racial. Recorda-se um caso de preconceito em que estava junto com alguns amigos do bairro em que morava, tendo decidido ir até o shopping local e se recorda de terem sido acompanhados pelo segurança do estabelecimento por todo o período que lá se encontravam, compreendendo isso como algo relacionado à sua cor da pele.

**Ingressar na PMPR:** Diz que seu foco era se tornar delegado de polícia, sendo que no transcorrer dos anos de estudos foi tendo proximidade com alguns agentes de segurança pública, pensando desde o início de sua graduação na faculdade em algum concurso público que poderia prestar para começar a ter uma renda, na área que gostaria de atuar, que era a de segurança pública, para “aliviar” as despesas de sua família com ele. Prestou vários concursos públicos, para várias instituições de segurança pública, num total de 08 concursos públicos, tendo logrado êxito na aprovação do concurso para soldado da PMPR após uma rotina extenuante de estudos diários. Relata que, ao ter o resultado de sua aprovação, ficou extremamente feliz, pois conseguiu realizar seu sonho de se tornar um policial.

**Cotas raciais:** Diz o entrevistado que utilizou-se das vagas para cotas raciais para o ingresso no concurso para a PMPR, tendo utilizado também tal vaga de cota racial para seu ingresso na universidade, que o permitiu iniciar os estudos em direito. No que se relaciona ao concurso de soldado, teve uma nota alta no certame, o que lhe classificou entre os primeiros candidatos e, em razão disso, utilizou-se da vaga de concorrência geral, oportunizando a outro candidato cotista o uso da vaga para cota racial. Relata que o tema das cotas é algo polêmico, recordando-se por vezes diálogos entre amigos e demais estudantes que discordavam e outros que concordavam com a existência das cotas raciais, porém compreendendo e tendo por opinião que é favorável à sua existência e, se um candidato negro se utiliza da cota racial é por algum motivo que justifica tal necessidade, devendo-se observar seu contexto de vida, seu histórico de educação básica fornecida pelo Estado, bem como outras questões.

**Carreira na PMPR:** O entrevistado narra que no que tange a carreira das praças não é uma carreira atrativa, sendo que se comparar com outros estados o soldado é promovido à graduação de cabo anos antes do que ocorre, normalmente e via de regra, no Estado do Paraná, observando que a carreira das praças na PMPR tem muito a melhorar. Diz que entende ser a melhor oportunidade de carreira o ingresso no oficialato, sobretudo pela perspectiva de carreira e questão salarial, relatando que já se encontra em estudos para a prova de oficial, tanto do Estado do Paraná como em outros estados da federação. Acerca de sua atuação na corporação, relata que sua vontade é trabalhar na área operacional, tendo vontade de servir em unidades especializadas, a exemplo a unidade de elite BOPE pertencente à PMPR.

**Dia a dia de trabalho:** Relata que, apesar de cansativo seu dia a dia, menciona que está sendo muito satisfatório, pois observa que se encontra atuando naquilo que sempre quis e desejou, expressando-se que se sente muito feliz ao observar a

felicidade de pessoas que, por exemplo, tiveram um veículo, que foi roubado ou furtado, recuperado pela polícia militar e agradecem pelo serviço prestado.

**Mudança após ingresso:** Relata que notou uma enorme mudança após seu ingresso como policial, percebendo um tratamento diferenciado das pessoas, as quais por vezes passam a tratá-lo como uma autoridade, seja em serviço ou em seus momentos de folga, ao saberem ser um policial militar.

- **Ingressante 05**

**Vida antes da PMPR:** Relata a entrevistada que nasceu em uma família muito humilde, tendo uma origem muito pobre. Diz que sua família, até aproximadamente seus 12 anos de idade, era composta por pai, mãe e irmãos, sendo que após esse período em decorrência da separação de seus pais, ela e seus irmãos foram morar com sua mãe, havendo a necessidade de mudar frequentemente de domicílio, por questões diversas, tendo residido em aproximadamente 07 cidades. Em sua infância frequentava a escola, porém em sua adolescência teve de interromper seus estudos, retomando somente anos depois, após conhecer quem hoje é seu marido. Trabalhou em sua juventude por quase 08 anos em uma empresa de costura, iniciando aos 14 anos de idade, sendo que somente após adulta, com a influência de seu esposo e dos familiares deste, sobretudo seu sogro que era integrante da polícia civil, os quais a incentivaram a retomar os estudos é que decidiu juntar forças para finalizar o ensino médio através de curso supletivo. Na época em que trabalhava no estabelecimento de costura, sentia que lhe faltava algo, não havendo uma felicidade em prestar serviços nessa atividade, foi quando por influência e apoio dos familiares que, após concluir o ensino médio, decidiu por prestar o concurso para a polícia militar, pois queria exercer uma profissão que, além da estabilidade, desse a oportunidade de fazer algo “importante”. Acerca de sua rotina de estudos, menciona que era algo difícil ter tempo para estudar, sendo que trabalhava por volta de 09 horas por dia e, após a jornada exaustiva de trabalho, retornava para sua casa e estudava por algumas horas.

**Relação com os pais:** Narra a entrevistada que por volta de seus 12 anos de idade ocorreu a separação de seus pais, tendo ela e seus irmãos terem ido morar com sua mãe. Sobre sua mãe, sempre teve uma relação boa, a qual lhe incentivava a estudar e procurar melhorar na vida, no entanto no que diz respeito ao seu pai, menciona que era alcoólatra e, em razão disso e principalmente após a separação, não tinha uma boa relação e vínculo com ele.

**Percepção racial:** Relata que quando era mais nova já percebia algo diferente, no olhar das pessoas, recordando-se de seu cabelo, por exemplo, ser algo que era alvo de olhares e até mesmo, sua vestimenta, em razão de suas condições financeiras. Sobre um fato de preconceito que possa ter ocorrido em sua vida, recorda-se de alguns indivíduos brancos que lhe chamavam de nomes depreciativos, xingamentos de cunho racial, que tinham como objetivo ofendê-la por sua cor da pele.

**Ingresso na PMPR:** Menciona que por muito tempo não tinha noção de como funcionava o ingresso para cargos públicos, tendo começado a compreender como eram os trâmites através dos familiares de seu esposo, sobretudo seu sogro o qual era agente de segurança pública. A partir disso começou a compreender como era o procedimento e o que era exigido para os estudos e também para o ingresso na carreira. A rotina de estudos relata ter sido extenuante, principalmente em razão da carga horária diária de serviço que tinha que cumprir e, se quisesse estudar, ou o fazia muito cedo, antes do trabalho, ou após o término da jornada, por vezes conseguindo encontrar alguns minutos no transcorrer do dia para um estudo rápido e, além disso, integrava a esta rotina de estudos teóricos os treinamentos físicos para o teste de aptidão física exigido para o concurso de soldado da PMPR, em que dispndia um tempo a noite para fazê-lo. Quando teve notícia de sua aprovação no certame público, sentiu-se como se um “peso” tivesse sido tirado de suas costas, tendo ficado muito feliz e comemorado com seus familiares.

**Cotas raciais:** Relata ter concorrido no concurso público pelas vagas destinadas a cotas raciais, compreendendo como uma oportunidade para ela, mencionando que se é um direito a ela concedido, irá usufruir, sendo que isso veio ao encontro de seus estudos que já a acompanhavam por um significativo período, o que resultou na sua aprovação, sendo um tema frequente de debate com outras pessoas, sendo favorável às cotas raciais e também às cotas sociais, aquelas relativas a renda da pessoa, para abranger independente da cor da pele, todas as pessoas pobres.

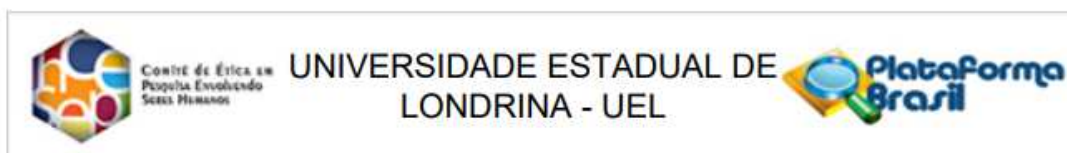
**Carreira na PMPR:** Relata que antes de ingressar na corporação, compreendia sobre as funções, os cargos, as patentes e a carreira de uma forma muito mais simples e superficial que soube com mais detalhes após o ingresso como policial, dizendo que possui a vontade de trabalhar no policiamento ostensivo da rádio patrulha, indicando que teria vontade de prestar o concurso para o oficialato algum dia, para fins de progressão na carreira.

**Dia a dia:** Diz que sua rotina se encontra bem exaustiva, pois além de seus afazeres profissionais na instituição, sobretudo no período final de estágio do curso de formação de praças, bem como das demandas de sua vida pessoal, encontra-se cursando a graduação em direito na Universidade Estadual de Londrina.

**Mudança em como lhe vlam:** Diz que quando chega fardada em determinado local o tratamento é um, no entanto quando chega sem a farda o tratamento acaba sendo outro. Diz que para seus familiares é um orgulho imenso ela ser uma policial militar, sendo apoiada por seus familiares.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEPE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** RACISMO ESTRUTURAL E SEGURANÇA PÚBLICA: um estudo sobre a trajetória de vida de policiais militares negros

**Pesquisador:** DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 70781823.8.0000.5231

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.200.664

#### Apresentação do Projeto:

"O racismo estrutural no Brasil gera, diariamente, uma série de efeitos perversos contra a população negra, a partir de conjunturas sistemáticas de práticas de exclusão social. Analisando-se os dados estatísticos, científicos e históricos no contexto envolto ao panorama racial brasileiro, verifica-se que a pessoa negra sofre uma série de violações de direitos, através de um processo histórico colonial de dominação social que gera, segundo especialistas, uma seletividade penal para o encarceramento em massa e a vitimização da população negra, seja vestindo uma farda ou não. O presente estudo, portanto, buscará analisar o contexto de interferência do racismo estrutural na relação com a segurança pública brasileira, tendo como principal enfoque científico pesquisar a trajetória de vida de policiais militares negros, divididos entre militares estaduais já veteranos (aposentados) e os novos ingressantes, analisando fatores sociais envoltos ao contexto racial brasileiro no que tange aos agentes de segurança pública."

#### Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

O objetivo primário é compreender se o racismo estrutural existente na sociedade brasileira se reflete também aos agentes de segurança pública policiais militares, assim como na população negra em geral do país e, com isso, de que forma são vivenciados e observados esses reflexos sociais em suas trajetórias de vida.

**Endereço:** LABESC - Sala 14

**Bairro:** Campus Universitário

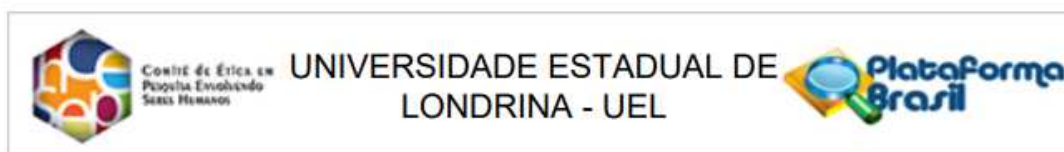
**UF:** PR

**Município:** LONDRINA

**CEP:** 86.057-970

**Telefone:** (43)3371-5455

**E-mail:** cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 6.200.664

#### Objetivo Secundário:

Traçar o contexto histórico-racial brasileiro, desde o século XVI, estabelecendo uma cronologia do tempo de formação da própria sociedade brasileira sob o prisma racial; Identificar o perfil das Polícias Militares do Brasil, com enfoque na Polícia Militar do Paraná, observando os principais pontos de sua formação e constituição; Realizar, através das entrevistas com policiais militares negros, uma análise em profundidade sobre de qual forma o racismo estrutural opera, e suas dimensões, na trajetória de vida dos agentes."

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### "Riscos:

É possível compreender como possíveis riscos no âmbito das entrevistas propostas questões relativas a envolver perguntas a serem direcionadas aos entrevistados que, considerando ser uma temática delicada e que envolve a profundidade de um tema relevante como é estudar sobre o racismo, de que pode haver a possibilidade de que algum entrevistado não se sinta bem durante as respostas, pelos temas a serem tocados.

##### Benefícios:

Aprofundar os estudos acerca do racismo estrutural; Ampliar as pesquisas científicas existentes no âmbito que conecta o racismo e a segurança pública, sobretudo com enfoque nos agentes policiais; Servir como um instrumento de educação antirracista; Auxiliar no combate ao racismo no Brasil."

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a obtenção de informações que poderão auxiliar na compreensão do assunto proposto. O projeto apresenta relevância social e científica devidamente justificados, os materiais e métodos empregados são pertinentes aos objetivos da pesquisa.

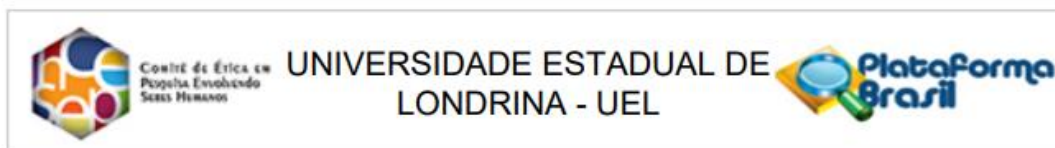
#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

##### QUANTO À FOLHA DE ROSTO:

- A folha de rosto contém a assinatura do pesquisador responsável;
- Contém a assinatura do responsável pela instituição onde se realizará a pesquisa - Vice Coordenação do Programa de Pós-graduação em Sociologia.

##### QUANTO AO TCLE:

<b>Endereço:</b> LABESC - Sala 14	<b>CEP:</b> 86.057-970
<b>Bairro:</b> Campus Universitário	
<b>UF:</b> PR	<b>Município:</b> LONDRINA
<b>Telefone:</b> (43)3371-5455	<b>E-mail:</b> cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 6.200.664

- O TCLE está construído de acordo com as resoluções vigentes.
- A redação está em forma de convite com linguagem clara e acessível apropriada aos participantes;
- Apresenta o título, nome do responsável pela pesquisa, local de realização da pesquisa objetivos, detalhamento dos procedimentos e métodos a serem utilizados, benefícios da pesquisa, riscos e desconfortos decorrentes da participação na pesquisa juntamente com providências de acolhimento e formas de minimizar, reduzir ou evitar os riscos;
- Está garantida a plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que isso acarrete em qualquer ônus ou prejuízo ao participante;
- Está garantida a manutenção do sigilo e da confidencialidade dos voluntários preservando a sua identidade durante toda a pesquisa;
- Foi garantido ao voluntário o direito ao ressarcimento das possíveis despesas decorrentes da pesquisa;
- Consta no TCLE informações referentes ao e-mail, telefone pessoal e endereço do responsável pela pesquisa, bem como informações do e-mail, telefone e endereço do CEP-UEL;
- Garantia que TCLE será em duas vias, sendo uma entregue ao participante e a outra que ficará com pesquisador.

#### QUANTO À DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE:

- A declaração de autorização foi apresentada;

#### QUANTO AO CRONOGRAMA:

- Está adequadamente descrito, indicando cada fase do estudo;
- A coleta de dados está prevista para o período de 21/08/2023 a 23/10/2023.
- Indica que a coleta de dados terá início após análise do CEP.

#### QUANTO AO ORÇAMENTO:

- A pesquisa apresenta o orçamento de valor R\$ 100,00.

#### ROTEIRO DE PERGUNTAS

- Apresentou roteiro de perguntas que atende aos objetivos da pesquisa.

**Endereço:** LABESC - Sala 14

**Bairro:** Campus Universitário

**UF:** PR

**Telefone:** (43)3371-5455

**Município:** LONDRINA

**CEP:** 86.057-970

**E-mail:** cep268@uel.br



Comitê de Ética em  
Pesquisas Envolvendo  
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 6.200.664

#### PROJETO DETALHADO

- Apresentado.

#### Recomendações:

Não há.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresentá-lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** LABESC - Sala 14

**Bairro:** Campus Universitário

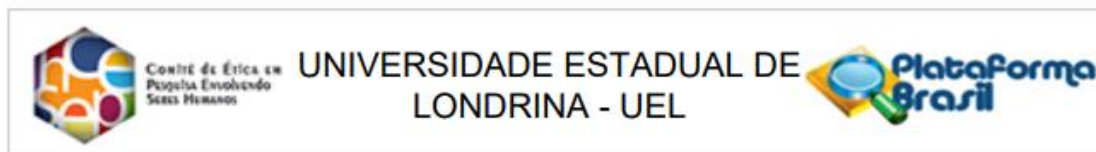
**UF:** PR

**Telefone:** (43)3371-5455

**Município:** LONDRINA

**CEP:** 86.057-970

**E-mail:** cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 6.200.664

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2146394.pdf	11/07/2023 15:57:18		Aceito
Outros	Autorizacao.pdf	11/07/2023 15:54:16	DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI	Aceito
Outros	Roteiro_de_perguntas.pdf	23/06/2023 12:59:25	DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_finalizada_duas_assinaturas.pdf	23/06/2023 12:50:50	DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa_atual.pdf	06/06/2023 14:51:05	DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Consentimento_termo_UEL.pdf	06/06/2023 14:49:19	DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

LONDRINA, 25 de Julho de 2023

Assinado por:

**Adriana Lourenço Soares Russo**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** LABESC - Sala 14

**Bairro:** Campus Universitário

**CEP:** 86.057-970

**UF:** PR

**Município:** LONDRINA

**Telefone:** (43)3371-5455

**E-mail:** cep268@uel.br